

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RODRIGO DA CUNHA BRITES

**Desenvolvimento da Governança da Internet na China Contemporânea: estratégia
de autonomia e de expansão econômica-securitária?**

Porto Alegre

2020

RODRIGO DA CUNHA BRITES

Desenvolvimento da Governança da Internet na China Contemporânea: estratégia de autonomia e de expansão econômica-securitária?

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gláucia Angélica Campregher

Porto Alegre

2020

RODRIGO DA CUNHA BRITES

**Desenvolvimento da Governança da Internet na China Contemporânea: estratégia
de autonomia e de expansão econômica-securitária?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 01 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Gláucia Angélica Campregher – Orientadora

UFRGS

Profa. Dra. Verônica Korber Gonçalves

UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

UFRGS

Ao meu avô Odair Alves da Cunha

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a síntese de uma jornada combinada com tantas outras.

Começo agradecendo a minha família, especialmente meu avô Odair Alves da Cunha. Crescer e sonhar não são processos fáceis. Eles só se tornam possíveis quando nos encontramos em meios que permitem nosso desabrochar. Da minha mãe veio a criatividade. Do meu pai a honestidade. Da minha avó a perspicácia. E do meu avô, a ideia de que devemos voltar nossa atenção sobretudo às pessoas, tomando conta uns dos outros.

Em seguida agradeço meus amigos. Depois de herdar valores e concepções familiares, os amigos são essenciais para colocá-los a prova. Foi assim que ao longo da minha jornada fui identificando um pouco mais de mim. Com o Artur descobri meu interesse pelas complexas relações amorosas. Com a Vicky, a cozinha como um lugar de afeto. Com a My, a ter autocuidado. E com meu melhor amigo e companheiro, Bruno, descobri que ser feliz não é tão complicado: basta estar acompanhado de quem se ama.

É no meio de amigos também que estive no Contraponto. O projeto de extensão ao qual estive ligado durante a maior parte da graduação me mostrou a potência de uma sala de aula. Chegávamos com o objetivo de debater política, e saíamos transformados pelas reflexões das juventudes. A educação brasileira sofre com a desvalorização de professores, a precarização da infraestrutura e com o constrangimento de jovens cujas ideias e ideais já não cabem no mundo da escola. Por isso, o debate sobre a educação não pode se submeter a lógica do mercado, ao contrário, deve dar vazão a potência dos seus estudantes. Esse é o propósito ao qual se dedica o Contraponto; agradeço enormemente a oportunidade de ter compartilhado esse espaço com pessoas brilhantes e inspiradoras, que me ajudaram a compreender a função social da universidade pública, a qual estabeleço o compromisso de sempre defender.

Quero também dedicar um espaço a minha psicóloga Marina. Durante essa longa jornada, que tento aqui resumir contando através das pessoas, tive que enfrentar a depressão e a ansiedade. Doenças que nos enganam e nos levam a lugares difíceis: obstáculos invisíveis da pesquisa e da escrita. Com o suporte psicológico, lidei e aprendi com minhas crises, essencial para finalizar este trabalho.

Aos professores, a administração e aos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS: meus agradecimentos e admiração. Completar o curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi a realização de um sonho, e o processo só foi possível com a orientação e com o cuidado deles. Agradeço especialmente

aos meus professores, a contribuição de cada um foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Se não fosse a minha primeira bolsa de iniciação científica com a profa. dra. Jacqueline Haffner, esse trabalho não seria sobre a China. Se não fosse as aulas de teoria e de projeto com o prof. Dr. Marco Cepik e a profa. Dr. Verônica Gonçalves, eu não teria me preocupado tanto com metodologia. E se não fosse a prof. Dra. Gláucia Campregher, com quem tive minha primeira aula do curso, minha orientadora não só neste trabalho, mas durante a maior parte da graduação, eu não teria me desafiado a compreender a realidade através da dialética e da Economia Política.

Vivemos em tempos difíceis, que só superaremos com pessoas que nos apoiam e amam. Espero que este trabalho seja uma pequena, mas potente ação contra o anti-intelectualismo, o conservadorismo, e o fascismo.

RESUMO

O estudo objetiva compreender o papel do Estado Chinês na estruturação e consolidação da Internet Chinesa, mais especificamente na configuração do discurso da Governança da Internet com características de ciber-soberania. Argumenta-se que o acirramento da competição interestatal pelo setor de tecnologia de ponta entre EUA e China apresenta raízes históricas evidencializadas pelos diferentes discursos desses países sobre a Governança da Internet: um baseado no modelo multissetorial, com características neoliberais, e outro, no modelo ciber-soberano, com características nacionalistas. O trabalho enfoca no desenvolvimento do discurso chinês a partir da perspectiva da Economia Política Crítica, com a análise de documentos das agências estatais, das unidades do capital a partir de 1994, quando a China se conecta pela primeira vez a Internet, até 2020. Argumenta-se que a Governança da Internet Chinesa se formulou das relações associativas com o capital nacional com foco no desenvolvimento de tecnologia autóctone, e menos como causa da estrutura política centralizada no Partido Comunista Chinês.

Palavras-chave: Governança da Internet. China. Ciber-soberania. Economia Política Crítica. Economia da Informação.

ABSTRACT

This study aims to comprehend the Chinese State role on the Internet structuring and consolidation, more specifically at Internet Governance discourse with cyber-sovereignty characteristics. It argues that the enhanced of interstate competition at high technology sector between US and China is rooted on the historical background of Internet Governance: one of them, the multistakeholder model, with neoliberal traces, and the other, the cyber-sovereignty model, with nationalist traces. In this sense, this work focus on the Chinese discourse development from a Critical Political Economy perspective, it analyzes primary documents from state agencies and capital unities from 1994, when China has connected the first time to the Internet, to 2020. It argues that Chinese Internet Governance was formulated from the associative relations with the domestic capital, with more focus on the national technology development and less as cause of a political structure centered on Communist Chinese Party.

Keywords: Internet Governance. China. Cyber-Sovereignty, Critical Political Economy, Information Economy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A INTERNET, SUA GOVERNANÇA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA....	18
2.1 Da criação da Internet a sua Governança.....	19
2.2 A Governança da Internet Hegemônica e seu caráter neoliberal.....	25
2.3 Uma Análise de Economia Política Crítica.....	34
2.3 Conclusões Parciais.....	37
3 A ECONOMIA POLÍTICA DA CHINA CONTEMPORÂNEA E O DESENVOLVIMENTO DE SUA INDÚSTRIA DA INTERNET.....	38
3.1 Economia Chinesa no Mundo: A Reemergência do Império do Meio.....	39
3.2. A Indústria da Internet Chinesa: desenvolvimento da base material da Governança da Internet.....	45
3.3 Conclusões Parciais.....	57
4 GOVERNANÇA DA INTERNET CHINESA: O DESENVOLVIMENTO DA CIBER-SOBERANIA.....	58
4.1 Metodologia de Análise da Governança da Internet Chinesa.....	59
4.2.1 Período Jiang Zemin.....	64
4.2.2 Período Hu Jintao.....	70
4.2.3 Período Xi Jinping.....	75
4.3 Conclusões Parciais.....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	87

ANEXOS	98
ANEXO 1 – EXPORTAÇÃO DE ELETRÔNICOS POR PAÍS	98
ANEXO 2 – MARKET-SHARE CHINÊS NOS MERCADOS DE ALTO VALOR AGREGADO.....	98
ANEXO 3 – COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE PESQUISADORES ENTRE CHINA E EUA.....	99
ANEXO 4 – RANKING DE DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES NO SETORE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	99
ANEXO 5 – PORCENTAGEM DE PESSOAS UTILIZANDO INTERNET POR PAÍS (2015).....	100
ANEXO 6 – ASSINANTES DE BANDA LARGA POR PAÍS A CADA 100 PESSOAS	100
ANEXO 7 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO POR PAÍS.....	101
ANEXO 8 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DIGITAL CHINESA E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIB (2014 -2019).....	101
ANEXO 9 – RENDIMENTOS ANUAIS DA HUAWEI	102
ANEXO 10 – RENDIMENTOS DAS MAIORES OPERADORAS DE TELECOMUNICAÇÃO.....	102
ANEXO 11 – COMPARATIVO DO CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS DAS FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES.....	103
ANEXO 12 – RENDIMENTOS ANUAIS DA ALIBABA.....	103

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação estão no centro das discussões atuais sobre o poder global e, para muitos estudiosos, o domínio sobre Inteligência Artificial, sobre tecnologia 5G, sobre processamento de dados e criptomoedas, deve ser considerado tão disruptivo quanto a bomba atômica foi para o século XX ou a máquina a vapor o foi para o XIX. Pioneira nessa onda de novas tecnologias, em um primeiro momento considerou-se a rede de computadores de menor importância pelos pesquisadores acadêmicos (CHADWICK, 2010). A medida em que se tornou espaço de inovação, de disputa econômica e, enfim, de debate político, um novo olhar sobre esse objeto de estudos foi lançado; ganhando cada vez mais lugar nas Ciências Sociais, nas Ciências Econômicas, nas Políticas Públicas e também nas Relações Internacionais.

Este trabalho ao se debruçar sobre a temática da Internet se desafia a dar lógica a um emaranhado de relações que perpassam os mais diferentes campos. A internet não é, como pareceu num primeiro momento, um instrumento de comunicação e difusão de informações universal impossível de ter seu desenvolvimento governado por empresas ou países. Assim, dentro da temática Governança da Internet, questiona-se o seguinte: **A estrutura de Governança da Internet na China foi configurada a partir de uma estratégia de autonomia frente a hegemonia norte-americana? Quais as potencialidades econômico-políticas e quais as limitações dessa governança?**

Os riscos são grandes para dar sentido a algo caótico. Embora as áreas tradicionais das ciências sociais tenham se aproximado desse objeto, ainda há muitos vazios teóricos a serem enfrentados. A complexidade das redes implica numa limitação importante a qualquer análise, que precisa considerar um universo de atores, sistemas e dados. As seções a seguir buscam refletir sobre esses temas e finalmente as delimitações escolhidas para este trabalho.

Espera-se que este trabalho contribua e estimule a incipiente produção acadêmica brasileira sobre o tema da Governança da Internet e sobre China Contemporânea. No que tange a primeira, abordando-a de uma perspectiva diferente da dominante nas Relações Internacionais, a Economia Política Crítica, busca-se lançar um olhar mais profundo nas relações entre Estado e Capital, abrindo oportunidades de debates sobre o tema específico e reoxigenando a teoria aqui proposta. No que diz respeito a China, pretende-se que o campo brasileiro de Relações Internacionais tome consciência da necessidade um aprofundamento sobre complexidade interna da China Contemporânea recorrentemente interpretada de forma superficial e monolítica.

Importante aqui é que nesse novo cenário mundial a sociedade brasileira desconheceu crescimento econômico médio maior do que 2% a.a. desde a década perdida de 1980. É notável, por outro lado, como a Internet se disseminou rapidamente pelo Brasil impactando a esfera privada, e ainda mais a esfera pública. Impacto esse destacado quando a difusão de fake News nas redes, financiada por grupos de extrema direita nos EUA, deu a vitória ao atual presidente da República. Esses dois fatores a primeira vista nada parecem ter em comum, porém, a China vem mostrando o contrário. Dentre os fatores que explicam suas altas taxas de crescimento está a Indústria da Internet. Ao mesmo tempo, a China vem criando mecanismos internos para prevenir as externalidades negativas de sua difusão. Um argumento central a ser defendido neste trabalho, portanto, é a necessidade da elite nacional reconhecer a importância do desenvolvimento nacional de tecnologia ancorado no estímulo da Inovação e Pesquisa ao mesmo tempo que garante um arcabouço jurídico para a defesa do espaço soberano na Internet.

Por fim, a Internet e a China representam dois pilares das mudanças que o sistema global vem passando, impactando desde as estruturas das relações internacionais até aos cidadãos brasileiros periféricos. A presença econômica e cultural chinesa vem crescendo no Brasil, seja através de investimentos, de bancos ou de produtos. A China também influi diretamente nas taxas macroeconômicas brasileiras, visto que é a principal parceira comercial do país. Compreender os desdobramentos políticos e econômicos dessas mudanças em um primeiro momento, permite entender melhor o contexto brasileiro e mensurar os impactos dessas mudanças sobre as classes.

1.1 Tecnologia da informação, internet e sua governança

O ganho de crédito desse tema pode ser visto como consequência da difusão da Internet sobre as forças produtivas, o que alterou a organização social do processo de produção capitalista. O sociólogo Manuel Castells (2016), especialista pioneiro no tema, afirma que um novo tipo de economia surgiu em escala global no fim do século XX. Tal economia teria um caráter informacional, global e em rede, viabilizado pelas tecnologias da informação.

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus principais componentes estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2016, p. 135)

A informação e a tecnologia sempre foram fatores básicos a quaisquer etapas do capitalismo. A Economia da Informação é distinta porque o processamento de dados adquire centralidade na produção. A própria informação se torna produto do trabalho nessa economia. O que gera lucratividade e maior acumulação no sistema é, pois, a produção de melhorias no processamento, na análise e na produção de novas informações, as quais retroativamente geram mais conhecimento e tecnologia (CASTELLS, 2016). Isso não significa dizer que as transformações do capitalismo são determinadas unilateralmente pela tecnologia, pelo contrário, as tecnologias são a expressão de um complexo sistema de relações produtivas e sociais. Castells, em uma nota de rodapé que merece destaque, argumenta a favor dessa ideia quando diz que “a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a; mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a.” (2016, p. 82)

Nesse novo arranjo econômico e societário é impossível colocar à margem o papel do Estado Nacional. A ação do Estado, para Castells, “seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é decisiva no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados” (2016, p. 70). Note-se, por exemplo, o desenvolvimento dos primórdios Internet nos Estados Unidos na década de 1960 como projeto do Departamento de Defesa (CASTELLS, 2016; CHOUCRI, 2012). Um pequeno indício do papel essencial do Estado no desenvolvimento de novas tecnologias. Parafaseando o historiador Michel Beaud (1987) quando este fala sobre o capitalismo, pode-se dizer que a internet já nasceu: pública e privada, concorrencial e monopolista, nacional e global.

Essa integração com a Economia da Informação gerou problemas completamente novos para os Estados Nacionais. Pelo lado securitário, a digitalização da estrutura burocrática estatal e da gestão da infraestrutura crítica da nação ameaça a captura de informações sigilosas ou a desestabilização de sistemas financeiros, administrativos e até mesmo energéticos. Pelo lado político, cresce a influência das redes sociais sobre as eleições e sobre as tomadas de decisões governamentais, dividindo autores entre aqueles que defendem a emergência da democracia digital e, a derrocada do sistema democrático. Já na economia, mostrou-se o potencial das tecnologias da informação em impulsionarem o crescimento: embora esse tenha se concentrado no Centro e a dependência tecnológica dos países periféricos tenha se tornado ainda mais evidente (CHOUCRI, 2012).

Na busca de respostas a esses problemas e de princípios básicos que organizassem os agentes é que surge uma Governança da Internet. Segundo o Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet da ONU, o conceito se refere “a princípios compartilhados, normas,

regras, processos de decisão e programas que moldam a evolução e o uso da Internet” (WGIG, 2005, p.3). É um termo para “como a Internet é coordenada, administrada e moldada para refletir políticas públicas” (MUELLER, 2009, p. 9). A Governança da Internet pode ser entendida como o elo entre o desenvolvimento econômico e as disputas políticas do setor de tecnologia da informação.

Vale notar que “o termo Internet não abrange todos aspectos existentes dos desenvolvimentos digitais globais” (KURBALIJA, 2016, p. 21), mas a parcela mais aparente da Economia da Informação: a Web pública, inteligível nas redes sociais e nos websites. A Governança da Internet, contudo, contém problemáticas que os termos tecnologia da informação e da comunicação, Internet das Coisas ou sociedade da informação, seriam mais adequados; já que agregam a infraestrutura tecnológica, as questões técnicas envolvidas com o acesso, o estímulo ao comércio eletrônico e a segurança online (CANABARRO et al, 2014, p. 2). Kurbalija (2016) supõe que a difusão acelerada em números de usuários e serviços resultou no alargamento do conceito Internet. Neste trabalho utiliza-se o termo Internet na sua forma mais abrangente.

A Governança também é discutida e formulada por diferentes setores da sociedade, que não se restringem ao escopo governamental. Nesse sentido, ela é multifacetada. Ela “deve ser vista como o conjunto das atividades de uma complexa teia de agentes (privados e públicos, nacionais e internacionais)” voltada para a sua regulação em diferentes níveis (KURBALIJA, 2016, p. 13). Vê-se que os caracteres *global* e em *rede* geram uma difícil dissociação entre os níveis doméstico e externo. A conformação de estratégias pelos vários agentes para a regulamentação apropriada de cada país, acaba por se manifestar em nível internacional nos fóruns de discussão da Governança da Internet.

Fóruns que surgiram para a regulamentação técnica da rede aumentaram pouco a pouco seu escopo para tratar de debates mais políticos e técnicos. E os desafios para a manutenção de conceitos tradicionais do sistema internacional, principalmente o de soberania e o de hegemonia, surgidos com a emergência da economia da informação foram se tornando centrais. Afinal, a Internet deve ser considerado um espaço sem fronteiras?

1.2 Governança da Internet na China

Nesse debate é que se insere a República Popular da China. A China se destaca pela maior população de usuários de Internet no mundo (883,1 milhões em 2019; fonte: STATISA, 2020a) e pelo ganho expressivo do mercado mundial pelas suas empresas domésticas (9 entre

as 20 maiores empresas de tecnologia são chinesas; fonte: MARKET WATCH, 2020). Tais companhias são consideradas altamente inovadoras, competitivas e muitas são líderes em pesquisa e desenvolvimento em seus respectivos setores. A consolidação chinesa como importante ator nesse cenário de remodelamento do capitalismo global, vem gerando um reequilíbrio das relações de poder internacionais ausente desde o fim da Guerra Fria, quando houve a debacle do campo socialista. É a primeira vez desde a dissolução da URSS, que surge um modelo alternativo aos ancorados nos EUA e na União Europeia, um modelo que também se reflete na Governança da Internet (LEONARD, 2008).

No Ocidente, a Internet chinesa é conhecida principalmente pelo seu “Great Firewall”, sistema de filtragem de informações externas que censura temas controversos sobre o Partido Comunista Chinês. Ao permanecermos focados no sistema político monopartidário contrário aos princípios liberais democráticos hegemônicos no Ocidente, porém, perdemos de vista a estratégia de longo prazo criada pela China para o desenvolvimento da Internet nacional e global, e, portanto, da sua Governança da Internet. Como exemplo, destaca-se a Digital Silk Road, projeto chinês, baseado na New Silk Road, para integrar países na infraestrutura de telecomunicações chinesa e inseri-los na Economia da Informação dando oportunidades de ganho de mercado às empresas chinesas, a internacionalização do renmimbi e a construção de uma rede centrada na estrutura chinesa (HONG, 2018). Isto é, o governo chinês já incluiu as novas tecnologias em seu projeto político e de desenvolvimento nacional, dando novo impulso as transformações descritas anteriormente.

O projeto chinês que se desenvolve das complexas relações entre Estado e Capital na sociedade chinesa, já se encontrou em seguidos conflitos políticos com os EUA desde as primeiras interações da China com a Internet Global. Exemplos mais recentes são caso Google em 2010, o caso Snowden em 2014 e o caso Huawei em 2018. O primeiro decorre da tentativa de interferência da empresa norte-americana Google nos assuntos domésticos chineses, tendo apoio do governo norte-americano. O segundo, da publicização da espionagem feita pela Agência de Segurança Nacional (NSA) norte-americana através da interceptação de dados possibilitada pela infraestrutura de telecomunicações centrada nos EUA. O terceiro, decorrente da prisão da diretora financeira da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, no Canadá como suspeita de quebra do bloqueio comercial feito ao Irã.

Nesses e outros casos, evidencia-se uma estrutura de Internet centrada nos EUA. Na infraestrutura, “os EUA possuem 25 das 100 maiores empresas provedoras de acesso à Internet, e 55,43% do tráfego total de endereços únicos, ou seja, mais da metade do acesso total da Internet trafega pelas 25 empresas norte-americanas” (PINTO, 2015, p. 69). Das 5 instituições

com maior poder decisório sobre Governança da Internet - ICANN, IANA, IETG, W3C, ITU - três estão localizadas nos EUA (PINTO, 2015). Dentre as empresas de maior destaque na Internet estão Google e Facebook, que juntas dominam metade do mercado publicitário online (MAYER-SCHÖNBERGER; RAMGE, 2018).

Esse domínio tecnológico, político e econômico, portanto, hegemônico, permitiu o desenvolvimento do discurso de Governança da Internet norte-americano baseado nos princípios de neutralidade, multisetorialidade e liberdade econômica (CHOUCRI, 2012). Princípios esses que podem ser justificados pelo fato das “tecnologias digitais terem se desenvolvido em um contexto político-econômico neoliberal” (BHUIYAN, 2014, p. 73). Assim, países do Sul Global, em grande parte afetados pela grande desigualdade em termos de capacidade tecnológica e acesso a Internet, permanecem submetidos ao poder norte-americano e dependentes econômica e securitariamente.

Rapidamente a China vem se consolidando como um importante ator que desafia essa dinâmica. Por um lado, controla as informações que entram em território chinês pela rede, defendendo um espaço soberano na Internet através do Great Firewall. Por outro, passou a buscar a maior inserção no ambiente global da Internet, apoiando a internacionalização de empresas como a Huawei, a criação de inúmeros centros de estudo sobre a Internet e reforçando a intenção, segundo Xi Jinping, de se tornar uma grande potência cibernética. Tal política de “controle e abertura” passou a desafiar diretamente o discurso liberal hegemônico norte-americano sobre a Governança da Internet com um discurso baseado na ciber-soberania e caracteriza um novo campo a ser explorado pelos estudos de Relações Internacionais.

1.3 Economia Política Crítica

Compreendendo aqui, como Castells, que “a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional” (2016, p. 70) e, portanto, que, independente das transformações, esse novo arranjo mantém estruturas de poder que têm como base as forças produtivas, o referencial teórico deste trabalho é a Economia Política Crítica. Ao utilizar tal abordagem, o presente estudo considera que a análise do sistema internacional deve levar em consideração como atores principais: o Estado, o Capital e também a Sociedade Civil. Todos esses atores interagindo dentro de uma estrutura de poder, o sistema capitalista global.

Entende-se também, por utilizar a Economia Política, a insuficiência das categorias políticas - principalmente no que se refere ao Estado e da burocracia - e acerca das especificidades geográficas, demográficas e culturais, da teoria marxista clássica

(CAMPREGHER et al, 2018). De forma que há um rompimento “com a compreensão do Estado confortavelmente instalado na ‘super-estrutura’ e só sendo acionado aqui e ali pela ‘base’ econômica” (CAMPREGHER et al, 2018, p. 3). Porém, não se distancia aqui dessa quando como premissa mantém-se que

A produção cria a base material para todas as formas de existência social, e os meios pelos quais os esforços humanos são combinados no processo produtivo afetam todos outros aspectos da vida social, incluindo a política (COX, 1987, p. 11)

Ao mesmo tempo, coloca-se um peso fundamental no papel do Estado, não o autonomizando/descolando das dinâmicas econômicas, mas também não o limitando a essas. Assim como para Robert Cox, entende-se que “a produção gera a capacidade de exercer poder, mas o poder determina o modo que a produção se organiza” (1987, p. 1). Isabel Nogueira sintetiza então as relações entre Estado e Capital da seguinte forma,

A relação entre o político e o econômico é uma relação de codeterminação e interdependência, e os modos de exercício do poder do Estado são vistos como resultado de uma relação social complexa e historicamente determinada pelas formas que o capital assume e profundamente imbricadas com o regime de acumulação vigente (NOGUEIRA, 2017, p. 6).

Dessa forma, analisar a Governança da Internet Chinesa é analisar como as relações entre o Estado Chinês e o Capital desenvolveram, através de acordos e de conflitos, uma infraestrutura e um discurso no que tange a Internet. Principalmente na China, onde há um intenso intervencionismo estatal, e a formação recente de um capital nacional baseado no capital estrangeiro, tal teoria melhor apresenta poder explicativo.

Nesse sentido, do campo das Relações Internacionais, utilizar-se-ão fundamentalmente Robert Cox (1987), Giovanni Arrighi (2008), Stephen Gill e David Law (1988). Por outro lado, categorias fundamentais da sociologia marxista serão resgatadas em Marx, Gramsci e Hirsh. Dado o pano de fundo teórico, Manuel Castells (2016) será o marco fundamental para a discussão da Economia da Informação e Hong Shen (2016), com seu artigo “China and global internet governance: toward an alternative analytical framework”, será o marco fundamental para a discussão de Governança da Internet dentro da Economia Política. Por fim, grande parte da discussão sobre China Contemporânea se fundamentará em Isabela Nogueira (2016), Giovanni Arrighi (2008) e André Moreira Cunha (2009).

1.3 A Estrutura da Análise

Esta análise busca primordialmente identificar os principais determinantes do desenvolvimento da Governança da Internet Chinesa. Para tanto, desenvolve-se no capítulo “A

Internet, sua Governança e a Hegemonia Norte-Americana” o objetivo específico de **compreender como se dá o desenvolvimento de uma política consciente do Estado em direção a criação de um sistema de Governança da Internet**. Argumenta-se que, nos EUA, o papel das instituições para garantir padrões técnicos amplamente utilizados e para financiar pesquisas científicas e a construção da infraestrutura foi se tornando central, agregando diferentes elites ao entorno de um mesmo discurso: o multissetorialismo. Ao mesmo tempo, é quando, a partir da observação da Governança Multissetorial e da sua relação com as dinâmicas em vigor no sistema internacional, se desenvolve a abordagem teórica aqui utilizada: a Economia Política Crítica.

Utilizando o escopo teórico da Economia Política Crítica, o capítulo “A Economia Política da China Contemporânea e o Desenvolvimento de sua Indústria da Internet” desenvolve o objetivo específico de **compreender a essência do sistema econômico chinês, que alia capitalismo com forte condução estatal da economia, e apresentar os principais traços da Indústria da Internet Chinesa**. A análise enfoca no período pós-Deng Xiaoping, não sem antes compreender as transformações da realidade socioeconômica e do surgimento da burguesia doméstica chinesa. Argumenta-se as elites chinesas, principalmente em consequência dos processos históricos prévios, tomaram consciência da centralidade das tecnologias da informação para garantir o estímulo econômico ao desenvolvimento.

Finalmente, o capítulo “A Governança da Internet Chinesa: o desenvolvimento da Ciber-Soberania” verificará por meio da coleta de fontes primárias – declarações públicas, relatórios oficiais, atos administrativos e outros - **como essa Governança desenvolveu, a partir das relações de Estado e Capital, um discurso que se opõe a estrutura de governança hegemônica no sistema internacional**. Argumenta-se a favor da transição de uma abordagem chinesa na Governança da Internet mais marginal e desestruturada para uma mais integrada aos debates do sistema e robusta. Explicam essa transição o maior desenvolvimento da Indústria da Internet e o aumento dos conflitos políticos externos no mesmo campo, principalmente com os EUA.

2 A INTERNET, SUA GOVERNANÇA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Em 1996, John Perry Barlow, declarou que “estamos criando um mundo no qual todos podem entrar, sem privilégios ou preconceitos de raça, poder econômico, força militar ou local de nascimento”. Sua Declaração da Independência do Ciberespaço carregava o discurso de que a Internet era o espaço reservado a liberdade, onde os governos não poderiam impor seu “autoritarismo” e suas jurisdições nacionais. Para Mitchell Kapor, dentre os princípios presentes nessa declaração e no movimento ciber-libertarianismo estavam a primazia da liberdade individual no ciberespaço e, por consequência, a completa rejeição das estruturas estatais e de suas burocracias. Assim, “o discurso ciber-libertário evocava o sujeito liberal-individualista” (DAHLBERG, 2010, p. 336).

O que é a Internet? Esse é o ponto de partida no processo de compreensão da Governança da Internet e das disputas pelo discurso hegemônico da sua Governança. Aspectos da Internet como a configuração em rede, como a descentralização, e como os protocolos de comunicação aberta, que, no discurso predominante, equivalem a uma maior liberdade individual, a neutralidade, a excepcionalidade e a multissetorialidade, são analisados através da história. Num sentido mais abstrato, argumenta-se neste capítulo que essas propriedades “disfarçam as relações reais de dominação” (HARVEY, 2013).

Neste capítulo buscara-se-á uma maior compreensão do objeto de estudo mais geral, a Internet, e da ideologia predominante que acaba por defini-lo com características como se já o fossem naturais. Assim passa a ser possível analisar a Governança da Internet Chinesa com maior contexto teórico e histórico. Na primeira sessão, faz-se uma breve revisão histórica da Internet, destacando os atores e seus interesses. Em seguida, discute-se a Governança da Internet e o discurso hegemônico neoliberal, refletindo como o contexto do sistema mundial impactou ideologicamente o modelo de governança predominante nos fóruns internacionais. Por fim, analisa-se a história da Internet a partir da Economia Política Crítica.

2.1 Da criação da Internet a sua Governança¹

O desenvolvimento da Internet permaneceu desde seu princípio dentro do complexo universitário-militar-industrial norte-americano (CASTELLS, 2003). O projeto ARPANET (Advanced Research Projects Agency Network), em 1969, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos foi desenvolvido durante a Guerra Fria com o objetivo de criar uma rede entre centros militares e científicos do governo norte-americano que descentralizasse informações de defesa importantes e facilitasse a comunicação entre pesquisadores (CHOUCRI, 2012). A ARPA foi fundada em 1958, em resposta ao lançamento do primeiro satélite soviético, o Sputnik em 1957, como uma tentativa do governo norte-americano de superar seu atraso tecnológico no campo espacial, mas também de investir em pesquisas de longo-prazo e alto-risco que empresas privadas não estavam inclinadas a arremeter (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 98; CASTELLS, 2001, p. 13). A ideia de uma rede entre os centros de pesquisa surge, em um primeiro momento, como uma forma de cooperação entre cientistas no esforço de conceber novas tecnologias militares, mas não diretamente como uma tecnologia de defesa *per se*².

A conexão entre computadores de pesquisa científica-militar existentes nos Estados Unidos, possibilitada pelo desenvolvimento da comutação de dados³, foi então a criação da primeira rede da Internet, a também chamada rede das redes. Apesar de outras nações também estarem produzindo tecnologias semelhantes na área de computação desde a Segunda Guerra Mundial – Donald Davies e Roger Scantlebury no Reino Unido desenvolveram no National Physical Laboratory uma tecnologia parecida com a comutação de dados, chamada de “packet” (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 171) -, Mowery e Simcoe (2002) acreditam que os Estados Unidos tenham se tornado pioneiros em sua implementação em larga escala devido à estrutura de estímulo a inovações tecnológicas militares, ao seu mercado altamente

¹ Aqui não se pretende esgotar ou desenvolver exaustivamente a história da Internet, ao mesmo tempo busca-se descrever essa história de forma a mostrar os principais atores e princípios presentes na sua Governança. Segundo Castells, “a produção histórica de uma dada tecnologia molda seu contexto e seus usos de modos que subsistem além de sua origem, e a Internet não é uma exceção a esta regra. Sua história ajuda-nos a compreender os caminhos de sua futura produção da história” (2003, p. 13). Entende-se, por isso, a importância de uma primeira abordagem histórica para este trabalho.

² Segundo o relatório do Conselho de Pesquisa Nacional (1999) e Castells (2001), há um mito sobre a Internet ter sido criada com o objetivo de garantir a segurança nacional, aumentando a resiliência da rede pela sua descentralização, em caso de ataques nucleares soviéticos. Por outro lado, Choucri (2012) incorre diretamente a afirmação de que a Arpanet foi um projeto para garantir a operação contínuo dos sistemas em caso de um ataque nuclear. Neste trabalho, seguir-se-á a primeira versão, na qual a Arpanet foi desenvolvida primariamente para o compartilhamento de informações científicas, principalmente através do correio eletrônico, inventado em 1970.

³ Tecnologia que possibilita a quebra de mensagens em pequenas unidades independentes, cada a qual carregando o endereço de destino, que podem ser encaminhadas pela rede separadamente.

dinâmico e com grande potencial consumidor, e, finalmente, ao grande montante de financiamento público injetado em tal empreendimento.

Nessa primeira fase, portanto, o financiamento era de caráter majoritariamente governamental, o conhecimento técnico e a responsabilidade do desenvolvimento da rede eram da academia e de empresas privadas. Segundo Castells, sociólogo espanhol expoente na pesquisa sobre sociedade da informação, “os primeiros nós da rede em 1969 estavam na Universidade da Califórnia em Los Angeles, na Universidade da Califórnia em Santa Barbara e na Universidade de Utah” (2003, p. 14), dois anos depois havia 15 nós e, na sua maioria, mantinham-se localizados em centros de pesquisa universitários. Ao mesmo tempo, a tecnologia de comutação foi desenvolvida pela Rand Corporation e a implementação da Arpanet se deu pela firma Bolt, Beranek and Newman (CASTELLS, 2003, p. 14; SIMCOE et al, 2002), o que demonstra a importância das empresas privadas nesse empreendimento, muitas das quais beneficiadas pelos avanços tecnológicos do contexto de pós-Segunda Guerra Mundial⁴, no desenvolvimento da ciência da computação, e, conseqüentemente, da Internet.

Nesse sentido, Castells (2007) também destaca a importância das dinâmicas socioeconômicas criadas no Vale do Silício, que permitiram a organização das empresas de forma a estimular a inovação. A concentração espacial de atores-chave numa mesma região provocaria, então, o desencadeamento de um círculo atrativo de novos conhecimentos, de talentos e de investimentos, ou melhor, de acumulação de capital.

O Vale do Silício foi transformado em meio de inovação pela convergência de vários fatores, atuando no mesmo local: novos conhecimentos tecnológicos; um grande grupo de engenheiros e cientistas talentosos das principais universidades da área; fundos generosos vindos de um mercado garantido e do Departamento de Defesa; a formação de uma rede eficiente de empresas de capital de risco; e, nos primeiros estágios, liderança institucional da Universidade de Stanford (CASTELLS, 2007, p. 116).

Ao que se refere ao financiamento das pesquisas, dos equipamentos e da infraestrutura básica da Internet, o relatório *Funding a Revolution: Government Support for Computing Research (1999)* produzido pelo *Computer Science and Telecommunications Board (CSTB)* do

⁴ Alan Turing (1912 – 1954), cientista de computação inglês que em 1952 foi julgado e condenado a castração química por ser homossexual, desenvolveu durante a Segunda Guerra Mundial o computador capaz de quebrar os códigos do exército nazista. Após a Guerra, os primeiros centros de pesquisa em computação foram criados no Reino Unido, dando início a produção e a difusão de informações. Dado o estado socioeconômico em que se encontrava a Europa, mas também devido a troca de informações e capital humano entre ingleses e norte-americanos, rapidamente empresas norte-americanas passaram a construir uma base industrial para computação, que passou a ter demanda gerada principalmente pelo sistema financeiro altamente dinâmico naquele período (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 28). A criação de novas agências governamentais durante a após a guerra, como o Department of Defense, o Department of Energy, NASA, e o National Science Foundation, que objetivavam a manutenção do sistema de inovação científica criado para fins securitários, também vale a pena ser destacado nesse contexto (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 88).

Nacional Research Council, destaca o papel central do governo norte-americano. Dados desse relatório mostram que o financiamento governamental em ciência da computação cresceu de \$10 milhões em 1960 para \$1 bilhão em 1995 (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 2). Desse montante, “a maior parte têm sido concedida a indústria e a pesquisadores universitários, onde se tem apoiado trabalho inovador em computação e, em maior medida, comunicações”⁵ (tradução nossa, NATIONAL RESEARCH COUNCIL 1999, p.3). Em acordo com tal relatório, Mowery e Simcoe (2002) salientam que,

In the first stages of the Internet’s development, federal defense-related R&D funding played a key role in the creation of an R&D infrastructure of trained researchers and related institutions, including universities. Although scientists and engineers from several countries made significant contributions to the basic research efforts that supplied critical communications technologies, the scale of the publicly funded US R&D programs and of the data networks deployed by these programs exceeded contemporaneous efforts in the UK and France. (MOWERY e SIMCOE, 2002, p. 1370)

Dentre as agências federais que dispunham de programas de financiamento para ciência da computação, destacam-se *Department of Defense* (DOD), *National Science Foundation* (NSF), *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), *Department of Energy* (DOE), e *National Institutes of Health* (NIH). Inclusive, é nesse período que as políticas públicas norte-americanas se tornaram mais flexíveis, dando, por exemplo, mais autonomia administrativa e financeira às agências governamentais, “na avaliação de estimular a pesquisa tecnológica em áreas decisivas, sem sufocar a criatividade e a independência” (CASTELLS, 2003, p. 21). Segundo o mesmo relatório do National Research Council, o presidente Kennedy (mandato de 1961 a 1963) teria solicitado melhorias no sistema de comando e controle para torná-lo “mais flexível, mais seletivo, mais deliberado, melhor protegido e sob a autoridade civil definitiva”⁶ (tradução nossa, 1999, p. 126). A disponibilidade de recursos somada a flexibilidade organizativa permitiram o rápido desenvolvimento de novas tecnologias pelo setor público que logo ficavam à disposição do setor privado.

É notável, portanto, o consenso estabelecido entre os estudiosos da economia da informação sobre a complementariedade constituída entre governo, indústria e universidades na estruturação da internet, e o papel central do financiamento governamental norte-americano na sua primeira fase. Pode-se dizer então, em consonância com o *National Research Council*, que o governo apoiou pesquisas de longo-prazo, que a indústria dificilmente se arriscaria em

⁵ “The vast majority of this funding has been awarded to industry and university researchers, where it has supported innovative work in computing and, to a larger extent, communication” (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 3).

⁶ “more flexible, more selective, more deliberate, better protected, and under ultimate civilian authority at all times” (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, p. 126)

apoiar; criou um grande sistema que interconectava pesquisadores, principalmente através da ARPA; que estruturas flexíveis de administração fortaleceram a efetividade da pesquisa em computação; e que a colaboração entre indústria e pesquisadores universitários acabou facilitando a comercialização da pesquisa na área (p. 5 a 13). Para resumir essa primeira fase, Castells dispõe que

Em suma, todos os desenvolvimentos tecnológicos decisivos que levaram à Internet tiveram lugar em torno de instituições governamentais e importantes universidades e centros de pesquisa. A Internet não teve origem no mundo dos negócios. Era uma tecnologia ousada demais, um projeto caro demais, e uma iniciativa arriscada demais para ser assumida por organizações voltadas para o lucro. (CASTELLS, 2002, p. 23)

É mediante essa interface entre os programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos, por um lado, e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucessos pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias da informação prosperaram. (CASTELLS, 2007, p. 123)

Uma segunda fase desse desenvolvimento inicia-se com a interconexão da ARPANET a outras redes de comunicação via rádio e satélite a partir da utilização de um padrão comum, dando sentido a Internet como uma rede de redes. O *transmission control protocol* (TCP/IP) tinha sido inventado por engenheiros da DARPA e possibilitava a simplificação do roteamento e a comutação de dados através de *gateways*⁷ (MOWERY e SIMCOE, 2002). Um dos principais fatores que definiram o TCP como o principal padrão para aplicações na Internet, e sua manutenção até os dias de hoje, foi sua disponibilização para domínio público, que permitiu sua utilização gratuita pela comunidade virtual. Com a grande complexidade e disseminação que a ARPANET alcançou, em 1983 logo a rede dividiu-se em duas: uma delas a MILNET só para uso militar criada pelo Departamento de Defesa e, a segunda, a Internet, para uso livre das universidades e público em geral sob a coordenação da *National Science Foundation* (NSF). Esse é o início do processo de privatização da rede, que possibilitou difundir sua utilização do campo científico para a sociedade civil em geral.

Até 1991, a NSF manteve a política de veto do uso da Internet, ou NSFNET, para usos comerciais, mantendo-se quase que estritamente para fins científicos (MOWERY e SIMCOE, 2002). Segundo Mowery e Simcoe, porém, empresas privadas continuaram se conectando a Internet, principalmente através de parcerias com universidades, e ao passo que a rede expandia e cresciam as oportunidades comerciais, tais atores formaram um poderoso lobby que pressionou a NSF a abandonar a administração da Internet. Assim, “a transição do núcleo da

⁷ Um nó da rede onde são estabelecidos computadores especializados necessários para a transmissão de tráfego entre diferentes redes.

infraestrutura da rede para mãos privadas foi completada em 1995, quando a NSF transferiu o controle de seus quatro maiores Pontos de Acesso a Rede para Sprint, Ameritech, MFS, e Pacific Bell” (*tradução nossa*, MOWERY e SIMCOE, 2002, p. 1376).

A transferência da administração dos pontos centrais da rede para entes privados e sua reorganização para fins comerciais deram novo impulso a expansão da Internet, principalmente buscando alcançar aqueles cidadãos não técnicos que se caracterizavam como potenciais consumidores. Para isso, duas novas tecnologias foram necessárias: o *Domain Name Service* (DNS) e a *Wide World Web* (WWW). A primeira foi desenvolvida em 1984, na *University of Southern California’s Information Sciences Institute*, e provia um esquema hierárquico de nomeação dos números, por exemplo *ufrgs.com.br*, para o endereço numérico, *Internet Protocol (IPs)*. Assim permitia-se “uma coordenação em tempo-real entre a leitura da máquina e o reconhecimento humano dos endereços da Internet” (MOWERY e SIMCOE, 2002, p. 1377). A segunda, desenvolvida no laboratório CERN⁸ na Suíça por Tim Berners-Lee e Robert Cailliau, era a conciliação do protocolo HTML com o HTTP. Segundo Mowery e Simcoe, “o protocolo HTML foi uma implementação do hipertexto, que permitia os autores especificar palavras, frases ou imagens como link que redirecionavam para outros documentos” (2002, p. 1378), era a introdução das imagens e dos links que formam a atual cara da Internet.

Para além do determinismo tecnológico que possa parecer, essa fase de rápida difusão da Internet contou com a grande disponibilidade de financiamento público e dos mercados financeiros. Assim a estrutura de financiamento governamental montada durante os 20 anos anteriores, além do sistema nacional de inovação que permitiu a criação de diversas novas empresas, as quais o mercado financeiro norte-americano estava agora disposto a investir, impulsionaram rapidamente o crescimento do setor de tecnologia. Com a vitória da candidatura Clinton-Gore em 1992, o governo norte-americano passou a redirecionar aproximadamente \$30 bilhões do orçamento destinado a Guerra Fria para a construção de uma “*Information Superhighway*” que conectaria computadores no governo, universidades e indústria através da construção de *backbones*⁹ (GREEN et al, 2010, p. 122). Para tanto foram instaurados o High Performance Computing and Communication Act e o National Information Infrastructure Act, aumentando o entusiasmo com as empresas *dot com*.

In 1993 Bill Clinton’s administration announced the “information superhighway” concept and put forth a national plan. Soon after, corporate and governmental actors in the United States, Japan, and Europe—despite fierce competition among themselves—drummed up promotional rhetoric and pushed to liberalize domestic

⁸ Segundo o relatório *Funding a Revolution*, o laboratório e a pesquisa de Tim Berners-Lee também foi financiada pelos órgãos governamentais das nações europeias participante. (1999, p. 180)

⁹ Sistema de equipamentos e conexões que permite a comunicação de alta velocidade entre longas distâncias.

telecom markets around the world, hoping to lead network construction within the largest possible scope and to galvanize new rounds of investment and accumulation. (HONG, 2019, p. 53).

Assim, esse entusiasmo logo se transformou em uma corrida aos mercados financeiros pela compra das ações, no que Green chamou de Corrida pelo Ouro Virtual (2010, p. 124). Entre 1998 e 2000, o setor da Internet então ganhou mais de 1000 por cento em taxas de retorno em ações. Em 1999, 446 empresas foram a público com uma taxa média de retorno acima de 70 por cento apenas no primeiro dia. Green (2010) também destaca a expansão dos mercados financeiros possibilitada pelas novas tecnologias, gerando um acréscimo de 30% do número de famílias que investiam diretamente no mercado de ações em 1995 e 1998. O alto poder computacional e a estruturação de redes de comunicação instantânea permitiram a abertura de sistemas eletrônicos para a venda de ações, a criação de novos produtos financeiros, os derivativos, e uma diminuição dos custos de transação, dando um estímulo ainda maior a financeirização (CASTELLS, 2003, p. 205). Uma grande bolha estava se formando no setor de tecnologias que acabou resultando na quebra do mercado financeiro em 2001.

No reassuring comparisons could staunch the bleeding. The Internet index lost 19 percent of its value in April 2000 alone; at least 60 percent of the equity values of Internet companies were lost by the end of the year; more than 140 Internet companies were trading at two dollars a share or below and more than half below five dollars.¹³⁸ The market value of Internet companies that went through IPOs declined from \$1 trillion in March 2000 to \$572 billion in December.¹³⁹ Approximately 800 Internet companies disappeared.¹⁴⁰ Sector failure accompanied an overall downward spiral in the market. (GREEN, 2010, p. 129)

Podemos dizer que a Internet melhor se desenvolveu nos EUA, portanto, pela confluência de fatores positivos do ambiente político e econômico desse país. No que tange ao primeiro, a Guerra Fria tornou o contexto internacional propício para a corrida tecnológica, estimulando a formulação de políticas públicas que financiassem e que organizassem uma estrutura de inovações apropriada as necessidades de defesa militar. A desregulamentação e liberalização econômica, somada a tecnologias já desenvolvidas no período pós Segunda Guerra e a grande escala do mercado norte-americano, permitiu a rápida estabilização e difusão dos padrões de Internet e sua posterior comercialização, em comparação a relativa lentidão dos países europeus. Com a privatização da administração da rede e as altas taxas de investimento nas empresas dot.com, uma nova fase de difusão se inicia, atrelada as grandes taxas de retorno desse novo mercado. Desse desenvolvimento até sua difusão global, a Internet passou a necessitar de estruturas organizativas mais complexas, que dessem conta dos novos problemas políticos e econômicos internacionais. A próxima seção, portanto, enfocará na Governança da Internet e na estrutura institucional formada a partir de então.

2.2 A Governança da Internet Hegemônica e seu caráter neoliberal

Como observado, a rápida difusão da Internet só foi possível com o estabelecimento de padrões técnicos comuns que permitiam a troca de dados entre diferentes provedores e empresas. Sem o desenvolvimento desses protocolos compartilhados, imagina-se que seriam criadas intranets com padrões que não se comunicassem a nível global. Quanto menos usuários compartilhassem dos mesmos padrões, menos indivíduos estariam dispostos a fazer parte da Internet, porque os benefícios de fazer parte de uma rede mais restrita seriam consideravelmente menores. Para que o maior número de pessoas pudesse fazer parte da World Wide Web, o que nas entrelinhas significa um maior mercado consumidor, é que uma série de princípios e padrões a nível internacional necessitou ser estabelecida e legitimada pelos atores interessados. Questões como quem pode discutir sobre o tema, como estabelecer tais princípios e quais princípios são considerados legítimos fazem parte do debate da Governança da Internet. Como argumenta Castells, “uma vez resolvidas estas questões, a estrutura descentralizada da Internet toma conta do resto” (2003, p. 33).

Segundo o Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet da ONU, o conceito se refere “a princípios compartilhados, normas, regras, processos de decisão e programas que moldam a evolução e o uso da Internet” (WGIG, 2005, p.3). É um termo para “como a Internet é coordenada, administrada e moldada para refletir políticas públicas” (MUELLER, 2009, p. 9). Essa conceituação, mais amplamente aceita pelos pesquisadores do tema, também será utilizada neste trabalho. A Governança da Internet pode ser entendida como o elo entre o desenvolvimento econômico e as disputas políticas do setor de tecnologia da informação.

David Sylvan, em seu artigo “*Global Internet Governance: Governance without Governors*”, discute a existência de quatro tipos de governança. O primeiro envolve um sistema de recompensas e punições a comportamentos pelo qual atores, sejam eles indivíduos ou coletivos, privados ou públicos, exerceriam seu poder sobre outros. A retórica ou, o que o autor chama de atos de “modelamento”, constitui o segundo tipo. Nesse caso, A convence B a se comportar de uma certa maneira ao dar-lhe informações ou argumentos que o convençam da existência de um futuro melhor ou pior ao agir de determinada forma. O terceiro é a criação de procedimentos ou hábitos que facilitam um específico comportamento. Tais procedimentos são criados a partir do poder de um determinado ator, relativamente com o maior poder acumulado, ou pela colaboração de diversos. Por fim, o último tipo de governança se desenvolve nas interações cotidianas, pelas quais os atores ajustam seu comportamento intencionando resolver problemas, cumprir tarefas ou socializar. Esse último tipo de governança diferente do tipo

anterior ao ser mais informal e quase imperceptivelmente legitimado pelos atores. Em resumo, o David Sylvan conceitua governança como “procedimentos que influenciam as ações de outros” podendo variar seu nível de institucionalização (SYLVAN, 2014).

QUADRO 1 - Tipos de Governança

	Formal	Informal
Público	Instituições Internacionais e Regimes Intergovernamentais	Redes transgovernamentais e comunidades políticas
Privado	Regimes privados, Autorregulatórios, etc.	Corpos Redes transnacionais, ONGs, interesses transnacionais e grupos de valor

(FONTE: CHENOU, 2014, tradução nossa)

O autor avança a conceitualização ao classificar os tipos de governança em termos de o quão perto cada um está do tipo ideal de Estado, descrito pela teoria weberiana como tendo o uso legítimo da violência em um determinado espaço. Estabelece quão forte ou fraca é a intenção de influenciar o comportamento dos atores sob a governança e o status do executor procedimental em cada um dos tipos, localizando o Estado Soberano na posição de mais força. Nem a “governança retórica” ou a procedimental se encontram nos extremos dessa classificação. Por sua vez, considera que próximo do nível mais forte está a governança fundamentada pelas recompensas e punições, e no mais baixo, as interações cotidianas. O referencial desenhado por Sylvan (2014), permite comparar as transformações ocorridas na governança de telecomunicações e porque a Internet se coloca como um modelo ao mesmo tempo disruptivo e controverso.

Durante a década de 1990, há um rompimento do modelo de governança das telecomunicações tradicionais e a constituição do que pode ser designado modelo de Governança da Internet. Esse rompimento foi condicionado tanto pelas transformações tecnológicas, como também pelas mudanças socioeconômicas do período lideradas pelos Estados Unidos. A transição é bem definida por Pérez et al. como “[a introdução da competição] a partir da desregulamentação, privatização e liberalização, removendo obstáculos políticos e econômicos existentes ao acesso do mercado no setor de telecomunicações”¹⁰ (RIOUX et al, 2014, p. 47). Para entender melhor a autonomização da Governança da Internet do campo das Telecomunicações, é necessário compreender as estruturas e os princípios da governança tradicional.

¹⁰ In the first phase, of institutional change, from the 1970s until the end of the 1990s, competition was introduced through deregulation, privatization and liberalization, removing existing political and legal obstacles to market access in the telecommunications sector (PÉREZ et al, 2014: p. 47).

No modelo anterior, aceitava-se implicitamente a existência de monopólios que administravam as linhas de comunicação dentro das fronteiras nacionais. Esses monopólios facilitavam a administração das redes, que, por serem empreendimentos de alta complexidade e capitalização, normalmente eram dominados por empresas públicas. A nível internacional, ficava a cabo da International Telecommunication Union (ITU), criada em 1865 através de uma série de tratados entre os países europeus, organizar e administrar a rede que conectava as redes nacionais de telecomunicação fortemente reguladas (RIOUX et al, 2014, p. 45). Drake (2008 apud RIOUX et al, 2014, p. 45) resume os princípios reguladores da Governança da ITU em três: soberania nacional, interconexão da rede e provisão de serviços unificada.

Nesse sentido, classifica-se essa estrutura de governança entre o primeiro e o terceiro tipos estabelecidos por Sylvan. Em primeiro lugar, porque os monopólios públicos de telecomunicação dispõem grande acúmulo de poder dentro do território nacional, caracterizando uma governança doméstica de tipo 1. Além disso, a participação dos governos de Estados Soberanos diretamente na administração dessas redes, aproxima-as ainda mais do sistema de punições e recompensas. Em segundo lugar, a necessidade de colaboração para o estabelecimento de uma rede supranacional, com a ideia de interesses compartilhados e ganhos mútuos, que se legitima através da concessão da soberania de seus países a um terceiro órgão, a ITU, caracteriza o tipo 3. Apesar dessa apresentar, segundo Sylvan (2014), um baixo nível de status do executor procedimental, manifesta um alto nível de intenção de influenciar os atores.

A partir da Segunda Guerra Mundial, novas estruturas passam a dominar a cena internacional lideradas pelos EUA, e paulatinamente a interdependência econômica é incrementada no que Arrighi defende como um misto de keynesianismo militar e social¹¹. É quando a cooperação intergovernamental ganha força através dos regimes internacionais fundamentados na reconstrução econômica, na democracia liberal, e, como visto na seção anterior, na contenção do comunismo soviético (ARRIGHI, 2008; HARVEY, 2007). Novos atores, em especial as empresas multinacionais beneficiadas pelo estímulo do consumo em massa e pela liquidez mundial, ganham relevância nesse sistema e passam a operar a nível global, complexibilizando a cadeia internacional de produção. Projeto como um todo balizado nos Acordos de Bretton Woods (1944) que firmaram a disposição dos países em reduzir as barreiras ao comércio e aos fluxos de capitais, e legitimaram o poder da moeda norte-americana

¹¹ A teoria keynesiana, desenvolvida como consequência da grande depressão, desenvolve-se argumentando a favor de políticas governamentais expansionistas contracíclicas para a expansão da demanda efetiva que sustentassem o pleno emprego e o crescimento econômico. Isso é, dado que a demanda efetiva incide sobre as decisões de investimentos dos capitalistas individuais ao modificar suas expectativas em relação ao futuro, o gasto governamental poderia agir no sentido de estimular a demanda, e assim, retomar o crescimento econômico.

ao definir padrão ouro-dólar para o sistema cambial. Importante também é o desenvolver do processo de independização do Terceiro Mundo. Países subdesenvolvidos passam a cobrar seu lugar nos fóruns de discussão, estabelecendo alianças políticas em oposição as potências, e a participar do mercado internacional, adotando projetos desenvolvimentistas e abrindo seus mercados ao fluxo de investimento externo (BHUIYAN, 2014).

As telecomunicações se destacam também na reorganização produtiva e na perpetuação dos mercados internacionais. Castells (2011) demonstra os rearranjos produtivos das empresas que ao poderem se comunicar a distância, passaram a alocar seu capital onde ganhassem mais vantagens comparativas. Ao mesmo tempo, adquirem caráter político, quando o abismo tecnológico entre desenvolvidos e subdesenvolvidos é pautado pelos países do Terceiro Mundo, (CASTELLS, 2003; CHENOU, 2014a).

O boom do pós-guerra resultou do enorme estímulo financeiro conscientemente liderado pelos EUA. A gestação dessa financeirização dos mercados¹² e, segundo Arrighi (2008), do aumento da concorrência das economias alemã e japonesa, criaram um ambiente de oportunidade para especuladores. O fortalecimento dos movimentos sindicalistas e da pressão social por mais garantias salariais e de bens-públicos a baixo custo, principalmente na Europa, também são descritos por Arrighi (2008) como uma tendência a queda da taxa de lucratividade das grandes empresas nesses países.

Assim, a partir do final da década de 1960, as políticas intervencionistas já mostravam sinais de esgotamento, combinando um mix antes não visto de estagnação econômica e aumento inflacionário (HARVEY, 2007). O fracasso na Guerra do Vietnã somado as Crises do Petróleo, pressionaram a economia americana com ataques especulativos ao dólar, levando a desarticulação do sistema monetário internacional, ou a *contrarrevolução monetarista*, com o choque Volcker¹³ (ARRIGHI, 2008). A chamada contrarrevolução garantiu aos EUA uma renovação econômica, atraindo grandes quantidades de capital de volta aos seus mercados, porém as custas da desestabilização dos mercados em desenvolvimento, dependentes dos empréstimos internacionais. A crise década de 1970, então, provocou mais uma leva de

¹² Arrighi considera que a política keynesiana norte-americana, ao incentivar a reestruturação da Europa Ocidental objetivando um aumento da demanda de produtos do seu mercado, também possibilitou a reorganização da concorrência intracapitalista. Ao mesmo tempo, a intensificação da luta de classes consequente do fortalecimento do movimento sindicalista na Europa fez com que as taxas de lucro decaíssem e a classe capitalista passasse a preferir auferir ganhos no sistema financeiro. Aos chamados eurodólares, somam-se os petrodólares, produto do superávit dos Estados produtores de petróleo, que inundam os mercados europeus, pressionando ainda mais os EUA no sistema de câmbio.

¹³ Paul Volcker took command at the US Federal Reserve in July 1979, and within a few months dramatically changed monetary policy. The Fed thereafter took the lead in the fight against inflation no matter what its consequences (particularly as concerned unemployment). (HARVEY, p. 1)

transformações, consolidando a ideologia neoliberal que terá influência considerável sobre a Governança da Internet. Segundo David Harvey

O neoliberalismo é a primeira instância de uma teoria de práticas econômico-políticas que propõe que o bem-estar humano pode melhor ser alcançado pela liberalização das liberdades e habilidades empreendedoras individuais a partir de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar o quadro institucional apropriado a tais práticas. O Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e integridade da moeda. Também deve montar estruturas militares, de defesa, de policiamento e jurídicas que assegurem o direito à propriedade privada e garantam, se necessário pela força, o funcionamento dos mercados. [...] Intervenções do Estado nos mercados devem se manter ao mínimo porque, de acordo com a teoria, o Estado não consegue obter quantidade de informações suficiente para adivinhar os sinais do mercado (preços) e por causa de poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer o viés das intervenções estatais (particularmente nas democracias) para o seu próprio benefício. (tradução nossa, DAVID HARVEY, 2007, p. 2)

A discussão trazida por David Harvey em seu livro *A brief history of neoliberalism*, procura responder como a teoria neoliberal se tornou hegemônica após a crise da década de 1970. Segundo o autor, quase todos os Estados após o colapso soviético de alguma forma introduziram o neoliberalismo a suas práticas (HARVEY, 2007). A desregulamentação, a privatização e a liberalização dos mercados nacionais se tornaram comuns em todo o mundo, adotadas ou voluntariamente pelos Estados, ou por pressões coercitivas das organizações internacionais, notadamente o Banco Mundial e o FMI. Harvey aponta para uma profunda reestruturação de valores que impactou diretamente os arranjos institucionais, e sociais, subsequentes, desafiando inclusive a concepção clássica de soberania dos Estados-Nação. Para o autor, o neoliberalismo permitiu “a restauração do poder de classe, mesmo que isso não signifique a restauração de poder econômico para as mesmas pessoas” (tradução nossa, HARVEY, 2007, p. 31).

Como discutido na seção anterior, é nesse contexto que a Internet se desenvolve e as grandes empresas de tecnologia começam a operar. A abertura da Internet para fins comerciais na década de 1990, dada pela privatização da sua instituição reguladora, deu o pontapé para a institucionalização sua governança atual. Com a Internet se expandindo e se tornando espaço comunicacional importante, aos debates antes exclusivos a técnicos e a universidades, agregaram-se empresas e sociedade civil, constituindo um campo autônomo da economia política (CHENOU, 2014a). Criou-se a Internet Society, organização norte-americana sem fins lucrativos responsável pela supervisão do corpo técnico que administrava a Internet (CASTELLS, 2003, p. 34), que acabou por organizar as várias instituições da nascente Governança garantindo aporte financeiro e jurídico abrangente (CHENOU, 2014a) O caráter ambíguo das instituições que administravam a rede, que se mantinham sob jurisdição norte-

americana, por outro lado, gerou críticas de outros governos (CASTELLS, 2003, p. 35). A pressão externa, liderada principalmente pelos países europeus, fez os EUA delegarem as funções de atribuição de endereços na Internet à Internet Assigned Numbers Authority (IANA). Mais tarde, a IANA acaba sendo privatizada, tornando-se a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers em 1998 (ICANN).

Embora sua prática real e sua estrutura organizacional ainda estejam se desenvolvendo, suas normas incorporam o espírito e abertura da comunidade da Internet, a descentralização, a formação de consenso e a autonomia que caracterizaram o governo ad hoc da Internet ao longo de trinta anos, acrescentando ao mesmo tempo uma orientação global à composição da organização, embora tenha como sede Marina del Rey, na Califórnia. É uma corporação privada, sem fins lucrativos, que assume a administração da alocação espacial de endereços IP, atribuição de parâmetros de protocolo, administração do sistema de nomes de domínio, e administração do sistema de servidores de raiz, todas funções previamente desempenhadas pela IANA sob contrato do governo dos EUA. (CASTELLS, 2003, p. 35)

Marie Chenou (2014) aponta em sua tese importantes dinâmicas agindo sobre a institucionalização da Governança da Internet. Por um lado, têm-se uma tendência a nível da economia política global através do neoliberalismo. Processo que permitiu uma radical mudança na governança das telecomunicações, fortemente ligada ao Estado e a concepção de soberania, com a privatização dos provedores de serviços e a desregulamentação dos mercados. Segundo Chenou (2014), a ITU nesse momento também passa a adotar a ideologia neoliberal – mudança decorrente da estratégia norte-americana de influência sobre a organização através de acordos comerciais de liberalização dos serviços (RIOUX et al, 2014) - estimulando a privatização e a criação de novos mercados. Nesse ponto já é possível notar que a temática da Governança da Internet não pode ser tratada apenas do ponto de vista técnico, ela é composta por variáveis complexas condicionadas pelo ambiente social e político.

Outra importante dinâmica de institucionalização analisada por Jean-Marie se deu no nível mais micro. Cientistas e técnicos preocupados com a organização da rede de computadores já vinham criando uma série de órgãos informais e padrões técnicos. Com o início da comercialização da Internet, muitos desses, que Chenou chama de uma *elite de cientistas de computação*, trocaram seu capital intelectual por um capital político, dispondo de grande poder de influência nos debates da Governança da Internet, que já se autonomizava das telecomunicações. Chenou então considera que a ICANN “simboliza essa mudança institucional através da sua natureza privada e sem fins-lucrativos, do papel dos cientistas de computação e dos seus mecanismos de abertura ao mercado” (CHENOU, 2014a, p. 141). Nesse sentido, aceita-se o argumento da pesquisadora de que a compreensão da Governança da Internet não pode ser monocausal.

A ICANN, desde sua criação, tornou-se a instituição chave da governança da Internet a nível internacional. A organização se define como

“uma parceria público-privada dedicada a preservar a estabilidade operacional da Internet; a promover competição; a alcançar ampla representação da comunidade global da Internet; e a desenvolver políticas apropriadas a sua missão a partir de processos *bottom-up*¹⁴ baseados no consenso” (tradução nossa, ICANN, 2020).

Visando alcançar tais objetivos, a organização dispõe de três principais tipos de política. A primeira é a política de DNS. Como visto na seção anterior, a distribuição de DNS por país passou a ser uma importante questão política da Governança da Internet, a ICANN ficou responsável por essa alocação e regulamentação do mercado a partir do que chama Processos Formais de Desenvolvimento de Política. A segunda é sua política operacional que define como a ICANN opera. Essa política é construída a partir de comentários públicos de stakeholders¹⁵. Por fim, são suas práticas gerais que não são necessariamente formalizadas através da aprovação do conselho. É possível notar o caráter menos vinculativo e mais flexível da organização se comparado ao modelo tradicional das telecomunicações, podendo ser traçado um paralelo com a tendência de desregulamentação defendida pela teoria neoliberal.

A concepção da ICANN como fruto do trabalho de técnicos e a participação de diversos atores no desenvolvimento da estrutura da Internet estabeleceram dois princípios comumente aceitos: o excepcionalismo e o multissetorialismo. De acordo com eles, a Internet não pode ser regulada pelo sistema tradicional de governança das telecomunicações devido suas características distintivas. Nesse sentido, a Internet deveria ser governada com a participação de todos aqueles com algum interesse particular ou afetados pelas ações e políticas tomadas em seu contexto – stakeholders – abrindo espaço principalmente para os atores privados. São considerados stakeholders: Estados/governos; Setor Privado; Sociedade Civil; Organizações Intergovernamentais; Organizações Internacionais; Comunidade Acadêmica; e Comunidade Técnica (WSIS, 2005).

A defesa do modelo de multissetorial atrelava-se – e ainda se atrela - ao formato disruptivo da rede de computadores e a concepção da liberdade individual. A Internet, sendo um complexo sistema de padrões e protocolos lógicos com uma organização descentralizada, para essa vertente, não demandava um órgão a nível internacional responsável por conectar as diversas redes nacionais. O multissetorialismo estimula um processo de individualização da

¹⁴ Um processo de decisão bottom-up é definido como um processo em que todas decisões são tomadas a partir da cooperação das comunidades afetadas pelas decisões (DORIA, 2013).

¹⁵ Stakeholder é um ator político, como uma pessoa, emprego, consumidor, cidadão, ou instituição é envolvido com uma organização, sociedade, etc., e por isso tem responsabilidades e interesses envolvidos no seu sucesso.

participação política porque os indivíduos não precisam estar ligados a instituições políticas para fazer parte dos debates (MUDGE apud CHENOU, 2014a). Ligou-se a essa individualização, a defesa da liberdade na Internet, inserida como princípio na política externa norte-americana (JAMART, 2014). Ambas características erodem o papel estatal a nível internacional ao garantirem igualdade de representação aos diferentes atores e ao transferirem suas tradicionais responsabilidades reguladoras aos mercados (CHENOU, 2014; WEBER, 2014; JAMART, 2014).

Mais uma vez a pesquisa de Jean Marie-Chenou se destaca para compreender como tais princípios se tornaram consenso entre os atores envolvidos na Governança da Internet. A pesquisadora recorre a uma análise da rede dos atores e das organizações envolvidas na elaboração dos principais documentos, tornando mais factível a análise também de outros pesquisadores (CASTELLS, HILL, CANABARRO). A partir de sua metodologia, Chenou conclui que principalmente o neoliberalismo e o ciber-libertarianismo fundamentaram os princípios de excepcionalismo e multissetorialismo, enquanto que outros discursos acabaram marginalizados dos documentos finais. Essa tendência é resultado da participação majoritária de técnicos, de empresas e dos governos norte-americanos e europeus. Além da herança cultural e organizacional norte-americana relegada à ICANN. O principal objetivo da regulação neoliberal da internet é a criação de mercados para os domínios de nome (CHENOU, 2014). Às instituições seria relegado o papel de estabilizadoras da Internet e guardiães da propriedade privada, que no caso da Internet se configura como propriedade intelectual.

Acrescenta-se o estágio mais atrasado em relação a tecnologia que países em desenvolvimento se encontravam quando se estabeleceu tal quadro regulatório. Como consequência, muitas discussões menos técnicas e mais políticas sobre a Internet acabaram sendo deixadas de fora da pauta, emergindo mais tarde com expansão da infraestrutura da rede para esses países e com a publicização de contenciosos entre as potências e os emergentes.

Dentre os discursos marginalizados na década de constituição das instituições dessa governança, esteve a ideia de ciber-soberania. Segundo essa vertente, por razões de interesse público e segurança nacional o controle sobre a Internet deveria permanecer de competência dos governos nacionais, incluindo os direitos de regular as atividades que ocorrem na Internet dentro do seu território (WEBER, 2014). Outra vertente é o discurso anti-mercado. Esse discurso desafiava o princípio de excepcionalismo da Internet, e identificava a “Era da Informação” como um novo estágio do desenvolvimento capitalista (CHENOU, 2014a). Segundo Chenou (2014), mesmo que esses discursos tenham aparecido em comentários aos

documentos preparatórios, nos documentos finais, a ciber-soberania ou o anti-mercado não tiveram nenhuma influência ou representação.

A Governança da Internet, então, representa uma governança mais informal e mais desregulamentada se comparada a governança tradicional das telecomunicações. Ela se afasta do tipo ideal de governança Estatal e se fundamenta a partir do que Sylvan descreveu como atos de modelamento e hábitos informais. Ao mesmo tempo, se encontra relacionada ao contexto político e econômico internacional do seu período, sendo condicionada pelas forças em jogo apesar das visões tecnicistas que defendem a sua neutralidade. Nesse sentido, seus princípios e estruturas acabam sendo desenhados principalmente pela vertente neoliberal, em franca expansão pela ação dos EUA, de organizações internacionais tradicionais, mas principalmente pela ação das grandes empresas multinacionais que reconfiguravam a cadeia de produção internacional e buscavam a recomposição das suas taxas de lucro. A contradição entre o discurso em defesa do modelo de multissetorialismo e a supressão de posições divergentes dos documentos finais revela a necessidade de constituição hegemônica também nesse campo. Dessa maneira, concorda-se com Robert Cox (1981) quando esse diz que as instituições são uma expressão da hegemonia. A ICANN pode ser descrita como uma expressão da hegemonia de uma elite transnacional na área da governança da Internet (CHENOU, 2014a).

QUADRO 2 - Organizações da Governança da Internet Internacional

Internet Corporation for Assigned Names and Number (ICANN)	A ICANN é uma organização não-lucrativa responsável pela coordenação e manutenção de bases de dados relacionadas ao endereçamento numérico e de nomes da Internet. Ela é organizada a partir de dois tipos de grupos: (1) Organizações de Apoio que são responsáveis pela recomendação de políticas em determinadas áreas, que são revisadas e então aprovadas ou rejeitadas pelo comunidade; e (2) Grupos Conselheiros que recomendam ações ao Conselho administrativo em quaisquer áreas.
Internet Engineering Task Force (IETF)	A IETF é uma comunidade internacional de técnicos preocupados com a arquitetura e a estabilidade da Internet. O trabalho é feito através de grupos de trabalho que são organizados por temáticas e os debates ocorrem principalmente por listas de emails e encontros três vezes ao ano. Sua administração é feita pela Área de Diretores.
International Telecommunication Union (ITU)	A ITU é uma agência especializada da ONU, responsável pelos assuntos relacionados a tecnologias da informação e comunicação. A agência é sediada em Geneva, na Suíça, e agrega 193

	países, cerca de 900 empresas e instituições acadêmicas. A cada quatro anos é estabelecida uma conferência plenipotenciária com cada país dispondo de um voto para a criação da agenda e de políticas a serem levadas a cabo pelo Conselho Administrativo e pelo Secretariado.
--	--

FONTE: Elaboração Própria

QUADRO 3 - Eventos mais Relevantes da Governança da Internet Internacional

World Summit on the Information Society (WSIS)	A WSIS foi organizada pela ITU e patrocinada pela ONU e ocorreu em duas fases: a primeira em Geneve em 2003 e a segunda em Túnis em 2005. Em Geneve 175 países estiveram presentes e foram signatários da WSIS Declaração de Princípios. Em 2005, a fase em Túnis resultou da Agenda Túnis para a Sociedade da Informação e da criação do Internet Governance Forum.
Internet Governance Forum (IGF)	Definida pela Agenda Tunis, o IGF é um fórum onde todos stakeholders podem envolver-se em consultas mútuas de forma equilibrada sobre temáticas da política da Internet. Sua primeira edição ocorreu em 2006 em Atenas, na Grécia, e desde então vem ocorrendo anualmente.
World Conference on International Telecommunication (WCIT-12)	A WCIT-12 aconteceu em 2012 em Dubai organizada pela ITU com nível de conferência voltada a criação de tratados no que se refere a regulamentação das telecomunicações internacionais. Apesar de ser permitida a participação e os comentários da sociedade civil e de empresas privadas, a participação ativa na formulação do tratado ficava restrita aos Estados-membro.

FONTE: Elaboração própria

2.3 Uma Análise de Economia Política Crítica

Definida a Governança da Internet e a complexidade do campo, essa seção busca estabelecer o marco teórico a ser utilizado na análise subsequente da Governança da Internet Chinesa. A preferência pela apresentação do marco teórico após a breve discussão sobre o desenvolvimento do campo, justifica-se pela localização do tema no campo das Relações Internacionais e pelo aprofundamento da complexidade do tema sobre Internet *per se*, limitado frequentemente à área de Segurança Internacional.

Compreendendo aqui, como Castells, que “a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional” (2016, p. 70) e, portanto, que, independente das transformações, esse novo arranjo mantém estruturas de poder que têm como

base as forças produtivas, o referencial teórico deste trabalho é a Economia Política Crítica. Ao utilizar tal abordagem, considera-se que a análise do sistema internacional deve levar em consideração como atores principais: o Estado, o Capital e a Sociedade Civil. Esses atores interagindo dentro de uma estrutura de poder: o sistema capitalista global.

A revisão histórica do desenvolvimento da Internet e sua Governança possibilitou a compreensão do papel significativo desses atores. O Estado, principalmente os EUA, através das suas estruturas burocráticas e capacidade financeira, aceleraram o surgimento de novas tecnologias. Os técnicos e as universidades que fazem parte da sociedade civil, foram centrais na idealização dos padrões de funcionamento. Por fim, as empresas de telecomunicação e de serviços da Internet, representantes da esfera do Capital, foram responsáveis pela rápida difusão da rede pelo mundo, intensificada pelo discurso neoliberal e pelo processo de globalização. Nesse sentido, Robert Cox aponta que a Economia Política Crítica “iniciaria por uma investigação histórica ou uma apreciação da experiência humana que trouxesse à tona a necessidade da teoria” (tradução nossa, 1881, p. 135)

Entende-se também, por utilizar a Economia Política Crítica, a insuficiência das categorias políticas - principalmente no que se refere ao Estado e da burocracia - e acerca das especificidades geográficas, demográficas e culturais, da teoria marxista clássica (CAMPREGHER et al, 2018). De forma que há um rompimento “com a compreensão do Estado confortavelmente instalado na ‘superestrutura’ e só sendo acionado aqui e ali pela ‘base’ econômica” (CAMPREGHER et al, 2018, p. 3). Porém, não se distancia aqui do marxismo clássico quando como premissa mantém-se que

A produção cria a base material para todas as formas de existência social, e os meios pelos quais os esforços humanos são combinados no processo produtivo afetam todos outros aspectos da vida social, incluindo a política (COX, 1987, p. 11)

Ao mesmo tempo, coloca-se um peso fundamental no papel do Estado, não o autonomizando/descolando das dinâmicas econômicas, mas também não o limitando a essas. Assim como para Robert Cox, entende-se que “a produção gera a capacidade de exercer poder, mas o poder determina o modo que a produção se organiza” (1987, p. 1). Isabel Nogueira sintetiza então as relações entre Estado e Capital da seguinte forma,

A relação entre o político e o econômico é uma relação de codeterminação e interdependência, e os modos de exercício do poder do Estado são vistos como resultado de uma relação social complexa e historicamente determinada pelas formas que o capital assume e profundamente imbricadas com o regime de acumulação vigente (NOGUEIRA, 2017, p. 6).

A estruturação Internet foi estimulada principalmente pela ação do Estado. Por sua vez, a Internet intensificou a transformação da organização da produção, já desenhada pelas

dinâmicas políticas e financeiras em andamento, e o fortalecimento de uma nova elite econômica mundial mais atrelada às finanças e às empresas de tecnologia. Essa elite estimulou novas configuração do Estado-Nação, corroendo as concepções de soberania e abrindo espaço para novos tipos de governança. Essa relação, portanto, não é unidirecional como teorias positivistas argumentariam, e sim, de codeterminação e interdependência. As transformações históricas desse período podem ser observadas através das mudanças de blocos históricos de poder, isto é, a combinação de certos padrões de pensamentos, condições materiais e instituições que criam o contexto no qual as ações dos sujeitos tomam sentido (COX, 1881, p. 135).

Os blocos históricos de poder são definidos por Gramsci como “unidades entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade de opostos e de distintos” (GRAMSCI apud CHENOU, 2014, p. 55). Isso é, um bloco histórico representa um momento histórico da hegemonia, quando os interesses de uma classe dominante são difundidos e aceitos pela maioria da sociedade através do consentimento. Esses interesses passam a ser representados por valores e por hábitos que implicam em pressões e em constrangimentos sob as ações dos indivíduos. Mas também são “cristalizados” nas instituições como forma de estabelecer e perpetuar uma certa ordem. Segundo Cox, as “instituições refletem as relações de poder prevalentes no seu ponto de origem e tendem a encorajar imagens coletivas consistentes com essas relações de poder” (1986, p. 136).

A ICANN, de acordo com essa visão, pode ser vista como uma instituição que, criada dentro do bloco de poder em construção nos EUA, representa e estimula os valores definidos pelas relações de poder em que se encontrava. Nesse sentido, os princípios de multissetorialismo e excepcionalismo encontram-se enraizados no contexto político social mais abrangente: do estabelecimento da hegemonia neoliberal. Segundo Chenou (2014), o papel da ICANN também foi o de criar consenso entre as várias frações de elites que disputavam o discurso que iria se tornar dominante na Governança da Internet. Isso reflete o papel das instituições de “proverem meio de lidarem com conflitos internos e minimizarem a utilização da força” (COX, 1981, p. 137). Nesse sentido,

Critical approaches informed by Gramscian concepts are better equipped to analyse the emergence and the dynamics of semi-privatized and transnational forms of governance such as the ICANN system and other Internet governance forums. Internet governance materialized as an international political issue within a context of a general trend towards commercialization and privatization of various sectors, in a context of transformation of the state. Critical approaches describe the general context of the rise of Information-led capitalism (Schiller, 1999) or Knowledge-Based Economy (KBE) (Jessop, 2006). Critical approaches also analyse the effects of neoliberal globalization on Internet governance (Lee, 2009; Simpson, 2004; Sum, 2003; von Bernstorff, 2003). (CHENOU, 2014a, p. 55)

2.3 Conclusões Parciais

A revisão e a análise histórica propostas neste capítulo permitiram introduzir o tema da Governança da Internet e revelar as estruturas, os atores e os princípios desse campo. Buscou-se identificar os processos com poder explicativo sobre como se deu a difusão das concepções hegemônicas sobre a Internet, quais sejam: seu caráter libertador, democrático, e meramente técnico. Assim ampliou-se a compreensão sobre o contexto sócio político que sustentou política e financeiramente o desenvolvimento da Internet e de suas instituições reguladoras, principalmente a ICANN.

As interações entre o Estado norte-americano, o corpo acadêmico-técnico e as empresas de telecomunicação no contexto de Guerra Fria criaram as inovações tecnológicas que deram corpo as redes de informação. Aos poucos, o papel das instituições para garantir padrões técnicos amplamente utilizados e para financiar pesquisas científicas e a construção da infraestrutura foi se tornando central, agregando diferentes elites ao entorno de um mesmo discurso: o multissetorialismo. Também de grande importância foi a fase de comercialização da Internet em meados dos anos 1990, contemporânea as práticas neoliberais, abrindo a possibilidade de difusão a nível internacional e provocando as primeiras crises diretamente ligada a esse novo setor.

A disputa pelo discurso hegemônico da Governança da Internet é o que mais chama atenção. Destaca-se o fato de haverem discursos marginalizados, como verificado por Marie Jean-Chenou, entre os quais estava o anti-mercado e o da ciber-soberania. Ambos serão retomados com a intensificação da politização do Campo da Governança da Internet, abrindo espaço para Estados antes marginalizados entrarem na disputada do discurso. Entre eles se destaca a República Popular da China, que se torna durante a administração de Xi Jinping líder do discurso de ciber-soberania, agregando ao seu entorno países emergentes e subdesenvolvidos. Esse processo contemporâneo leva a necessidade de investigar a Governança Chinesa que passará a ser modelo dentro desse debate a ser seguido por outros países.

3 A ECONOMIA POLÍTICA DA CHINA CONTEMPORÂNEA E O DESENVOLVIMENTO DE SUA INDÚSTRIA DA INTERNET

No cenário internacional contemporâneo não é possível ignorar a presença crescente da República Popular da China. A China contém a maior população de usuários da Internet no mundo e suas empresas de tecnologia vêm ganhando cada vez mais expressão no mercado mundial. Tais companhias são consideradas altamente inovadoras, competitivas e são líderes em pesquisa e desenvolvimento em seus respectivos setores. A consolidação da China como importante ator vem remodelando o capitalismo global, gerando um reequilíbrio das relações de poder internacionais em suspenso desde o fim da Guerra Fria, quando houve a debacle do campo socialista. É a primeira vez, desde a dissolução da URSS, que surge não apenas uma nova potência, mas um modelo alternativo aos ancorados nos EUA e na União Europeia, um modelo que também se reflete na Governança da Internet (LEONARD, 2008).

A Internet chinesa é conhecida no ocidente principalmente pelo seu “*Great Firewall*”: um sistema de filtro de informações externas que censura temas controversos sobre o Partido Comunista Chinês. As análises que se focam no sistema político monopartidário contrário aos princípios liberais democráticos hegemônicos no Ocidente, perdem de vista a estratégia de longo prazo criada pela China para o desenvolvimento da Internet nacional e global, e, portanto, da sua Governança da Internet. São essas que incorrem no erro de reduzir a Internet Chinesa ao seu sistema de segurança nacional. Já uma perspectiva mais de economia política que considera o modelo chinês uma variante de organização sócio-produtiva, pode ver na pesada intervenção estatal estratégias que vão além da censura política visando a preservação da ordem.

Como exemplo dessa ampla estratégia, destaca-se a Digital Silk Road, projeto chinês, baseado na New Silk Road, para integrar países na infraestrutura de telecomunicações. O projeto dá oportunidades de ganho de mercado às empresas chinesas, à internacionalização do renmimbi e à construção de uma rede centrada na estrutura chinesa (HONG, 2018, p. 1). O governo chinês já incluiu as novas tecnologias em seu projeto político e de desenvolvimento nacional, como se vê, dando novo impulso às transformações doméstica, mas também externas.

Tendo em vista o crescente debate em torno do modelo econômico chinês e a importância das relações produtivas na formação do discurso da Governança da Internet, este capítulo objetiva brevemente analisar as relações entre o Estado e o Capital na Economia Chinesa; e, na segunda seção, compreender o grau de importância de tais relações para a informatização da economia chinesa, revisando as políticas públicas chinesas para a Indústria da Internet.

3.1 Economia Chinesa no Mundo: A Reemergência do Império do Meio

Como observado no capítulo anterior, a hegemonia norte-americana condicionou as forças sociopolíticas a partir da Segunda Guerra Mundial através do seu poderio econômico e militar. O sistema internacional desenhado pelos EUA e seus aliados, ao mesmo tempo que impulsionou a produção de riqueza em massa gerou uma concentração desigual dessa no Norte Global. Países recém descolonizados, sem forças produtivas e políticas para se contraporem as potências mundiais, viram-se sem alternativa a não ser jogarem de acordo com as regras estabelecidas.

Por outro lado, crises recorrentes passaram a desequilibrar as relações estabelecidas nesses acordos, causa direta das suas inerentes contradições. Para saná-las os Estados rapidamente acabaram produzindo novos arranjos institucionais que garantissem a manutenção do status quo das relações de acumulação. Hong Yu aponta que “apenas o Estado, apesar das limitações e contradições das políticas públicas, pode salvar o capitalismo das crises recorrentes” (tradução nossa¹⁶, 2017, p. 9). Foi assim com a crise da década de 1929 que produziu os arranjos keynesianos e foi assim a crise da década de 1970 que produziu os arranjos neoliberais.

Desde o último rearranjo institucional na década de 1980 do capitalismo no entorno dos Estados Unidos com a ideologia neoliberal, as crises vêm se agravando sem uma nova conjugação de forças que permita a renovação do ciclo de acumulação centrado nesse país. Uma série de teóricos, principalmente os estruturalistas e os neomarxistas como Kindkeberger, Wallerstein e Arrighi, apontam para o enfraquecimento do poder norte-americano e da sua posição como hegemonia mundial.

Concomitante ao relativo enfraquecimento norte-americano, outro Estado começa a se destacar pelo acelerado crescimento econômico e influência no sistema internacional a partir da década de 1980: a República Popular da China. O Império do Meio, subjugado pelas forças imperialistas no século XIX – marcado para os chineses como o Século de Humilhação - e isolado do sistema internacional após a Revolução Comunista Chinesa em 1949, passou a buscar seu desenvolvimento econômico e espaço da comunidade internacional a partir da liderança de Deng Xiaoping¹⁷ e no seu projeto de quatro grandes modernizações: na agricultura,

¹⁶ Only the state, despite the limitations and contradictions of public policy, can save capitalism from recurrent crises. Hong, Yu. *Networking China (Geopolitics of Information)* (p. 9). University of Illinois Press. Edição do Kindle.

¹⁷ Deng Xiaoping, isolado politicamente durante o período Maoísta (1949 – 1976), recebeu apoio para se tornar secretário-geral do PCC, após a morte de Mao Tsé-tung para uma recuperação da economia chinesa -

indústria, educação, e ciência (HARVEY, 2005). Para Hong Yu, a soberania socialista garantiu a China uma capacidade valiosa de autodeterminação (2017, p. 16). No que ficou estabelecido como a doutrina de *ascensão pacífica*¹⁸, **a China tornou-se um modelo de planejamento do desenvolvimento, referência para outros países emergentes do Terceiro Mundo.**

It almost certainly embraced economic reforms in order to amass wealth and upgrade its technological capacities so as to be better able to manage internal dissent, to better defend itself against external aggression, and to project its power outwards onto its immediate geopolitical sphere of interest in a rapidly developing East and Neoliberalism ‘with Chinese Characteristics’ South-East Asia. (HARVEY, 2005, p. 122)

Conjugando gradativamente as forças de mercado com a forte orientação do corpo burocrático estatal nas mãos do Partido Comunista Chinês (PCC), a China é o caso mais recente de sucesso dos estudos de desenvolvimento econômico deste século. Em 2018, a China ultrapassou os Estados Unidos em Produto Interno Bruto (ajustado para Poder Paridade de Compra), alcançando 21.4 trilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2020a). Em 2020, o país também superou os EUA pela primeira vez no ranking da Fortune 500 em quantidade das maiores empresas do mundo, 124 a 121 (FORTUNE, 2020). Ainda mais significativo para demonstrar esse desenvolvimento é o drástico aumento da renda per capita, que passou de US\$ 250,00 em 1980 para US\$10.263,00 em 2019 (BANCO MUNDIAL, 2020b). Por outro lado, a China ainda não alcançou o patamar de país desenvolvido, convivendo com altos índices de pobreza e desigualdade.

Tal crescimento permitiu a reinserção chinesa na política internacional, garantindo novas esferas de influência e disputando antigos espaços de influência norte-americanos. Especialmente na Ásia, o país vem fortalecendo seus laços diplomáticos através de parcerias comerciais com os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e estimulando o desenvolvimento da Ásia Central através do Acordo de Cooperação de Xangai.

desestruturada pela política de Grande Salto para Frente que levou a Grande Fome Chinesa – e para uma modernização do partido, radicalmente afetado pela Revolução Cultural que perseguiu os revisionistas do maoísmo. Sobre a importância de Deng Xiaoping, destaca-se na estrutura política chinesa que as preferências dos líderes nacionais sobre estratégias de desenvolvimento moldam as políticas governamentais. A estrutura política chinesa tem o poder concentrado no partido comunista chinês desde a Revolução Chinesa, porém não é verdade que não haja divergências internas. Segundo Sebastian Veg, existem quatro grupos principais: a nova esquerda, os sociais democratas, os liberais e os defensores de um novo autoritarismo (2019, p. 2). A depender de qual grupo estiver na liderança, as políticas chinesas também se alterarão. A oposição às políticas de Deng são importantes de serem notadas, visto que a desregulamentação tem como consequência direta a perda do poder político acumulado pelos burocratas durante a Revolução Chinesa (ZWEIG, 2016)

¹⁸ O conceito de ascensão pacífica enfatiza o valor de “sociedade harmoniosa” defendida pelos chineses, na qual os países coexistem pacificamente independente das suas diferenças ideológicas e de organização social. O conceito também se refere à preferência da política externa chinesa pelo multilateralismo, e seu rechaço a pretensões hegemônicas e intervencionistas de quaisquer países (MINGJIANG, 2009).

Mesmo que a sua principal ferramenta diplomática seja a própria economia, a China também vem aumentando seu poderio militar, principalmente naval, dissuadindo a presença norte-americana no pacífico, e pela primeira vez em 2017 estabelecendo uma base militar no exterior (NAVAL, 2020). Desde 2010, o orçamento anual para defesa teve um crescimento médio de 8%, alcançando US\$178 bilhões em 2019 de acordo com fontes oficiais¹⁹ (CSIS, 2020). Tal tendência conjugada com sua posição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, coloca a China entre as grandes superpotências militares deste século.

Para países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, a China também passou a representar uma alternativa às tradicionais fontes de financiamento e negociação do mundo ocidental. A iniciativa dos BRICS, por exemplo, reuniu os países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - em torno de pautas de cooperação na área de desenvolvimento econômico. Destaque-se a criação logo a seguir (2014) de um Banco dos BRICS com o objetivo de financiar grandes projetos e garantir a segurança financeira mais geral desses países (BATISTA JR., 2014). Aos poucos, a China foi estreitando laços diplomáticos com países africanos e latino-americanos, seja através de grandes obras de infraestrutura da área energética e de transporte levadas a cabo por estatais chinesas, seja através da presença de instituições de difusão cultural (como o Instituto Confúcio) e a concessão de bolsas para jovens estrangeiros nas universidades chinesas (LI, 2009; JOSEPH, 2019). Some-se a isso ainda, a sua aproximação com países isolados pela política externa norte-americana – como Venezuela, Irã, Sudão, Burma, Cuba e Zimbábue -, acusados de violação aos direitos humanos (LI, 2009). Levantam-se, por isso, questões sobre o interesse chinês no Sul Global e sobre o tipo de relação que essa tem com esses países: ajuda-mútua ou dependência estrutural?²⁰

A crise financeira de 2008, e a mais recente crise do coronavírus em 2020, marcam o reconhecimento do que passou a ser chamado de Consenso de Pequim em contraposição ao Consenso de Washington. Com críticas cada vez mais frequentes ao modelo liberal ocidental, que questionam o modelo de representação das instituições democráticas e o aprofundamento das desigualdades sociais causado pelas políticas neoliberais, colocou-se em xeque os valores incrustados no Consenso de Washington. Consenso que estimulou as economias do Leste Europeu a passarem por um choque de abertura, que causou um expressivo crescimento dos índices de desigualdade e diminuição da renda per capita de toda a população, além de destinar

¹⁹ In 2019, the Chinese government reported an official defense budget of just under \$178 billion, while the Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) estimates actual (nominal) spending to have been \$261 billion.

²⁰ Para ver mais sobre esse debate ver Mendes (2010), Ouriques (2012) e Brautigam (2010).

as economias latino-americanas, com acúmulo de endividamento externo, a passarem pelo o que ficou conhecido como “Década Perdida”. E, nesse sentido, o sucesso chinês, tanto nas suas reformas graduais de abertura e atuação constante do Estado que garantiram taxas estáveis de crescimento em 10%. a. a, quanto no enfrentamento das crises em 2008 e 2020, legitimou a adoção de políticas que passaram a ser conhecidas como parte do Modelo Chinês ou do Consenso de Pequim (ver COOPER RAMO, 2004).

Há muitas divergências sobre o que explica o crescimento chinês, implicando frequentemente na sua descrição como um quebra-cabeça (NOGUEIRA et al., 2019; JABBOUR, 2020). As correntes econômicas tendem a focar diferentes variáveis, seja o da liberalização, enfoque dos neoliberais, seja o do papel do Estado, por keynesianos, ou o do efeito positivo das reformas do partido comunista no período maoísta, por marxistas ortodoxos. Essas divergências ainda se desdobram em um amplo debate sobre a definição do modo de produção chinês: capitalismo liberal, socialismo de mercado ou economia de mercado com características chinesas. Elias Jabbour (2020) faz nesse sentido uma conceitualização robusta sobre o tipo de modelo chinês, que ele chama de "economia do projeto", argumentando a favor de uma composição de instituições de diferentes momentos históricos, que implica numa impossibilidade de analisar profundamente esse objeto através das teorias existentes. Importa destacar que uma investigação acerca das causas do sucesso econômico chinês não são objeto desta monografia, é necessário contudo abordá-lo minimamente uma vez que este é, por toda a pesquisa que foi feita, um condicionante da formatação que se deu à Governança da Internet Chinesa. Nesse sentido, vale elencar aspectos gerais da economia (e da sociedade) chinesa, mais precisamente as consequências das reformas instituidoras do mercado sobre sua estrutura para que se obtenha o cenário onde a internet vai se desenvolver.

3.1 A Estrutura de Classes da China pós-Reformas

É central para a análise da sociedade e da economia chinesa que se observe que as reformas realizadas ao final do século XX foram gradualmente estimulando a formação de uma sociedade de classes na China (ARRIGHI, 2009; NOGUEIRA, 2017; HARVEY, 2005). A opção do PCC pela adoção gradual e territorializada de mecanismos de mercado, objetivando introduzir competição e incorporação de tecnologias avançadas, implicou na formação de uma classe burguesa doméstica. A opção pela formação de uma burguesia em um sistema socialista, se justifica, na visão marxista (JABBOUR, 2020, por exemplo), pela dinâmica competitiva entre capitais, que pressionados pela possibilidade de exclusão do mercado, constantemente

buscam implementar inovações tecnológicas ou organizacionais que garantam vantagens competitivas frente a seus concorrentes, impulsionando assim o desenvolvimento nacional.

Uma primeira fração da burguesia chinesa se desenvolveu a partir da consolidação do mercado na esfera rural, estratégia pensada pelo governo Deng Xiaoping para enfrentar o problema da escassez de alimentos. A abertura para o comércio de excedentes entre províncias, antes proibido, estimulou a formação da pequena produção mercantil que aumentou a produtividade agrícola e abriu espaço para uma nova divisão social do trabalho (JABBOUR, 2020). Extrapolando as consequências dessa dinâmica, Elias Jabbour indica que “atualmente 80% dos empresários de Shenzhen eram camponeses médios em 1978” (JABBOR, 2020, p. 78). Concomitante a formação de pequenos empresários agrícolas, o aumento da produtividade levou massas de camponeses a procurarem empregos nas cidades, adensando o exército de trabalhadores de reserva.

Outra parcela significativa da burguesia formou-se a partir dos próprios quadros burocráticos do PCC, quando esses utilizaram seu poder político e transformaram-no em poder econômico. Cerca de 90% dos atuais milionários chineses vieram ou tem relações próximas com os quadros de liderança do partido, o que indica a importância dessa parcela de capitalistas (NOGUEIRA, 2017). Essas elites se beneficiaram de sua posição política, principalmente nos quadros administrativos das empresas estatais, para que através do sistema duplo de preços - uma vez que podiam fugir ao sistema de planejamento planificado que estipulava preços menores que os de mercado - pudessem acumular riqueza privada (QI et al., 2019). Essa forma de corrupção, reconhecida pelos chineses como *Guandao*, teve grande influência sobre o Estado, ao diminuir sua capacidade para atuar através de políticas fiscais na década 1990. Esse acúmulo de riqueza, porém, só se reverteu em acúmulo de capital a partir dos processos de privatização das empresas estatais, das empresas distritais e da expropriação das terras comunais no período subsequente (NOGUEIRA et al., 2019).

Newly privatized firms achieved rapid growth by taking advantage of formerly public assets and technologies while downsizing their workforces and disciplining their workers that remained with unemployment threats. For these new capitalists, privatization occurred via a process that often resembled a transfer of assets rather than a sale. The beneficiaries were insiders with deep connections, often exfactory managers or local officials. Generally, these insiders were able to affect the pricing of assets because of insider information about particular assets or their personal connections with local government officials, which resulted in asset losses, debt forgiveness, and subsidized credit for investors who lacked their own sufficient capital. There have been many cases of former SOE managers or local officials who did not pay anything out of pocket but became owners of privatized enterprises by means of loans to be paid with future profits. (NOGUERIA et al., 2019: p. 10)

Pode-se afirmar que outra parcela significativa da burguesia proveio da população de chineses localizados fora da China Continental, principalmente em Taiwan e em Hong Kong (ARRIGHI, 2009). O grande mercado interno chinês e a disposição de mão-de-obra barata e qualificada foram variáveis chaves na atração do investimento estrangeiro. O idioma, a cultura e os laços pessoais próximos com os governos locais (mais poderosos politicamente após as reformas institucionais de Deng Xiaoping²¹) - que permitiram o condicionamento da entrada de capitais no mercado chinês a contrapartidas que facilitam a promoção da carreira no partido - beneficiaram relativamente mais os empresários chineses ultramarinos que os internos (HARVEY, 2005). Mesmo assim, as relações do país com a economia global são determinadas a priori pelo governo central. O controle sobre as taxas de câmbio e juros, além da forte regulamentação sobre investimentos estrangeiros, são ajustados de acordo com as definições da cúpula do PCC.

Entre 1990 e 2008, 45% dos IED's realizados na China tinham origem no complexo Hong-Kong/Macau; em segundo lugar os EUA, empatados com Taiwan, com 9%; seguidos por Singapura com 6%. Alemanha e França correspondiam a 2% e 1%, respectivamente. Se tomarmos, no conjunto, o complexo Hong-Kong/ Macau, Taiwan e Singapura, conclui-se que mais de 60% dos IED's na China são executados por chineses. (JABBOUR, 2020, p. 114)

No processo de formação da classe doméstica burguesa, o Estado Chinês iniciou um movimento duplo, no qual, ao mesmo tempo em que estimulou a formação da burguesia nacional, passou a ser pressionado pela ação da incipiente formação de capital a liberalizar cada vez mais a economia doméstica. Isso é, apesar de consciente e projetado com gradualismo e visão de longo-prazo, o processo de introdução de mecanismos de mercado transformou a estrutura social chinesa, criando novas dinâmicas e novos relacionamentos entre o Estado e a classe capitalista, a qual ganhou relativa autonomia em relação à ação estatal. Principalmente a nível local, observa-se uma relação simbiótica entre a burocracia e os empresários (ZWEIG, 2016). Em troca da solvência do governo local e dos bons resultados econômicos que implicassem na escalada na hierarquia governamental do PCC, os capitalistas demandaram a expansão da possibilidade de acumulação, baixos padrões de trabalho, baixos custos de terra e parâmetros ambientais (NOGUEIRA et al., 2019).

²¹ David Zweig considera que há uma tensão dinâmica entre o Estado Central e os governos locais após as reformas institucionais. O processo de desregulamentação e descentralização deixou os governos locais, e não o mercado, no controle sobre grande parte dos recursos. (ZWEIG, 2016). Desde 1993, por exemplo, os governos locais passaram a deter o direito legal de determinar padrões locais de salário mínimo, o que levou uma rápida deterioração ao passo em que as províncias competiam pelo salário mais baixo, processo que a partir de 2008 começa a se reverter. (HONG YU, 2017).

Essa relação iniciada com as reformas vai então sofrer novas reconfigurações a partir da reintegração chinesa à economia global, principalmente quando da sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), e da incorporação das tecnologias da informação na sua estratégia de crescimento econômico. Por um lado, a informatização da indústria chinesa passa a ser o principal objetivo econômico, por outro, a falta de tecnologia de ponta doméstica implicou numa dependência de tecnologia estrangeira, que condicionou a estratégia do Estado Chinês tanto na política industrial quanto na Governança da Internet.

3.2. A Indústria da Internet Chinesa: desenvolvimento da base material da Governança da Internet

No sentido de explorar as relações entre o Estado Chinês e o Capital nascente e seu reflexo na Governança da Internet, passa-se agora a analisar a Indústria da Internet Chinesa. Argumenta-se aqui que a Indústria da Internet se tornou central para a estratégia de desenvolvimento nacional, com a tomada de consciência das diferentes elites chinesas, como meio para a inserção em níveis mais altos da cadeia de valor global de produção, para a absorção de tecnologia e para a consolidação de um mercado doméstico consumidor e dinâmico. Para tanto, políticas públicas que atraíssem investimentos externos – aumento do processo de liberalização econômica, participação ativa nas relações externas, incentivos fiscais às exportações – foram conjugadas a políticas de proteção e de incentivo às empresas domésticas – compras públicas, estabelecimento de padrões técnicos, manutenção de empresas públicas estratégicas. Essa opção “inclusiva” influenciou em uma abordagem da Governança da Internet por vezes contraditória, como será discutido no próximo capítulo.

O que compõe a Indústria da Internet? Considera-se a indústria da internet a gama de setores que dão viabilidade e expansão à rede das redes. Primeiro, os fabricantes de equipamentos de telecomunicação, tanto os de cabeamento quanto os de hardware. Segundo, os operadores de rede. Por fim, os setores de serviços da Internet, tanto programadores e desenvolvedores quanto redes sociais (onde se localizam os consumidores). Observa-se de pronto que a Indústria da Internet tem uma alta complexidade, por um lado, requerendo tecnologia de alto valor agregado, e, por outro, gerando um encadeamento entre grande número de setores, inclusive para além dessa esfera delineada, com empresas usuárias potencializando seus produtos e serviços através da Internet. Outros pontos são a necessidade de mão-de-obra altamente qualificada no setor de pesquisa e desenvolvimento, além dos setores de design e de

marketing; e, de uma indústria intensiva em capital para a produção dos equipamentos e microprocessadores.

É nesse sentido que o aumento do número de empresas multinacionais no mercado chinês com as reformas liberalizantes, aumentou também proporcionalmente a pressão pela estruturação da infraestrutura de telecomunicações apropriada a tendência generalizada de informatização da cadeia global de valor. Segundo Hong Shen, “para os líderes chineses, a Tecnologia de Comunicação e Informação (TCI) no geral, e aos poucos a Internet, foram a infraestrutura fundante para a reconexão do país na economia global” (tradução nossa, 2016, p. 6). Ela vai além, argumenta que em meados da década de 1990, formou-se um consenso da elite chinesa em torno da ideia de que incorporar-se ao capitalismo digital global era uma estratégia central para o desenvolvimento chinês. Dentro da concepção de setores estratégicos que geram encadeamentos com outros setores da economia, o setor de telecomunicações se tornou a ponta da estratégia econômica governamental (JABBOUR, 2020). O argumento de Hong é melhor ilustrado pelo discurso de Younjin Zhen, ex-diretor do Centro de Infraestrutura da Informação em 1997:

Informatization is the foundation of China's economic modernization; information resources are one of the most basic and important inputs for modern economic development; the information industry should become the fundamental sector of China's economy (NEGRO, 2017, p. 21)

O primeiro grande projeto lançado pelo governo chinês visando informatizar a economia, o Golden Project em 1993, englobou doze diferentes programas para setores específicos. O projeto é importante por ser o primeiro a formalizar as dinâmicas em curso no cenário global como políticas públicas. Dentre os programas, destacam-se o Golden Bridge e o Golden Customs:

Golden Bridge is the infrastructure for ‘informatizing’ the national economy. At its core is a project to build the infrastructure backbone over which other information services will run. Golden Bridge was originally intended to provide Internet and e-mail access, EDI, database services, online information services, and application service systems. The network backbone was to use fiber-optic and satellite based systems. The Golden Bridge project prompted the construction of ChinaGBN, which has become a major interconnection network and ISP. [...] The Golden Customs project was intended to create an integrated data communications system connecting foreign trade companies, banks, and the customs and tax authorities. The system was to speed up customs clearance and strengthen authorities’ ability to collect tax and duty payments. The Golden Customs project allows companies to submit import and export declarations to the customs authorities, calculate duty payments, and check import and export statistics. (LOVELOCK, 2002. p. 6 – 7)

Na descrição do projeto Golden Custom, nota-se a intenção de padronizar e de facilitar as trocas comerciais com o mercado internacional, fator em consonância com a nova dinâmica da economia. Essa consciência sobre a dinâmica mundial levou a concepção de políticas

industriais para indução da absorção de tecnologia estrangeira, aliando-as à interiorização de infraestruturas e de empresas domésticas. Dentro do Golden Bridge, as empresas norte-americanas Cisco e Sun Microsystems foram contratadas para a instalação do primeiro *backbone* chinês, mas não antes do governo norte-americano emitir autorização. Entre 1990 e 2002, observa-se o acúmulo de 70 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros no setor, enquanto o investimento doméstico foi de 22 bilhões (HONG, 2019). Esses e outros casos, mostram a grande dependência da economia chinesa do capital externo, principalmente de tecnologia e de *know how*, nas primeiras fases de desenvolvimento de uma infraestrutura própria de telecomunicações, condição frágil que as elites se mantiveram cientes, e que souberam se utilizar para geração de encadeamentos positivos na economia:

During the past two decades or so since we began to pursue the policy of reforms and opening to the outside world, our country has imported a huge amount of technologies and equipment, which played an important role in raising the overall technological level of our industries and promoting the country's economic development. However, one should be clearly aware that importation of technology without emphasizing assimilation, absorption, and reinnovation is bound to weaken the nation's indigenous R&D capability, which in turn widens the gap with world advanced levels (STATE COUNCIL, 2006, p. 8)

A posição diplomática chinesa nesse período foi no sentido de criar alianças estratégicas com as potências globais. Seu pragmatismo e defesa do multilateralismo, juntamente com o Conceito de Nova Segurança²² do governo Jiang Zemin, estabilizaram as relações externas, abrindo oportunidades para a cooperação nas áreas econômicas. Os estrategistas chineses compreendiam a dinâmica internacional pós-Guerra Fria numa divisão de poder uni-multipolar, com os EUA hegemônicos, que, contraditoriamente, dependia cada vez mais dos seus aliados, principalmente Japão e Alemanha (CLEGG, 2010). A opção chinesa pela defesa do multilateralismo, então, favorecia as alianças com as potências, para, por exemplo, obter autorização da instalação de *backbones*, e continha a margem de ação dos norte-americanos através da crescente legitimidade dada às instituições criadas por eles mesmos (CLEGG, 2010).

A conjugação das estratégias doméstica e externa levou o país de “um exportador majoritário de têxteis e manufaturas simples na década de 1980 para principal vendedor de bens elétricos e eletrônicos nos anos 1990 e de máquinas a partir da década seguinte” (NOGUEIRA, 2012, p. 6). Porém, como bem chama atenção Nogueira, isso não significa que o país tenha avançado na cadeia global de valores, já que grande parte da indústria se especializou na

²² Segundo Clegg “o Conceito de Nova Segurança pode ser visto como um exercício da boa vizinhança, apresentando uma imagem da China como responsável, pacífica e cooperativa, objetivando apaziguar as ansiedades dos países do Sudeste Asiático sobre seu acúmulo de poder” (tradução nossa, 2010, p. 62).

montagem final dos produtos. No final de 1990, quase 94% dos equipamentos de telecomunicação eram produzidos por joint-ventures ou empresas estrangeiras em solo chinês (HONG, 2019). Começava a se tornar padrão econômico o que pode ser resumido pela frase gravada no verso dos celulares da Apple: “desenvolvido na Califórnia, produzido na China”.

Tal arranjo foi caracterizado por Holst (2002) e Tong e Zheng (2008) como um “comércio triangular”; por Medeiros (2007), como a “China como duplo polo na economia mundial”; e por Runbaugh e Blancher (2004), como uma “correia de transmissão” de bens e investimentos. Os autores discutem a posição da China como fábrica final para a produção de bens que abastecem, em grande medida, as economias centrais do Ocidente e, também, sua posição como importadora de máquinas, peças, partes e componentes dos demais países do Leste Asiático. (NOGUEIRA, 2012, p. 15)

Não é por acaso que, na intenção de proteger as empresas domésticas da concorrência externa, o governo lançou sua estratégia de interiorização, *Western China Development Program* (2000), e, quase concomitantemente, também de internacionalização, *Going Out Strategy* (*zou qu chu*) em 1999. No primeiro caso, o objetivo era ampliar e consolidar o mercado interno, gerando desenvolvimento regional e integrando as áreas litorâneas ao interior, destinando obras públicas principalmente às empresas domésticas e estatais (JABBOUR, 2020). Segundo Elias Jabbour, “cerca de US\$ 100 bilhões foram alocados somente entre 1999 e 2005 em grandes projetos infra-estruturais de longo alcance” (2020, p. 117) No segundo projeto, o objetivo era a indução da internacionalização das empresas chinesas para mercados do Sul Global, onde a tecnologia mais barata e de menor valor agregado, teria mais chances de ser demandada (JOSEPH, 2019). Cabe apontar que os programas não se voltaram especificamente para o setor da Indústria da Internet, porém a gama de empreendimentos envolvido nele foi a que mais se beneficiou das políticas públicas econômicas (YU, 2019).

Logo após o estouro da bolha *dot com* nos EUA, em 2001, investidores americanos foram atraídos pelo mercado chinês, agora também legitimado pelo seu ingresso na OMC, buscando alocar seu capital em ativos mais estáveis. O fluxo de capitais para o mercado chinês foi tanto que, Hong Yu argumenta, houve uma perda da autoridade estatal chinesa sobre a economia exportadora até meados de 2008. No mesmo ano, é lançado pelo governo o *China Next Generation Internet* (*hōngguó Xià Yīdài Hùliánwǎng*) almejando a adoção de padrões tecnológicos mais avançados, com o enfoque central no IPv6 desenvolvido pela Internet Engineering Task Force. O IPv6 possibilitava o aumento exponencial do número de endereços IPs disponíveis, além de garantir mais segurança e estabilidade, e, com a resistência norte-

americana em adotá-lo dada a pressão das empresas recém impactadas pela crise²³, a elite chinesa viu uma chance para liderar uma nova geração da Internet (ZHAO, 2016).

Wu Hequan, in his capacity as vice president of the Chinese Academy of Engineering, was quoted in a China Daily report as saying that “IPv6 is the hope of China’s IT industry”. In his view, IPv6 has offered a chance “not to be missed to close technological gap and even to take a leading role in the next-generation Internet era, “as China is able to initiate R&D of IPv6 almost at the same time as developed countries” (ZHAO, 2016: p. 279-280)

A dimensão política envolvendo o IPv6 está diretamente conectada a Governança da Internet Chinesa, como mostrar-se-á na próxima seção. A sua instalação, por outro lado, aumentando o número de IPs disponíveis para o mercado chinês, garantiu as bases necessárias para a expansão do investimento no setor e o seu acréscimo na participação no produto agregado. A prioridade estratégica da informatização para o Estado Chinês é destacada no Décimo Plano Quinquenal (2001-5), principal plano de desenvolvimento econômico. Também é destacado pelo Ministério da Indústria da Informação (MII) ao denominar metaforicamente a indústria da informação como a cabeça do dragão (*longtou*) da economia chinesa no novo século (DAI, 2004). Concepção que se reflete na manutenção das operadoras de telecomunicação – *China Mobile Communications Group*²⁴, *China Unicom*²⁵ e *China Telecom*²⁶ - como propriedade estatal sob a supervisão da *State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council (SASAC)*.

²³ Segundo Xiudian Dai (2004) há um alto custo no processo de reengenharia para economias mais avançadas no desenvolvimento tecnológico quando ocorre a introdução de um novo padrão. Esse custo poderia ser visto como uma vantagem para economia que chegam atrasadas na instalação das redes.

²⁴ “China Mobile Communications Group Co., Ltd. is a wholly state-owned Chinese telecommunications company (known until 2017 as China Mobile Communications Corporation) and the worlds largest mobile operator by subscriber base. It provides mobile voice and data services as well as fixed-line services, has 40 submarine and terrestrial cables, and a total of 138 points of presence covering 91 cities worldwide (2018). The leadership team of China Mobile are all Chinese Communist Party (CCP) members”. (MAPPING...,2020)

²⁵ “As a telecommunications company, it offers retail, enterprise and carrier telecommunication services. Its products and services include mobile and fixed-line voice and data communications; international private line satellite services; public and private cloud storage, cloud security and cloud communication services; and a banking FPS (faster payment service).The company is involved in China’s Belt and Road Initiative (BRI) through the construction of terrestrial and submarine cables. China Unicom has created high speed telecommunication links that connect China through Myanmar (CMI cable) to Africa and Europe (AAE-1 and PEACE cables) and South America (SAIL cable).As explained in its company handbook, “China Unicom has always insisted on taking the building of the Party and using that to guide the building of the company culture”. All members of the China Unicom leadership are members of the CCP, and the chairman also holds the position of party secretary.” (MAPPING...,2020)

²⁶ “China Telecom is a Chinese state-owned telecommunications company with the largest network in China offering a range of services from retail mobile, fixed-line and satellite services to a global content delivery network (CDN) to telecommunications network construction for overseas operators.is a Chinese state-owned telecommunications company with the largest network in China offering a range of services from retail mobile, fixed-line and satellite services to a global content delivery network (CDN) to telecommunications network construction for overseas operators”. (MAPPING...,2020)

Isabela Nogueira, ao fazer uma análise acerca de valor agregado na economia chinesa, observa que entre 2002 e 2007 “o segmento de mais rápido progresso foi o de equipamentos de telecomunicação, que sozinho passou de 12,5% para 43,6% [na soma ponderada do Valor Agregado doméstico] isto sugere um progresso generalizado de agregação de valor do segmento” (NOGUEIRA, 2012, p. 30). No caso do setor de computadores, Nogueira obteve resultado distintos: mesmo com um aumento do valor agregado de 19,3% para 33,9%, as empresas estrangeiras ainda dominavam o mercado em 2007, com 93,3% das exportações. De fato, em oposição ao segmento de computadores, formaram-se firmas líderes no segmento de equipamentos de telecomunicação, com um grau maior de internalização e transferência tecnológica. Isso denota que a alta participação de empresas estrangeiras de tecnologia de ponta no mercado chinês implicou no consumo de insumos intermediários internamente, o que acelerou o mercado doméstico. Por outro lado, essa indução também não pode ser vista com uma causalidade direta, já que, como mostra Hong Yu, o Estado criou mecanismos legais que obrigavam as empresas estrangeiras comprarem determinada porcentagem de bens intermediários do mercado interno.

Dentre as empresas chinesas líderes no setor de eletroeletrônicos e tecnologia da informação que se beneficiaram das políticas indutoras estão Lenovo, Huawei e Baidu. A consolidação dessas firmas, em acordo com um amplo consenso entre pesquisadores da China, teve o intenso suporte do Estado, a inovação incremental obtida por absorção tecnológica ou cópia deliberada, e o aumento da demanda do mercado doméstico e internacional (NOGUEIRA, 2012; YU, 2019; HONG, 2020; JABBOUR, 2020). Qual a relação dessas empresas com o Estado Chinês?

A Lenovo foi fundada em 1984 sob o nome Legend Computers pela Academia Chinesa de Ciências – de propriedade estatal - e logo se tornou a maior vendedora de computadores pessoais da China. Ao adquirir em 2005, a antiga Divisão de Computadores da empresa norte-americana IBM, obteve incrementos tecnológicos essenciais para sua expansão. Atualmente, de acordo com informações disponibilizadas pela própria empresa, a Lenovo está na posição 286 na *Fortune List 500*, é a maior vendedora de PCs e quarta maior de smartphones do mundo. O Estado Chinês mantém 31%, através da Legend Holdings Corporation, dos ativos da empresa. Ao longo da sua história, nota-se uma frequente interação com o Estado: 1) sua fundação pela Academia Chinesa de Ciências se relaciona com o objetivo estatal de desenvolver uma indústria nacional de ponta; 2) Durante a década de 1990, os *Golden Projects* puxaram a demanda estatal por computadores, que juntamente com a proteção do mercado, levaram a consolidação da

Lenovo (NOGUEIRA, 2012); 3) Em 2009 a Lenovo foi novamente contratada pelo Estado para produzir PCs com microprocessadores de tecnologia nacional (YU, 2019).

A Huawei Technologies Co. foi fundada pelo ex-oficial do Exército Popular da Libertação e membro do PCC, Ren ZhengFei, em Shenzhen como uma empresa coletiva. Sua proximidade²⁷ com a alta cúpula do Partido Comunista permitiu maior acesso a créditos públicos e a contratos com as grandes estatais da estrutura de telecomunicações chinesa, China Telecom, China Mobile e China Unicom, para o fornecimento de equipamentos. A Huawei acabou se consolidando como a segunda maior empresa de telecomunicações do mundo. Em relatório anual de 2017, a empresa apresenta um crescimento de 15,7% da receita se comparado ao ano anterior, e aumento do investimento em Pesquisa & Desenvolvimento de 17,4%. Notam-se outras interações com o Estado: 1) junto com a empresa de origem estatal ZTE, a Huawei se beneficiou do estabelecimento de padrões técnicos chineses diferentes dos internacionais em 2006; 2) a empresa foi uma das escolhidas a participarem da estratégia Going Out de internacionalização iniciada em 2003; e 3) em 2006, a empresa foi contratada pelo governo para fornecer os equipamentos para a construção da rede CERNET2.

Ambas as empresas Lenovo e Huawei, beneficiaram-se também dos outros megaprojetos chineses, já destacados acima, obtendo grande inserção no mercado doméstico e internacional através dos baixos custos de seus produtos. Por outro lado, essas empresas passaram a enfrentar maiores restrições para sua entrada nos mercados do Norte Global, principalmente nos EUA, bem como de países que participam da aliança *Five Eyes* (EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia), acusadas de ameaçarem a segurança nacional desses países como consequência dos seus laços com o PCC. Nos EUA, essas limitações se intensificaram com a Guerra Comercial em 2018, tendo como caso mais reportado pela mídia internacional, o da própria Huawei. Na próxima seção discutir-se-á com mais profundidade as consequências desse caso para a Governança da Internet.

A Baidu Inc. é uma empresa especializada em serviços da Internet – serviço de busca, mapeamento, armazenamento na nuvem - sendo considerada o Google chinês. Junto com Alibaba e Tencent, a empresa faz parte do grupo BAT, acrônimo para as empresas mais lucrativas na China desde 2014. Foi fundada em 2000, por Robin Li, que em 2014 acompanhou a delegação chinesa de Xi Jinping para o Brasil, onde mais tarde adquiriu a empresa Peixe

²⁷ “A 2017 Chinese media report claimed that by 2007 Huawei had established more than 300 Chinese Communist Party (CCP) branches and counted 12,000 CCP members among its employees. The company is also believed to have numerous Chinese Communist Youth League organisations.” (MAPPING...,2020)

Urbano. Como outros empresários chineses, Robin Li é afiliado ao PCC²⁸ com formação nos EUA, onde adquiriu importantes contatos com elites norte-americanas da nascente indústria da internet. A empresa foi uma das mais beneficiadas pela saída do Google da China em 2010, como resultado da oposição da companhia norte-americana em respeitar a regulamentação chinesa sobre a Internet.

Esses exemplos ilustram as relações próximas entre a burguesia doméstica e o Estado, fator importante na abertura da economia chinesa, continuado com a Indústria da Internet. Isso não significa, porém, um excepcionalismo da economia e da política chinesa, já que esse padrão também foi verificado nos EUA como mostrado no primeiro capítulo. A diferença central é o nível de condução do Estado Chinês nessa economia e seu objetivo, expresso recorrentemente em discursos, de desenvolvimento a longo prazo e superação do subdesenvolvimento através da Indústria de Tecnologia. E conseqüentemente sua ação ativa na criação dessa burguesia doméstica. Enquanto os norte-americanos buscam uma manutenção do seu status quo, utilizando do seu poderio econômico e político para estimular a abertura irrestrita de mercados para o seu capital.

Ponto importante na intensificação da estratégia desenvolvimentista chinesa, que enfatizou ainda mais a divergência de caminhos entre os países, foi a crise financeira de 2008.

The 2008 global economic crisis exposed China's malaise of structural dependence on transnational capital, foreign technology, export markets, and an externally centered accumulation system. In 2007 before the financial outbreak, China's external dependence rate measured as the ratio of foreign trade in the GDP stood at 63.7 percent.

Nesse momento de inflexão, o Estado Chinês iniciou uma série de políticas contracíclicas com grande enfoque na indústria de tecnologia de ponta. Isto é, enquanto na primeira crise de 2001 o mercado chinês aproveitou passivamente (pela ótica de políticas fiscais) os desdobramentos da crescente incerteza no mercado norte-americano (condicionado pelas instituições internacionais a seguir o receituário neoliberal), na segunda, dada sua nova posição na economia internacional muito mais integrada aos mercados financeiros, o Estado precisou se colocar ativamente para manter a estabilidade do crescimento. Mesmo com os exemplos de sucesso privado acima, a dependência de tecnologia externa e a estrutura produtiva de montador

²⁸ “Soon after its founding in 2000, Baidu established an internal general party branch (党总支), according to Chinese media reports. In 2011, on the eve of the 90th anniversary of the Chinese Communist Party (CCP), the company received approval to establish a party committee (党委). Although not a party member himself, Baidu CEO Robin Li is a member of the Chinese People's Political Consultative Conference, the country's primary United Front body. As of late 2016, Baidu had 3,600 registered CCP members out of a total of around 40,000 employees, according to the Cyberspace Administration of China, China's cyberspace regulator. Key technical positions within the company are occupied by party members in order to ensure CCP control”. (MAPPING...,2020)

de última instância levaram as elites a se sentirem ameaçadas, buscando mais intensamente diversificar a malha produtiva e garantir a autonomia tecnológica.

A crise de 2008 abre espaço para uma série de política indutoras. A partir de 2010 novos programas são lançados pelo governo com maior enfoque nas tecnologias da informação e sua integração com a Indústria Tradicional. O lançamento da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative - BRI) em 2013 pelo presidente Xi Jinping, trouxe uma nova concepção às relações econômicas e políticas asiáticas. O BRI “tem como grande objetivo construir ligações marítimas e terrestres entre a China e países da Eurásia e África através do comércio, investimento e desenvolvimento de infraestrutura” (HONG, 2018). Xi Jinping declarou sua intenção de aprofundar a integração do BRI através das tecnologias de rede de próxima geração: inteligência artificial, big data, cloud computing e smart cities. A Digital Silk Road se constituiu para viabilizar a infraestrutura para a internacionalização de empresas chinesas (HONG, 2018).

The global activities of Chinese tech companies are a natural extension of China's going out policy, which also provides a chance to developing economies to catch up with the high speed developed digital world. ZTE and Huawei have managed to become key partners for major telecom operators in advanced countries, and is also making inroads into developing economies by setting up data centres, laying down optical fibre cables, and proposing ICT infrastructure. For instance, Zambia's communications infrastructure is going to be built by Huawei entirely, and Chinese e-commerce giants Alibaba and Tencent are expanding their services for small businesses in Southeast Asia and Africa. (LELE et al, 2019: p. 42)

No quadro abaixo agregaram-se as principais políticas nacionais do período observado. É possível notar a participação das empresas estatais, mas também das empresas privadas, dentre os principais responsáveis para a execução dos projetos nacionais.

QUADRO 4 - Políticas Públicas Chinesas voltadas ao desenvolvimento da Indústria da Internet

Política Instituída	Período	Principais Responsáveis	Objetivos-Gerais	Resultados
Twelve Golden Projects	1993 - 2001	<ul style="list-style-type: none"> ● Chinese Government; Central ● Ministério da Indústria Eletrônica 	<ul style="list-style-type: none"> ● Construir uma <i>National Information Highway</i> como meio para a modernização e desenvolvimento econômico. ● Unificar o país, conectando o centro às províncias e permitindo o governo agir entre as fronteiras ministeriais e industriais. ● Aumentar a eficiência e a supervisão do governo central sobre os órgãos ministeriais através da informatização do sistema público. 	Aumento expressivo do número de websites .gov e .cn, sendo .gov ainda mais significativo. Institucionalização de órgãos e de políticas públicas para a Internet com o crescimento de regulamentação sobre conteúdo e sobre padrões técnicos.
Government Online Project	1999 - ?	<ul style="list-style-type: none"> ● China Telecom; ● State Economic and Trade Commission 	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar um sistema administrativo central que coleta e transfere dados para e de seus usuários, público, empresas e departamentos governamentais. ● Estabelecer websites institucionais que provêm informação e serviços e facilitam a colaboração entre governo e empresas de TI. 	De acordo com o <i>Government Online Project Service Center</i> , com um ano 60% dos departamentos de estado estavam com sites operantes. No fim de 2000, 80% de todas as agências governamentais, tanto local quanto nacional, haviam estabelecido sites.
Enterprise Online Project	2000 - ?	<ul style="list-style-type: none"> ● China Telecom; ● State Economic and Trade Commission 	<ul style="list-style-type: none"> ● Estimular pequenas e médias empresas, além das empresas estatais, a desenvolver websites para a troca de informações entre empresas e dessas com o consumidor. 	No fim dos anos 2000, foi reportado que 56% das empresas tinham seu próprio website, mas apenas 27% desse todo recebia pedidos online.

China Next Generation Internet	2002-2010	<ul style="list-style-type: none"> ● State Council's National Development and Reform Commission ● MOST, MOE, CAS, MII, NSFC, CAE ● CERNET, China Telecom, Unicom, Netcom, China Mobile, Railcom ● Bitway e Huawei 	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a infraestrutura para que a China assumira a frente no desenvolvimento de novas tecnologias. ● Construção de um backbone mais rápido, mais seguro e que permita conexão móvel 	<p>O governo investiu US\$170mi nesse projeto, com US\$75 para a construção do backbone e US\$97mi para desenvolvimento de tecnologia e aplicações. Em 2006, CERNET2 foi considerada a maior rede de padrão IPv6 do mundo. Em requerimento governamental, metade do equipamento implementado no CERNET2 proveio da Huawei e Bitway.</p>
Inovação Autóctone - (National Medium and Long-Term Plan for Science and Technology Development)	2006 - 2020	<ul style="list-style-type: none"> ● Ministry of Science and Technology (MOST) ● Chinese Academy of Science (CAS) ● Chinese Academy of Engineering (CAE) ● Chinese Academy of Social Sciences (CASS) ● The National Development and Reform Commission (NDRC) ● Ministry of Finance ● Ministry of Education 	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer a capacidade de inovação autóctone e o nível de Ciência e Tecnologia ao promover desenvolvimento econômico e social e mantendo a segurança nacional. ● Alcançar taxas mínimas de autossuficiência em tecnologia de ponta nas aplicações voltadas para defesa nacional, e em produtos-chave. ● Tornar-se uma sociedade orientada para inovação até 2020 e líder mundial em ciência e tecnologia até 2050. 	<p>Em 2019, em relatório, o State Council informou que desde o ano 2000, a china aumentou o investimento em inovação em 18% ao ano. O nível de complexidade da economia chinesa aumentou de 0.31 em 2005 para 0.89 em 2020.</p>
BroadBand Strategy China and Implementation Scheme	2010 - 2020	<ul style="list-style-type: none"> ● State Council's National Development and Reform Commission 	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover conexão da Internet a menores custos à população. ● Até 2013, 40% de todas as casas terão acesso a internet banda-larga, 25% terão acesso a 3g ou 4g. Em 2020, todas as áreas rurais e urbanas devem ter cobertura banda-larga, com conexão de ao menos 12Mbps no campo. 	<p>Segundo relatório da China Academy of Information, os objetivos de 2013 só foram atingidos em 2015, quando se alcançou 56,1% de casas com banda-larga. No total, de 2010 a 2018 houve um aumento de 322% na capacidade de banda-larga.</p>

Internet Plus e Made in China 2025	2015 - 2025	<ul style="list-style-type: none"> ● Ministry of Agriculture ● National Development and Reform Commission ● Ministry of Science and Technology ● Ministry of Commerce ● General Administration of Quality Supervision, Inspection, and Quarantine ● China Food and Drug Administration ● State Forestry Administration. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a integração das indústrias tradicionais com a Internet da Coisas, acelerando o crescimento econômico. ● Atualizar e fortalecer a segurança da infraestrutura da Internet. ● Expandir o acesso à Internet e tecnologias relacionadas. ● Alcançar 70% de auto suficiência em tecnologias-chave até 2025. 	Aumento da penetração da Internet no setores secundário e primário em 19,5% e 8,2% em 2019. Contribuição da Economia Digital para o PIB em 2019 foi de 36,2% um crescimento de quase 10% em relação a 2015
13th Five Year Plan e Digital Silk Road	2015 - 2020	<ul style="list-style-type: none"> ● State Council's National Development and Reform Commission ● Development Bank of China ● Huawei e ZTE ● China Telecom, Unicom, Netcom, China Mobile ● China's Ministry of Foreign Affairs 	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover o desenvolvimento do setor digital de serviços entre os países da Belt and Road Initiative (2013) como e-commerce, smart cities, telemedicina, e finanças da internet. ● Desenvolver uma infraestrutura digital entre os países do BRI. 	Construção de cabos de fibra-ótica entre China-Paquistão, China-Quirguistão, China-Myanmar e China-Rússia. Empréstimos somam cerca de US\$7bi para redes de telecomunicação, e cerca de US\$10bi para e-commerce, pagamentos móveis, e bancos de dados.

FONTE: Elaboração Própria

3.3 Conclusões Parciais

Neste capítulo foram apresentadas as características econômico-políticas da China contemporânea e o desenvolvimento da sua indústria da internet a partir da economia política crítica. Argumentou-se que as relações entre Estado e Capital na China são caracterizadas por um duplo movimento, no qual ao mesmo tempo em que o Estado induz a formação da burguesia nacional, essa burguesia ganha relativa autonomia e passa a influenciar as políticas públicas de Estado. Na Indústria da Internet é possível notar essas relações quando observados os casos da Huawei, da Lenovo e da Baidu, dentre outras não mencionadas, que têm quadros dirigentes com relacionamento próximo da burocracia chinesa e que se beneficiaram das políticas indutoras de inovação doméstica. No que diz respeito a formação da Digital Silk Road, notou-se solicitações do setor privado para garantir auxílio estatal.

Mesmo assim, a China ainda se mantém em patamares inferiores do desenvolvimento se comparado com o Norte Global. A rápida informatização de sua economia não foi suficiente para reduzir as desigualdades regionais do país, concentrando uma parcela considerável do rápido desenvolvimento nas regiões litorâneas. E mesmo com a acelerada integração a Internet, a China permanece atrás de países como Brasil e Rússia em quantidade da população com acesso à rede. Soma-se a isso, a manutenção da sua dependência de tecnologia externa, principalmente do Japão, Coreia do Sul, Alemanha e EUA, contra a qual as políticas chinesas vêm tentando enfrentar.

As políticas voltadas para a Indústria da Internet, portanto, se relacionam com o objetivo mais amplo de desenvolvimento da economia chinesa. A burocracia do Partido Chinês Comunista compreende as tecnologias da informação como meio de gerar encadeamentos positivos em outros setores da economia, e central para a concepção de soberania nacional neste século, e institui políticas claras para alcançar autossuficiência e a liderança nas novas tecnologias. Incorpora assim essa indústria em sua estratégia internacional de ascensão pacífica, criando oportunidades para suas empresas domésticas, mas também ameaçando a hegemonia norte-americana no setor.

4 GOVERNANÇA DA INTERNET CHINESA: O DESENVOLVIMENTO DA CIBER-SOBERANIA

O presente capítulo analisa a formação de uma outra governança que se contrapõe a governança neoliberal da Internet: a governança ciber-soberana chinesa. Tal intuito se torna relevante dada a escalada chinesa na economia internacional e, conseqüentemente, como ator-central no sistema internacional. Bem como, pelo atual acirramento da competição entre EUA e China, que tem no setor de alta tecnologia seu ponto focal. Acirramento que teóricos e a mídia internacional sugerem se caracterizar como uma nova Guerra Fria: emulando no debate da Governança da Internet, o que eram os blocos de países ao entorno dos polos ideológicos da Guerra Fria do século XX.

Para compreender a formação do discurso diplomático chinês na temática da Internet, recorre-se aqui a análise crítica de fontes primárias. Como observado no primeiro capítulo, o discurso de Governança da Internet acaba se manifestando “quase que automaticamente” a nível internacional em órgãos como ICANN e ITU. Mesmo assim, a construção desse discurso se dá principalmente a partir da interação de atores com diferentes interesses materiais no âmbito doméstico. Dessa forma, buscou-se conjugar a análise de materiais do âmbito doméstico, bem como das organizações internacionais que tratam da temática.

A análise se dá a partir da definição de períodos da história contemporânea chinesa pós-Deng Xiaoping, quando o primeiro acesso à Internet é estabelecido. Desdobram-se então os períodos em atores-chave, que se caracterizam ou como unidades do Estado ou como unidades do Capital, em referência a Economia Política. A partir da definição dos períodos e dos atores, coletaram-se documentos e discursos na temática da Governança da Internet que possibilitam analisar as hipóteses deste trabalho, quais sejam:

- a) A Governança Ciber-soberana da China se formou como desdobramento direto da estratégia de desenvolvimento chinês, auxiliando e fortalecendo o papel das empresas domésticas, principalmente após a crise de 2008.
- b) A Governança Ciber-soberana da China se formou como uma necessidade de manutenção do poder do Partido Comunista Chinês, ameaçado pela pressão social como consequência da difusão da Internet na sociedade chinesa.
- c) A Governança Ciber-soberana da China se formou em resposta a Governança Neoliberal Norte-Americana, contraditória com a geopolítica da Internet, que implica numa distribuição desigual de recursos críticos da Internet e conseqüentemente ameaça econômica e securitariamente o mercado chinês.

As três hipóteses traçadas aqui não são excludentes. Compreende-se que sendo o objeto de estudo complexo e abrangente, há múltiplas variáveis que o condicionam. Mesmo assim, não significa que todas hipóteses sejam igualmente validadas, buscar-se-á neste capítulo a compreensão do nível de poder explicativo de cada uma delas para o problema proposto.

Para tanto, o capítulo divide-se, além dessa breve introdução, em três subseções. A primeira aprofundará a metodologia utilizada na análise subsequente da Governança da Internet Chinesa. Em seguida, discutiremos a periodização da história contemporânea chinesa escolhida para esse trabalho. Na terceira seção analisaremos, de acordo com a metodologia e a periodização apresentada, os documentos e os discursos reunidos para essa pesquisa.

4.1 Metodologia de Análise da Governança da Internet Chinesa

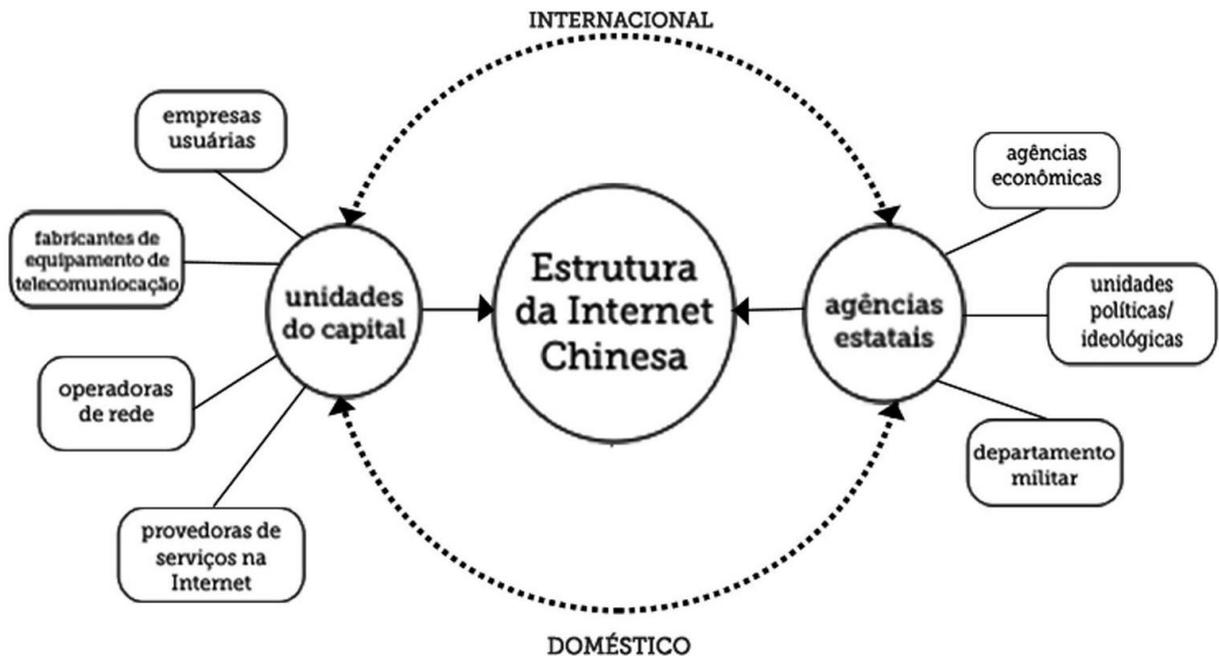
2.1.1 Atores da Economia Política

Analisar a Governança da Internet Chinesa é analisar como as relações entre o Estado Chinês e o Capital desenvolveram, através de acordos e de conflitos, uma infraestrutura e um discurso no que tange a Internet; e, também, como esse sistema de governança doméstico se relaciona com o sistema de governança global, associando-se ou distanciando-se, cooperando ou competindo. Ao mesmo tempo, é compreender como a relação dialética entre essas duas categorias se reflete na sociedade civil, já que a hegemonia de uma dada governança pressupõe a incorporação de um arcabouço normativo que condiciona as relações de um dado grupo social. O grande desafio que se coloca aí - uma análise coerente sobre um tema complexo dentro das limitações de espaço e de idioma - impôs a necessidade de tomar emprestado ferramentais e referenciais metodológicos sobre a temática.

No sentido de desenhar uma metodologia coerente com a abordagem teórica, recorre-se a pesquisa da Governança da Internet Chinesa Hong Shen. Em seu artigo “*China and Global Internet Governance: toward an alternative analytical framework*”, Hong argumenta a favor da análise de Economia Política Crítica no campo da Internet. Para a autora, a teoria “explora as contradições e contingências das políticas públicas” de desenvolvimento e “ênfatisa o poder estrutural que produz tal sistema midiático” (tradução nossa, PICKARD apud HONG, 2016, p. 2). Segundo Hong, “essa conceitualização considera a Governança da Internet como um espaço não somente de controle político e conflitos geopolíticos, mas também da construção capitalista” (2016, p. 3) e, por isso, dá destaque à luta intercapitalista pela distribuição de riqueza. A autora divide então metodologicamente as unidades do Estado e do Capital em

diferentes subunidades analíticas. Com o objetivo de ampliar e aprimorar o escopo da investigação, agregou-se também nesta pesquisa a categoria Sociedade Civil.

FIGURA 1 - ESQUEMA METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA ESTRUTURA DA INTERNET CHINESA



(FONTE: tradução nossa de HONG, 2016)

Como observado no quadro metodológico, considera-se neste trabalho que a Estrutura da Internet Chinesa se desenvolve das relações associativas e conflitivas entre Estado - analiticamente dividido em agências estatais - Capital - analiticamente dividido em unidades do capital. Mesmo que aqui se apresentem separadas, há um estreito imbricamento entre as categorias, sendo assim uma separação apenas aparente e meramente facilitadora.

O Estado é compreendido aqui como produto da luta de classes. Suas capacidades de ação dependem da natureza de seu aparato jurídico-político (SILBERSCHNEIDER apud CAMPREGHER, 2018). Além do seu monopólio legítimo da violência, sinalizado pelo ‘departamento militar’, também se destaca o seu poderio ideológico de estabelecimento de consensos através das ‘unidades políticas e ideológicas’. Por fim, a função de sustentação material do Estado que, através da tributação, da gestão da moeda, da dívida pública, e do sistema de reservas, coloca em prática “o processo de reprodução ampliada, redirecionada e redistribuída na forma de transferências estatais de renda ou de bens de consumo coletivo para maior ou menor recomposição do excedente originalmente apropriado pelas diversas frações

de classe (SILBERSCHNEIDER apud CAMPREGHER, 2018) pode ser compreendida pela atuação das ‘agências econômicas’.

Como visto no capítulo anterior, o Estado é central na compreensão da China. Frequentemente tratado como homogêneo e totalitário, o Estado Chinês é, ao contrário, palco para divergências ideológicas e, cada vez mais, da luta de classes. A escolha do secretário-geral do partido e do presidente do governo são a manifestação da convergência das forças internas ao entorno de um projeto nacional. Por isso, essas figuras serão tratadas com suma importância para a análise da Governança da Internet. São eles: Jiang Zemin - Zhu Rongji; Hu Jintao - Wen Jiabao; e Xi Jinping - Li Keqiang.

Esses líderes participam do Politburo Standing Committee, a instituição de mais alto nível na hierarquia chinesa. Junto de outros 5 membros seniores do PCC eles são responsáveis diretos pelas orientações dadas ao State Council e para People’s Liberation Army (PLA), atores respectivamente das unidades políticas de do departamento militar. O Ministry of Industry and Information Technology e sua agência administrativa, China Internet Network Information, como principais representantes da China nos organismos internacionais da Governança da Internet, são incluídos na categoria de unidades políticas. Nas agências econômicas destacam-se nesse trabalho a SASAC, responsável pela administração das empresas estatais como China Telecom, China Unicom e China Mobile, e o China’s Developmental Bank, responsável pelas linhas de crédito às empresas de tecnologia e aos projetos nacionais de desenvolvimento.

As unidades do Capital seguem fundamentalmente a lógica da valorização e da acumulação. Não adentrando aqui no Capital como relação social que é, as unidades representam a personificação da lógica capitalista. Por isso mesmo, no que tange a Governança da Internet, selecionaram-se as unidades com maiores interesses em moldá-la para garantir assim a reprodução de sua lógica: as frações da Indústria da Internet. Provedoras de serviço, operadoras e fabricantes envolvidas diretamente nessa organização e as empresas usuárias representando as frações do Capital que se beneficiam da difusão da Internet em seus negócios. São elas: Huawei, Lenovo, e as três grandes BAT, Baidu, Alibaba e Tencent. Agregam-se também a Internet Society of China, organização não governamental composta por 140 membros da indústria chinesa da Internet.

2.1.2 Análise de Discurso das Fontes Primárias

A pesquisa deste trabalho é orientada pela metodologia qualitativa exploratória. Assim, divide-se em três fases essenciais:

- I. *Revisão Bibliográfica*: análise e síntese da bibliografia consolidada no campo das Relações Internacionais, mais precisamente de teóricos da Economia Política, para a definição conceitual apropriada a ser utilizada.
- II. *Levantamento de fontes*: A partir das categorias conceituais estabelecidas por Hong Shen na sua análise da Governança da Internet Chinesa, quais sejam, Estado, Capital e Sociedade Civil, buscar-se-ão fontes primárias - principalmente discursos, projetos, leis e relatórios - a partir de 1995 até 2019 disponibilizados online nos sites oficiais das instituições escolhidas e traduzidos para o inglês, ou pelas fontes oficiais ou por órgãos especializados. O material será organizado a partir do período dos governos (FIGURA 2), visto que há um peso central do governo na organização econômico-política, divididos pelas suas categorias conceituais, e classificado pelo seu nível de relevância dentro da estruturação da governança da internet, quais sejam: 1) *pouco relevante*, porque é um ator marginal na formação do debate; 2) *relevante*, porque é um ator importante na formação do debate, mas não tem poder decisório para definição de políticas públicas; 3) *muito relevante*, porque é um ator importante na formação do debate e tem poder decisório para a definição de políticas públicas.
- III. *Análise Crítica de Discursos*: Esta fase corresponde ao objetivo específico de compreender o Desenvolvimento da Governança da Internet Chinesa e pretende analisar as fontes levantadas. Através da Análise Crítica de Discurso, pode-se compreender como as relações de poder são significadas, são simbolizadas. A análise de discursos se baseia numa macroanálise de como os discursos - em suas várias formas - constroem o que é possível para indivíduos e para instituições fazerem, dizerem e até pensarem. Nesse sentido, esse método é coerente com a abordagem da Economia Política, ao relacionar discurso e ideologia ao contexto material específico de uma certa sociedade em um certo momento histórico.

4.2.1 Período Jiang Zemin

O período Jiang Zemin se caracteriza pela continuação das políticas liberalizantes de Deng Xioping e pelo avanço da integração chinesa no sistema mundial, processos com consequência importantes para a formação da Governança da Internet Chinesa. Nas relações exteriores, o Estado Chinês passa a se comprometer com o multilateralismo e com a ascensão pacífica, estimulando a entrada de empresas estrangeiras no mercado nacional e o estabelecimento de acordos comerciais regionais. A consciência das elites chinesas sobre os processos em vigor na dinâmica internacional e o atraso no desenvolvimento tecnológico interno, levaram a formação de políticas públicas que aliassem Estado ao capital. A incipiente formação da infraestrutura de telecomunicações e as brechas desse setor fizeram com que as primeiras alusões a Governança da Internet fossem raras e ponderadas. Mesmo assim, as figuras públicas do PCC já referenciavam a *digital divide* e a soberania do ciberespaço como questões fundamentais a serem enfrentadas pela comunidade internacional.

Esta e as próximas seções discutem o posicionamento chinês em relação a três problemáticas da governança da internet: 1) os padrões técnicos da Internet que incluem protocolos de conexão e processo de tomada de decisões; 2) a distribuição dos recursos críticos da Internet, principalmente DNS e IP; e 3) as políticas públicas para a Internet, que incluem a formulação e a implementação de políticas nacionais de investimento e de controle das redes. O período em questão nesta seção apresenta limitações importantes em relação a disponibilidade de fontes primárias. A primeira explicação é a baixa taxa de informatização do governo e das empresas, bem como a falta de uma cultura online ativa entre os departamentos públicos. A segunda é em relação ao idioma, o governo chinês e as empresas passam a dar mais relevância a tradução de documentos para o inglês, e a mídia internacional a cobrir eventos na China, apenas a partir do segundo milênio, tendo por marco a entrada chinesa na OMC em 2001.

Gianluigi Negro (2014) argumenta que o regime regulatório da Governança da Internet doméstica evolui neste período da dependência de apoio externo para o estabelecimento uma infraestrutura própria e a administração de suas redes. O pesquisador, apoiado pelos indícios do estudo de Tan (1999), identifica que o período aqui analisado passa por três gerações regulatórias. A primeira, antes de 1994, se caracteriza pela fragmentação e pela experimentação. De 1994 a 1998, o *State Council's Steering Committee of National Information Infrastructure* (NII) se torna o “super-órgão” regulador da Internet. Finalmente em 1998, é criado o Ministério

da Indústria da Informação, responsável pela definição de planos estratégicos, políticas industriais, e regulamentação de leis para a indústria da informação (NEGRO, 2014).

A primeira interação chinesa com a Internet e o estabelecimento do primeiro backbone, como observado no capítulo anterior, foram condicionados pelas potências ocidentais. Os EUA negaram a primeira solicitação de estabelecimento de conexão a China, bem como a Cuba e ao Irã, argumentando proteger a segurança nacional (BHUIYAN, 2014). Com a privatização das redes em 1998, o oligopólio do mercado de infraestrutura de redes e a grande distância geográfica dos países periféricos acrescentaram custos consideráveis de implementação, frequentemente inviabilizando o desenvolvimento (BHUIYAN, 2014). Então, enquanto os países do Centro tiveram a conexão estabelecida já na década de 1980, países periféricos e semiperiféricos, como China, Índia, Brasil e África do Sul, obtiveram conexão em meados da década de 1990 (BHUIYAN, 2014). Essa primeira interação com o sistema de Governança da Internet é simbólica para a compreensão das discussões a seguir.

Mesmo após o estabelecimento completo da conexão em 1994, o período Jiang Zemin teve participação meramente marginal da China nos debates técnicos. No período analisado, apenas uma dentre 2.206 *Requests for Comments*²⁹ (RFC) da *Internet Engineering Task Force* (IETF) foi de coautoria chinesa: “*Chinese Character Encoding for Internet Messages*” (HONG, 2017). Internamente, por outro lado, houve frequentes tentativas de difundir padrões técnicos nacionais, inclusive obrigando empresas estrangeiras que entrassem no mercado a utilizarem o padrão estabelecido (ZHAO, 2010). Os padrões técnicos são de extrema relevância econômica já que permitem ou constroem a compatibilidade entre tecnologias de países e de regiões diferentes (BHUIYAN, 2014; HONG, 2017; ZHAO, 2010). Essa política vai acabar sendo intensificada no próximo período e beneficiando empresas domésticas (ZHAO, 2010; YU, 2019).

Na ICANN a participação chinesa também foi limitada. Hong Shen (2017) aponta que apenas em 1999, o professor de Tsinghua Professor Wu Jianping e o representante do MII Chen Yin, participaram das discussões. Chen Yin representou a China no órgão governamental da ICANN, o Governmental Advisory Committee (GAC); a ata da reunião disponibilizada, apesar de não se referir a manifestações da delegação chinesa, evidencia a discussão da soberania sobre o top-level domain e a posição dos governos (ICANN, 1999). Buscava-se uma maior

²⁹ As *Requests for Comments*, ou requerimento para comentários, são os principais documentos aceitos para a interação entre a comunidade da Governança da Internet. De acordo com Crocker, os documentos “shape the Internet’s inner workings and have played a significant role in its success”. A um processo de submissão, revisão e adição de comentários por pares técnicos, antes de eventualmente se tornar um parâmetro reconhecido por toda comunidade técnica da Internet.

compreensão sobre qual seria a relação das operadoras do domínio, em sua maioria de propriedade privada - ccTLD community - e organizadas e última instância pela ICANN, e seus respectivos governos, ficando descrito que

It was confirmed that the GAC is advisory in nature and does not tell ICANN what to do. Given that ccTLD matters often involve issues related to sovereignty, ICANN may look to the GAC for guidance in this area. It is hoped that the GAC will engage in a dialog and joint effort with the ccTLD community related to the development of recommendations for ICANN. (GAC, 1999, p. 6)

It was stated that the ccTLD community is uncomfortable with delegation of ccTLDs to nations, even to organized and democratic nations (for example, countries in the EU) and expressed that it is still unclear what the appropriate relationship between the ccTLD and the government should be. It was stated that the relationship with ICANN is under discussion. ccTLD community was uncomfortable with binding agreements with ICANN at the present, however, because ICANN is incorporated in California and feel that the relation to the US government in the form of the US Department of Commerce is unclear. The ccTLDs want ICANN to succeed but need more clarity on the scope of its mission. (GAC, 1999, p. 7)

Essas controvérsias se inserem na questão técnica e na questão da distribuição mundial de recursos críticos. Já observou-se anteriormente que o uso do IPv4 como padrão de endereçamento restringia o número de IPs disponíveis, afetando por isso o número total de DNS. Essa escassez junto com as estruturas reprodutoras de desequilíbrios regionais, implicava numa desigualdade de distribuição de DNS (BHUIYAN, 2014). E, por sua vez, resultava maiores ou menores preços para a compra do domínio, o que possibilita o estabelecimento de um website, e a disponibilização de conteúdos online.

Outro aspecto técnico, a inclusão dos ideogramas chineses como padrão técnico, era de extrema relevância para a difusão comercial no mercado chinês não-técnico (NEGRO, 2014). A empresa norte-americana VeriSign responsável pela administração do domínio .com buscou patentear a tecnologia que habilitasse o uso de caracteres não romanos (HONG, 2017). De maneira a impedir a entrada da empresa e a coordenação do mercado chinês de DNS, a *China Internet Network Information Center* (CNNIC), de propriedade estatal, criou sistema semelhante sob o *top-level domain name* .cn; passando a controlar sua distribuição em administração em solo chinês e dissuadindo a VeriSign de entrar no mercado chinês.

VeriSign, a US company that has had a near monopoly on domain names in English, has also received hundreds of thousands of applications to register Web addresses in Chinese. Its Chinese-character addresses end in the extensions ".com," ".net" or ".org." CNNIC's are entirely in Chinese characters. But the Chinese government has said only companies with permission from the Ministry of Information Industry can grant Chinese-language domain names, undermining VeriSign's plans to offer the same service. Registering domain names has been a money maker for VeriSign. Sales of domain names and related services brought in more than half of its US\$173.1 million revenue in its most recent quarter. CNNIC, which also hands out domain names ending in ".cn," is giving the Chinese domain names free to applicants on a first-come, first-served basis. (PEOPLES'S DAILY, 2000)

Apesar da baixa atuação chinesa nos fóruns internacionais de Governança da Internet, as manifestações públicas em outros fóruns do alto escalão do Estado Chinês destacam-se pela alta frequência da problemática da *digital divide* (desigualdade digital). Entende-se que o Estado Chinês, além de dar os primeiros passos na Governança da Internet, via os espaços da ICANN e IETF como ilegítimos para tratar dessas problemáticas, preferindo organizações consolidadas como a ONU e a ITU. Jiang Zemin, secretário-geral do partido em manifestação na Organização das Nações Unidas, aponta

On the one hand, it is the continued accumulation of wealth by developed countries in the North, and on the other, the aggravating poverty of developing countries in the South. The rich are getting richer, and the poor poorer. Not all countries have become beneficiaries of the development of modern science and technology and economic globalization. Imbalance in world development is becoming more acute. (JIANG, 2000a)

The rapidly advancing science and technology have become an important new driving force for the creation of wealth. The widening "digital divide" indicates that there exists a huge gap between the developed and the developing countries in terms of the level of science and technology. This will inevitably further widen the gap in wealth between the North and the South. Advanced science and technology which embody man's wisdom and creative spirit should be used and applied globally to promote peace and development in the interests of all peoples. (JIANG, 2000a)

No Fórum da ASEAN+China, o então premier Zhu Ronji, declarou que

Today, scientific and technological revolution represented by information technology is developing rapidly. A pressing task we are facing is to develop hi-tech and narrow or eliminate the "digital divide" with developed countries. (ZHU, 2000)

O então ministro do Ministério da Indústria da Informação, Wang Xudong, no primeiro Fórum da Sociedade da Informação

We believe that the information society is the result of human civilization and progress. As such, it should be a people-centred, development-oriented and inclusive society, which benefits all peoples and countries. However, we should not fail, in the process of economic globalisation and ICT development, to see the increasing disparity in wealth and the enlarging "digital divide between the developed and developing countries, and the least developed countries facing the risk of "being marginalized" in the information area. The international community should get ready actively to meet this challenge. (WANG, 2003)

A abordagem socioeconômica enfatizada pelos discursos retoma a tradição diplomática chinesa durante a Guerra Fria do não-alinhamento (BHUIYAN, 2014). Ao mesmo tempo, traz a pauta do desenvolvimentismo para o centro da discussão, de forma que a relevância das desigualdades econômicas e tecnológicas sejam levadas como prioritárias no debate da Governança da Internet (BHUIYAN, 2014). Nesse ponto, a ação do Estado, importante ferramenta em países subdesenvolvidos, para impulsionar o desenvolvimento da Internet foi

questionada pelos EUA e pelas empresas presentes nos fóruns de Governança (BHUIYAN, 2014).

As elites estatais chinesas também chamam atenção para a necessidade de maior regulamentação das redes, tanto doméstica quanto internacional. Além de solicitam maior atenção para a cooperação internacional com base no intergovernamentalismo. Novamente aqui se nota a falta de referência as organizações já existentes, numa possível sugestão de ilegitimidade dessas.

We need to strengthen the management of information and network security and make full use of the Internet's positive functions. Rapid development of the Internet is key to promoting economic and social development and strengthening contacts between peoples in different countries. However, we must realize that a number of problems concerning it deserve our full attention; for example, the existence of antiscience, pseudo-science, and unhealthy and outright harmful misinformation, and hacker attacks that can disrupt communications and paralyze networks. Information and network security affects national security. In accordance with the principles of actively developing information, strengthening supervision over it, seeking its advantages while avoiding its disadvantages, and using it for our own purposes, we need to raise the level of R&D on information and network security, establish standards for information security, improve laws and regulations concerning information security and the system of oversight and law enforcement regulating it, and create an equitable, reasonable, and orderly market environment. We also need to actively promote the enactment of an international Internet treaty and work with the international community to strengthen management of information security. (ZEMIN, 2009)

The international community should pay attention to the interests of the increasingly marginalized disadvantaged countries and groups, and lead the economic globalization towards a direction that enables all-win results and coexistence among different countries and groups. The developing countries should, through their own efforts, explore development modes of the information society that suit their own national conditions, and China will work unremittingly toward this end. We call on the developed countries to fulfil their obligations to render active and effective help in providing capital, technologies and human resources to enable the developing countries to keep up with the pace of development of the global information and network. Governments, organizations, private sectors and civil societies should be encouraged to strengthen cooperation in building the information society and bridging the "digital divide". We appeal for more participation and coordination by inter-governmental organizations in such issues as internet-related public policies to create a favourable international environment for the development of the Internet (WANG, 2003)

Os discursos ao mesmo tempo que reforçam o multilateralismo e o intergovernamentalismo, referenciam a importância da participação e da cooperação com outros atores na regulamentação. Essa concepção, bem como a participação de técnicos, da academia e de empresas chinesas nos fóruns de Governança, indicam a abertura a um modelo de multilateralismo inclusivo, porém, condicionado a manutenção do poder decisório dos Estados. Algumas indicações da defesa da soberania das redes ficam mais claras nos trechos que se referem ao respeito às nações, ao desenvolvimento adaptado às características locais, e

à relevância da segurança digital. Wu Jichuan, ministro do extinto Ministério da Indústria Eletrônica, dispôs que “by linking with the Internet, we don't mean absolute freedom of information [...] as a sovereign state, China will exercise control over this information” (JICHUAN apud XIAOMING et al, 1996). Jiang e Wang também fizeram declarações que fortalecem essa ideia:

The international community should fully respect the differences in social systems and cultural diversity. This is the basic norm for building the information society. Fourth, an important guarantee for building the information society is to build more information networks and strengthen information security. Efforts should be made to strengthen infrastructure, promote the use of ICTs and aggressively develop the Internet. Measures should be taken to actively and effectively prevent the use of information technologies and resources for pornographic, violent and terrorist purposes as well as for criminal activities endangering national security so as to ensure the healthy development of information and networks. (WANG, 2003)

Electronic warfare, with the application of electronic equipment and computer networks as its primary component, has begun to play a major role in war. In addition to customary issues of sovereignty over territorial waters and airspace, there is now also the issue of sovereignty over information. (ZEMIN, 2009)

A concepção de ciber-soberania só será institucionalizada a partir de 2010, contudo as declarações das unidades estatais no período Jiang Zemin já dão indicativos importantes sobre o pensamento chinês. Há uma noção nacionalista e desenvolvimentista presente quando se cita a Internet e as tecnologias da informação. A questão nacional, inclusive leva a ausência de representantes do governo chinês nas reuniões do GAC a partir de 2001, quando a ICANN aceita o *top-level domain name* de Taiwan (HONG, 2017). A posição de Pequim é que Taiwan faz parte do território chinês, e, portanto, sendo essa parte do seu governo, a representação internacional de Taiwan deve partir de Pequim³⁰ (JOSEPH, 2020). De forma geral, é uma prerrogativa aceita pelas organizações internacionais e pelos outros países - apenas 15 países reconhecem Taiwan como independente - o que leva a ausência de representação das delegações taiwaneses na ONU ou na ITU, e de embaixadas nas principais capitais mundiais. A China não mantém laços diplomáticos ou econômicos com países que reconhecem Taiwan como uma nação independente, ato semelhante ao afastamento da ICANN quando essa reconhece o ciberespaço taiwanês como independente do chinês (JOSEPH, 2020).

³⁰ Em 1945, forças da República da China sob o governo Chiang Kai-shek, do partido Kuomintang, tomaram Taiwan do Japão. Ao final da Segunda Guerra mundial, Taiwan foi cedida ao domínio chinês. Com o aumento da Guerra Civil Chinesa entre Kuomintang e o Partido Comunista Chinês, Chiang Kai-shek deixou a China continental e estabeleceu um novo governo em Taiwan. Até a redemocratização - iniciada em meados da década de 1980 e com o primeiro presidente diretamente eleito em 1996 - o governo estabelecido em Taiwan demandava ser reconhecido o governo legítimo de toda China, argumentando que o PCC fora estabelecido ilegitimamente a força. (JOSEPH, 2020).

A falta de relatórios e fontes primárias no período Jiang Zemin, ou mesmo declarações públicas das unidades do capital prejudicam a análise da interação dessas com as unidades estatais. No capítulo anterior, observou-se as relações próximas entre as empresas e a burocracia chinesa. Sua incipiente formação, o gap tecnológico em relação a empresas ocidentais, e a insignificante internacionalização nesse período - problemas identificados pelo Estado Chinês e tratados através de projetos como os Golden Projects e o Enterprise Online - são motivos para a ausência dessas unidades neste tópico.

4.2.2 Período Hu Jintao

O período Hu Jintao, 2001 a 2012, compreende importantes eventos internacionais sobre a Governança da Internet onde ficaram marcado o contraponto chinês e de outras nações do Sul Global ao modelo estabelecido na ICANN. Nesse contexto, houve uma crescente participação das empresas chinesas nos debates com declarações que indicam por vezes apoio e outras distanciamento do modelo defendido pelo Estado Chinês. Também é quando a Internet passa por um processo de maior popularização na sociedade chinesa, crescendo a preocupação do Estado sobre a regulamentação de conteúdo e de informações no seu ciberespaço (NEGRO, 2017). Com isso, aumentam as críticas internacionais ao modelo chinês apontando a censura a população, autoritarismo, e atentados hackers.

A nível institucional doméstico, o Estado Chinês ganha maior maturidade para a criação de políticas e de regulamentação apropriada. A criação do Ministério da Indústria da Informação em 1998 e a elevação a nível do premier do State Informatization Leading Group evidenciam esse processo (HONG, 2017). Em 2008, o Ministério da Indústria da Informação também é atualizado e torna-se Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT) (YU, 2019).

Como visto no capítulo anterior, o Estado passa a estimular a inovação doméstica e a difusão dos padrões técnicos nacionais. Considera-se que recusa de enviar representantes para a ICANN potencializou essa priorização da tecnologia nacional a internacional. O *China Next Generation* defendido por pesquisadores chineses, por exemplo, foi essencial na difusão e defesa do padrão IPv6. Esse descolamento, ou como Hong Shen (2017) afirma, essa participação seletiva, não impediu que as empresas e os pesquisadores chineses participassem da Governança da Internet mundial. Hong Shen (2017), demonstra que há um pequeno aumento da participação na IETF através de RFC, com atenção especial a participação da Huawei.

A mobilização das empresas privadas, bem como de outras organizações chinesas semigovernamentais, também ganhou força em 2001 com a criação da Internet Society of China (ISC) (HONG, 2017). Segundo a organização, “o ISC foi fundado por mais de 70 patrocinadores, que incluem provedores da internet, fabricantes e institutos de pesquisa” (tradução nossa, ISC, 2020). Dentre seus fundadores estavam Jack Ma do Alibaba, Pony Ma da Tencent e Robin Li da Baidu (HONG, 2017). Em 2005, o ISC enviou uma delegação para participar do World Summit on Internet Society (WSIS) em Túnis onde organizou um evento paralelo sobre “Governança para o Desenvolvimento” (ISC, 2020). Nas sessões principais do fórum, Huawei e ZTE fizeram declarações, bem como o vice premier Huag Ju:

...greater international cooperation is the essential condition for the building of the information society. Building of the information society is the common cause of humanity. All governments, related international organizations and other parties concerned should be encouraged to work together in greater cooperation to promote the development of this common cause. Developing countries should primarily rely on their own efforts to seek and explore development models suited to their own national conditions. At the same time, developed countries are duty-bound to support developing countries, especially the least developed countries, in terms of finance, technology and human resources in their effort to address inadequate infrastructure as soon as possible, keep pace with the world in information society building, develop national economy and eliminate poverty. China is a developing country that always works for world peace, economic growth and the building of a harmonious society. China cannot develop in isolation from the rest of the world and the world development also needs China. To promote common development, the Chinese Government stands ready to further intensify its exchanges and cooperation with all other countries in the world in the field of information industry and continue to offer our help and support to other developing countries to the best of our capacity. (HUANG, 2005)

Bridging the digital divide is the joint responsibility of government and business - in partnership. ZTE strives to achieve this in six key ways - of course by supplying products, but also by establishing partnerships - in operations, in financing, in local manufacturing, in training centres and by cooperating with local governments to improve remote education. (ZTE, 2005)

O discurso estatal bem como o privado apontam mais uma vez para a importância de inserir na agenda internacional a desigualdade na Internet. Ambos também enfatizam a cooperação internacional entre diferentes atores para atingir tais objetivos. Como observado na fase anterior, a desigualdade socioeconômica ainda é a base para as discussões chinesas na Governança da Internet. Essa abordagem mostra coerência com o enfoque dado domesticamente para o desenvolvimento da infraestrutura básica de telecomunicações, que só ganharam maturação em 2005 (ZHAO, 2010; NEGRO, 2017). Não foi possível recuperar as declarações da Huawei na WSIS, mas em seu relatório financeiro do mesmo ano, a empresa recupera o conceito de digital divide:

Keeping an open mind, we cooperate with all links in the industrial chain to create a multi-win business environment focusing on operators [...] Bridging the Digital

Divide In remote areas that are often sparsely populated and located in difficult geographical environments, a telecom infrastructure is more often than not underdeveloped due to the fact that providing telecom services in such areas means low returns on their investment for service providers. (HUAWEI, 2006)

Vale lembrar que no mesmo período Huawei e ZTE obtiveram vantagens junto ao Estado Chinês através do estabelecimento de padrões técnicos e de compras públicas (ver capítulo anterior). As declarações trazidas aqui em conjunto com o tema trabalhado pela ISC na conferência são indícios da coesão e da relação entre Estado e Capital. A defesa pela tomada de ação sobre a redução da desigualdade digital recebeu amplo apoio dos países do Sul Global e algumas nações europeias (BHUIYAN, 2014). EUA e empresas norte-americanas, por outro lado, não se referenciaram ao conceito em suas declarações, preferindo utilizar *digital opportunity* (BHUIYAN, 2014). Nesse sentido, se opuseram a criação de orientações para contratos da Internet, a estimular a utilização de software de fontes abertas e a diminuição dos custos de interconexão, argumentando a favor dos mecanismos de mercado para a redução das tarifas e custos de implementação (BHUIYAN, 2014).

Chenou e Radu (2014) consideram que o WSIS representou a consolidação e a legitimidade do modelo multissetorial entre a maioria dos participantes da Governança da Internet. Para elas o conceito desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet teve ampla aceitação pela sociedade civil, que o interpretou como uma forma de democracia participativa, e pelos governos que estimulavam a autorregulamentação de setores, em grande parte o de telecomunicações. Após se consolidar no campo e ser amplamente utilizado pelas organizações, mesmo os países mais relutantes aceitaram o modelo multissetorial, porém fazendo a ressalva sobre a definição dos papéis de cada ator e das organizações responsáveis para se fazer os debates (CHENOU et al, 2014). Essas considerações se estenderam aos eventos do IGF, onde Brasil, África do Sul, Rússia e China tiveram papéis fundamentais.

Algumas declarações da delegação chinesa composta de representantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Indústria da Informação e da Internet Society of China durante os fóruns chamam a atenção:

I believe there should be cooperation on two levels globally. First is cooperation at the government level. Mainly, we are talking about administrative and judicial means to (inaudible) in countering crimes, or we can have a fast channel to deal with all the cybercrimes. Another level is private companies and civil societies and cooperation among them. Here, we are talking about the level at operational level. And there we deal with the sharing information on spam as well as emergency measures dealing with security threats to the Internet. In this regard, U.N. and ITU should play an even bigger role. With the development of the Internet today, the view that the government should keep the hands off the Internet is wrong, because we, indeed -- we have to involve the government, in particular, in handling all spams. (*sic* ISC, IGF, 2007)

For the present, it's not that we don't have a government that manages the Internet, but, rather, it's one government from a country that manages critical Internet issues. What we're advocating is that this mechanism should be changed. We should have many governments, or multistakeholder to resolve the problem in order to -- we should replace the existing mechanism. This is what the business, what the academic circles should work on. Here, in this IGF forum, we should have good communication, good exchange, so as to remove this kind of misunderstanding. And we should try to reach a consensus. (MIT, IGF, 2008)

We call upon all the country to come up with the uniform response. These give rise to some multilateral forum. China and Russia, in response to this kind of call, have tabled this motion to the General Assembly to provide business to take this kind of action. However, United Nations as a universal organization is the best forum to come to consensus on these kind of code of behavior. Including ITU and other international organizations, we have already reached some consensus which has already been reflected in these documents. These documents have come up with some of the measures which covers economic, technological, and socioeconomic measures [sic]. (RPC, IGF, 2011)

Nota-se nas declarações de diferentes atores em diferentes anos do IGF, uma aceitação do modelo multissetorial com destaque a cooperação. Mesmo assim, há uma contínua pressão para a mudança do modelo internacional, o qual argumentam estar centralizado em um único país e numa organização com legitimidade duvidosa. Por isso, sugerem, em consonância com outros países do Sul Global, uma retomada das discussões em fóruns já historicamente legitimados pela comunidade internacional.

Esse período também é relevante pelo tensionamento das relações chinesas com norte-americanas. Em 2003, o Estado Chinês anunciou sua estratégia para implementar o padrão *WLAN Authentication and Privacy Infrastructure* (WAPI), requisitando roteadores wireless de todo o país, mas foi surpreendido pela campanha internacional promovida pelos EUA e Intel que se opuseram a iniciativa (HONG, 2017). Em 2004, o governo estadunidense negou visto para uma delegação de engenheiros chineses que iriam a conferência da Organização Internacional para Padronização na Flórida, discutir WAPI como um padrão internacional (HONG, 2017). Ao mesmo tempo, aumentaram as acusações de atividade hacker chinesa sobre potências ocidentais, principalmente pelos países membros do *Five Eyes*. Até 2009 foram citados 22 maiores eventos de ciber-ataques pela Comissão Econômica e Securitária US-China³¹. Sobre o tema o MRE afirmou em 2007 que

³¹ Little evidence exists in open sources to establish firm ties between the PLA and China's hacker community, however, research did uncover limited cases of apparent collaboration between more elite individual hackers and the PRC's civilian security services. The caveat to this is that amplifying details are extremely limited and these relationships are difficult to corroborate. China is likely using its maturing computer network exploitation capability to support intelligence collection against the US Government and industry by conducting a long term, sophisticated, computer network exploitation campaign. The problem is characterized by disciplined, standardized operations, sophisticated techniques, access to high-end software development resources, a deep knowledge of the targeted networks, and an ability to sustain activities inside targeted networks, sometimes over a period of months. (US-CHINA ESRC, 2009, p. 7)

The Chinese Government has expounded on this issue on many occasions. The Chinese Government opposes to and strictly forbids any cyber crimes that undermine the security of information systems. And there are explicit stipulations in our laws and regulations. "Hacking" is a global issue, and China's network and information systems have also been frequently attacked by "hackers" from other countries. China takes it seriously to combat various cyber crimes including hacking. We stand ready to work with all parties concerned to strengthen the international cooperation to combat cyber crimes. (LIU, MRE, 2007)

Em 2008, quando as Olimpíadas foram sediadas em Pequim, inúmeras declarações foram feitas pela comunidade internacional a respeito do *Great Firewall*, sistema de filtragem de websites e de informações externas. No início do período Jiang Zemin foi lançado o Golden Shield Project com sua primeira fase finalizada em 2005 (NEGRO, 2017). O sistema fez com que todas as conexões internacionais passassem por gateways controlados pela China Telecom, permitindo o bloqueio de IPs específicos (NEGRO, 2017). Hu Jintao, então secretário-geral e presidente, argumentou a favor da manutenção da “initiative in opinion on the Internet and raise the level of guidance online ...We must promote civilized running and use of the Internet and purify the Internet environment.” (REUTERS, 2007). Na mesma linha, o relatório financeiro da China Telecom dispôs que

As a telecommunications operator conscious of its social responsibilities, the Company has launched the “Green Internet” project to clean up Internet content to protect the well being of youngsters. The Company has also made great efforts to promote the establishment of the “Green Dynamic” Internet cafe chain for the purpose of creating a good and healthy Internet access environment for the public. (CHINA TELECOM, 2004)

Ma Zhaoxu em resposta a às declarações internacionais declarou que

The US attacks China's internet policy, indicating that China has been restricting internet freedom. We resolutely oppose such remarks and practices that contravene facts and undermine China-US relations. It is China's consistent policy to promote the development of internet. China has its own national conditions and cultural traditions. It supervises internet according to law, which is in parallel with the international practice. We urge the US to respect facts and stop attacking China under the excuse of the so-called freedom of internet. We hope that the US side can work with China to earnestly implement the consensus between leaders of both countries on developing bilateral relationship in the new era by strengthening dialogue, exchanges and cooperation, respecting each other's core interest and major concerns and properly handling differences and sensitive issues so as to ensure the healthy and stable development of China-US relationship (MA, 2010).

Por fim, as relações novamente erodem quando da emergência do caso Google versus China. Em 2007, o Google, empresa norte-americana de serviços da Internet, entra no mercado chinês, alcançando em 2010 30% do setor (PEOPLE’S DAILY, 2010). Em 2010, porém, a empresa declara sua retirada do mercado chinês caso os requerimentos de censura e os ciberataques persistissem a empresa (PEOPLE’S DAILY, 2010). A então Secretária de Estado dos EUA, Hilary Clinton, faz manifestação pública apoiando a decisão da empresa e tecendo

críticas a Governança Chinesa (CANABARRO, 2014). Para o então ministro da Indústria e Tecnologia da Informação, Li Yizhong

I hope Google can abide by China's laws and regulations. It is irresponsible and unfriendly if Google insists in doing something that goes against China's laws and regulations, and it will have to bear the consequence for doing so. Internet administration is not a special case in China as all countries regulate networks according to their own laws (EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE REPUBLIC OF LIBERIA, 2008)

Após esse caso, é lançado o primeiro White Paper da Internet que oficializa a posição do Estado sobre a Internet pertencer a soberania chinesa.

[...] The Chinese government believes that the Internet is an important infrastructure facility for the nation. Within Chinese territory the Internet is under the jurisdiction of Chinese sovereignty. The Internet sovereignty of China should be respected and protected. Citizens of the People's Republic of China and foreign citizens, legal persons and other organizations within Chinese territory have the right and freedom to use the Internet; at the same time, they must obey the laws and regulations of China and conscientiously protect Internet security. (CHINA, 2010)

O documento é um marco porque serve de base para a tomada de decisões de toda administração chinesa, além de informar o público doméstico e internacional sobre a visão do governo sobre o tópico.

A intensificação dos conflitos entre China e EUA sobre a Governança da Internet marcaram o período Jiang Zemin, bem como a participação chinesa nos fóruns de discussão onde forjou alianças com os países do Sul Global. Apesar do aumento dos conflitos, notou-se que a posição chinesa se mantém moderada, apoiando o modelo multissetorial com ressalvas. Deu-se continuidade ao discurso sobre desigualdade digital e respeito às diferenças culturais e locais de cada país, características consolidadas pelo conceito desenvolvido por Joshua Ramos (2008): Consenso de Pequim.

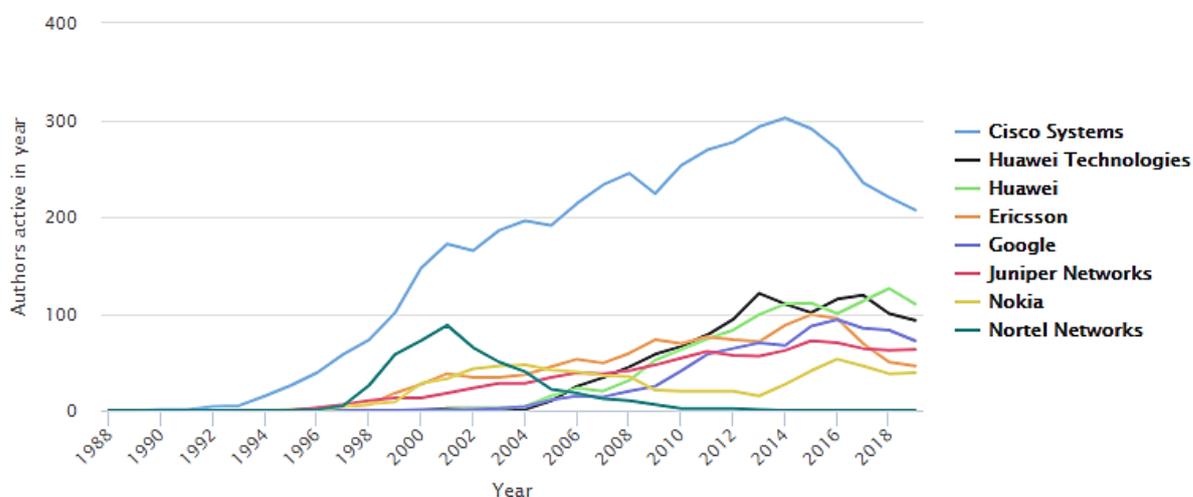
4.2.3 Período Xi Jinping

O atual presidente chinês, Xi Jinping, assumiu o cargo em 2013, com a missão de renovar a base marxista-leninista do partido e retomar o caminho do comunismo (JOSEPH, 2020). Enquanto seus predecessores mantiveram-se alinhados a política de reforma iniciada por Deng Xiaoping, Xi Jinping representa uma inflexão através da sua busca pela reafirmação da autoridade do partido (JOSEPH, 2020). Não diferente, a noção de soberania na Internet aprofundou sob seu período e ganhou força com o objetivo manifestado de tornar a China uma potência do ciberespaço.

Hong Shen (2017) aponta que há uma nova percepção do Estado chinês sobre o poderio da Indústria da Internet doméstica e do seu poder relativo na economia internacional, o que leva a importantes alterações institucionais e a uma abordagem diplomática mais madura na Governança. Em 2014, o então *State Information Leading Group* é elevado a nível presidencial, e renomeado como *Central Internet Security and Informatization Leading Group* chefiado por Xi Jinping. No mesmo ano, o *State Information Office* é integrado ao *Leading Group* passando a se chamar *Cyberspace Administration of China (CAC)*. Dessa forma, a integração dos órgãos garante maior coesão entre as políticas formuladas para a Internet.

Há também um aumento na participação das unidades do capital nos debates sobre padrões técnicos na IETF. Em 2005, a China foi autora ou coautora de apenas 48 de um total de 1.303 documentos, sendo 6 RFCs, em 2013, 335, sendo 86 RFCs. Em 2013, 220 dos documentos foram de autoria da Huawei, a então maior fabricante de telecomunicações da China (IETF, 2020). Membros da equipe de especialistas da Huawei também são escolhidos a ocuparem cargos no IETF.

GRÁFICO 1 - Número de Documentos produzidos por Afiliação (1988 - 2018)



(FONTE: IETF, 2020)

Em 2010 foi sediado em Pequim o 79º encontro do IETF, entre mais de 1.200 engenheiro presentes, dos quais apenas os EUA contaram com maior número que a China (HONG, 2017). Já em 2015, Jack Ma, presidente o grupo Alibaba, é eleito para co-chefiar a *Global Internet Governance Alliance*, patrocinada pela ICANN (YU, 2019). Esses dados demonstram uma maior autonomia dos entes privados e da comunidade técnica para formular padrões técnicos. A maior maturidade, tanto institucional quanto financeira, dessas

organizações, estimulada pela estratégia governamental é um dos fatores explicativos. Mesmo mais autônomas, nota-se que em grande parte as visões dessas entidades acabam fazendo coro as declarações estatais, por exemplo, Jack Ma argumenta que

The Internet needs to be governed by all. Different countries have different cultures, and their ways of governing the Internet is indeed different. No matter what others say, there is a lot we can learn from China's experience on governing the Internet. (CHINA DAILY, 2015a)

As evidências de espionagem trazidas a tona por Snowden acabam por justificar a intensificação do discurso ciber-soberano. Em 2013, o ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança Norte-Americana fez revelações sobre o uso dos sistemas de informação interligados a infraestrutura de telecomunicações para a coleta de informações sigilosas (CANABARRO, 2014). Ao mesmo tempo chocantes, as revelações fortaleceram o argumento dos países do Sul Global acerca do modelo de governança ser centralizado nos EUA. Inclusive, Alemanha, que teve sua primeira-ministra Angela Merkel com telefone-celular grampeado, se aproximou das propostas do Brasil, da África do Sul e da China neste momento (BHUIYAN, 2014). Mais do que isso, há aí uma retomada do conceito de hegemonia pelas declarações chinesas, agora voltado para as redes. Por exemplo, Xi Jinping em 2015 declarou que “China firmly opposes Internet hegemony, foreign interference in internal affairs, and incitement that could threaten national security” (CHINA DAILY, 2015b). Além disso,

To make progress in the transformation of the global Internet governance system, the following principles must be upheld: - Respect for cyber sovereignty. The principle of sovereign equality enshrined in the Charter of the United Nations is one of the basic norms in contemporary international relations. It covers all aspects of state-to-state relations, which also includes cyberspace. We should respect the right of individual countries to independently choose their own path of cyber development, model of cyber regulation and Internet public policies, and participate in international cyberspace governance on an equal footing. No country should pursue cyber hegemony, interfere in other countries' internal affairs or engage in, connive at or support cyber activities that undermine other countries' national security. (XI, 2015)

Logo após esse episódio, uma série de políticas de incentivo à tecnologia doméstica são iniciadas, objetivando garantir maior autonomia das redes e da economia chinesa (YU, 2019). Segundo o premier Li Keqiang,

Now is the time for China to realize its responsibilities. If the US is willing to give up its running of the Internet sphere, the question comes as to who will take the baton and how it would be run? All this requires discussion... China is transforming from a participant of the Internet into having a leading and dominant role in it. We have to first set our goal in cyberspace, and then think about the strategy to take, before moving on to refining our laws.(CHINA DAILY, 2014)

Somam-se as declarações por parte das empresas estatais, como a China Telecom que afirma “we will endeavour to facilitate the accomplishment of ‘Cyberpower’ and take the lead

in the digital ecosystem, thereby continually creating value for our shareholders” (2015, p. 17), e como a China Unicom,

The Company made active contribution to the development of China into a cyber-superpower, accelerated the construction of new generation communication infrastructure of high-speed, mobile, safe and ubiquitous and successfully completed the communication assurance projects for major events. (CHINA UNICOM, 2019)

Fica claro que o distanciamento dos EUA e o desenvolvimento da Indústria Chinesa repercutiram significativamente na Governança da Internet. Dentre as políticas adotadas, a China estimulou fortemente internacionalização da sua infraestrutura de telecomunicações voltada com Belt and Road e com os BRICS (HONG, 2018; YU, 2019). Hong Shen (2018) destaca a importância dessas alianças com países do Sul Global para a implementação de infraestruturas, difusão de padrões técnicos chineses, entrada de capital chinês nos países do Sul Global e internacionalização do renminbi. Na cerimônia de abertura do fórum do Belt and Road em 2017, Xi Jinping

We should pursue innovation-driven development and intensify cooperation in frontier areas such as digital economy, artificial intelligence, nanotechnology and quantum computing, and advance the development of big data, cloud computing and smart cities so as to turn them into a digital silk road of the 21st century. We should spur the full integration of science and technology into industries and finance, improve the environment for innovation and pool resources for innovation. We should create space and build workshops for young people of various countries to cultivate entrepreneurship in this age of the internet and help realize their dreams (PEOPLE’S DAILY, 2019).

Com os BRICS, em 2014, cria-se o *BRICS Digital Partnership*, em 2008 formula-se *O Collaboration for Inclusive Growth and Shared Prosperity in the 4th Industrial Revolution*, bem como elabora-se o *Enabling Framework for Innovation BRICS Network* (BELLI, 2019). Relevante também é a proposta em 2012 para a instalação de um *backbone* entre os países, descentralizando a comunicação internacional do grupo das redes norte-americanas (LEE, 2016).

Tanto com os BRICS quanto com os países parceiros do Belt and Road Initiative, criou-se uma grande oportunidade para as empresas chinesas, tendo as estatais como as principais responsáveis pela instalação da infraestrutura (YU, 2019). Em 2015, a China Unicom Telecom que

We actively responded to the initiatives of “the Belt and Road” by cooperating with our partners in enhancing the standard of information infrastructure for the regions and countries along the path [...] We will endeavour to facilitate the accomplishment of “Cyberpower” and take the lead in the digital ecosystem, thereby continually creating value for our shareholders. (CHINA TELECOM, 2015)

Zhang Yaquin, vice-presidente do Baidu declarou na primeira World Internet Conference, organizada pelo Estado Chinês em 2015 que “The logic of Baidu's overseas expansion is to

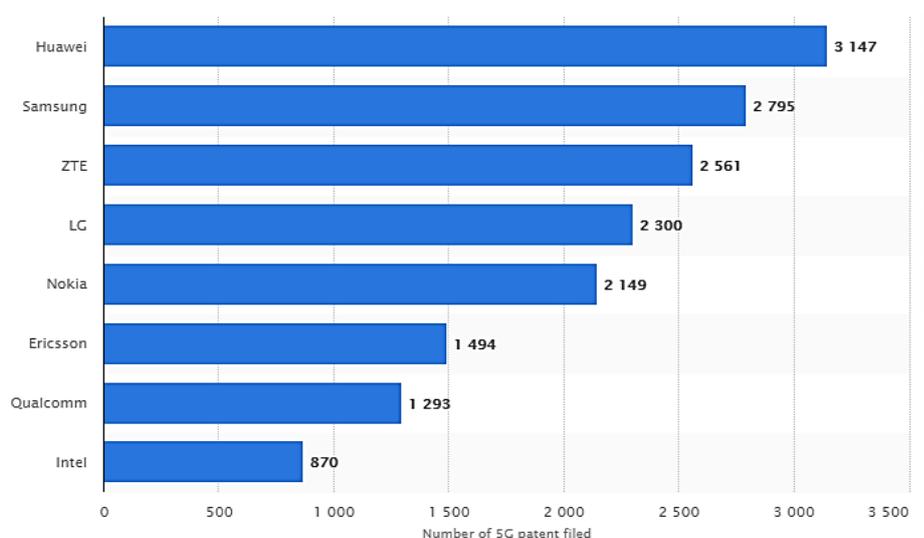
choose countries that are five to six years behind China in Internet development, such as India, Indonesia and Brazil” (CHINA DAILY, 2015). O presidente da Huawei, Ren Zhengfei, foi além, incorporando a noção hegemônica ao dizer que “The United States treat Latin America as its backyard. Our goal is to help Latin America to escape from this trap (US) and keep its country's sovereignty” (LABS, 2019).

O fortalecimento da posição chinesa e de seus aliados vai tomando corpo institucional também na Governança da Internet. A partir de 2014, o CAC passa a organizar anualmente a World Internet Conference, todas sediadas pelo país. Com mais de 1.000 participantes de 100 países, as discussões são focadas no desenvolvimento da Internet e sua segurança. Em todas conferências, há uma participação expressiva de gigantes da Indústria da Internet Chinesa como os presidentes do grupo BAT (CHINA DAILY, 2015). Em contraposição a conferência, EUA não enviaram delegações oficiais e organizações não-governamentais da Internet organizaram campanhas de boicote. A expressividade econômica do encontro e da presença na Internet da China, frustraram tais expectativas.

Esse é um período de contínua degradação das relações com os norte-americanos, que tem por ápice a eclosão da Guerra Comercial. O Relatório da Hinrich Foundation de 2020, aponta para uma corrida entre os países pela inovação tecnológica, resultando em um paradigma de tecno-nacionalismo (HINRICH FOUNDATION, 2020). A análise aponta para uma retomada do crescimento de financiamento público norte-americano em áreas que a China ganhou competitividade recentemente. É nesse contexto, que com a eleição de Donald Trump para a Casa Branca, que uma investida com o aumento de taxaço dos produtos chineses e de proibição de cooperação comercial entre empresas chave norte-americanas e chinesas toma corpo. Símbolo desse enfrentamento foi a prisão da vice-presidente da Huawei, Meng Wanzhou, por autoridades canadenses a partir da solicitação norte-americana.

A China se tornou líder no desenvolvimento da nova geração da Internet, a 5g, com Huawei sendo a empresa com maior número de registros de patente no mundo (STATISA, 2020b). As inúmeras restrições impostas pelos norte-americanos, e as acusações de ameaça a segurança nacional, limitaram o avanço da empresa nos mercados desenvolvidos.

GRÁFICO 2 - Número de Patentes 5g Preenchidas por Companhia (fevereiro de 2020)



(FONTE: STATISA, 2020b)

As declarações chinesas contra o modelo norte-americano tomam novo impulso. Gui Congyou do Ministério das Relações Exteriores em 2019 advertiu em entrevista que

While fighting a trade war against China, the US is also trying to fight a technological war and to prevent the development of Chinese high-tech enterprises. The US seems to believe that only itself has the right to develop high-tech enterprises while China can not have such enterprises. The US announced that it has lifted some restrictions on Huawei, which shows that a technological war is harmful and unpopular. Huawei is purely a private enterprise. I don't know the details of Huawei's business. It was through Mr. Ren Zhengfei's interviews that I learned how Huawei responded to the US suppression and sought further development. From his interviews, we can see that Mr. Ren Zhengfei is confident in leading Huawei forward despite the pressure of the US. (GUI, 2019)

Huawei is a private enterprise, and their production and operation have nothing to do with the Chinese Government. The Chinese Government will not interfere with the specific business practices of enterprises, nor do they need to report to the Chinese Government. If someone claims that cooperating with Huawei has security risks, then please show evidence and don't always say "maybe". Mr. Ren Zhengfei has publicly stated that Huawei is willing to sign "no backdoor" agreements with foreign partners, which fully demonstrates Huawei's confidence in the security of its products. There is nothing like those you mentioned behind Huawei's products. (GUI, 2019)

As for the Chinese law you mentioned, it was passed by the National People's Congress of China and publicly released. You can study it carefully once you have the opportunity. From what I know about this law, it regulates that if something happens and harms China's national security, relevant individuals and entities are obliged to cooperate with the investigation of the state security authorities. It is not in the least like what some Western media say, i.e. every person and company in China must give their information to security agencies. China has enacted this law after studying the practices of other major countries. Relevant regulations are also internationally accepted and normal. There are always some forces in the West believing that one man may steal a horse while another may not look over a hedge. China cannot do as they do. And they always look at China with a magnifying glass. Therefore, in my speech at the "China Day" event today, I mentioned that one cannot observe China through a magnifying glass, nor a telescope, even less colored glasses, otherwise he or she will not see the real China. (GUI, 2019)

Na mesma linha, Hua Chunying comentou os relatórios norte-americanos sobre as empresas chinesas

In the 2009 Quadrennial Intelligence Community Review disclosed by the media, the US blithely acknowledges that its intelligence agencies should "conduct cyber operations" and other means against "research facilities" in other countries to help American corporations secure competitive advantages. Documents leaked by Snowden show that the US surveillance program, codenamed Stateroom, ordered the installment of secret signals intelligence equipment in around 100 foreign diplomatic embassies and consulates in other countries for spying purpose. "The Filthy Hypocrisy of America's Clean China-Free Internet" on The Intercept points out that the US vision for a clean network means a China-free network. The policy statement on a clean network is nothing but a piece of xenophobic and nonsensical hypocrisy, and its message is clear: If there's going to be a world-spanning surveillance state, it is the US. Another case in point is the Crypto AG scandal. As you all know, the half-a-century-old Swiss company was proved to be working for the CIA, and the Crypto devices it sold to over 120 countries were ironically tapping equipment. (HUA, 2020)

Essas declarações demonstram o apoio dos oficiais estatais a empresa Huawei e criticam veementemente as ações norte-americanas, rejeitando as suas tentativas de hegemonia sobre o ciberespaço.

4.3 Conclusões Parciais

A partir das análises das fontes primárias, retomam-se aqui as hipóteses destacadas pelo estudo e seguintes observações:

Primeira Hipótese: A Governança Ciber-soberana da China se formou como desdobramento direto da estratégia de desenvolvimento chinês, auxiliando e fortalecendo o papel das empresas domésticas, principalmente após a crise de 2008.

No período analisado pelo estudo (1995-2020) observou-se uma mudança do discurso da Governança da Internet a partir do estado do desenvolvimento das forças produtivas domésticas. Com Jiang Zemin, o processo de abertura e de modernização, bem como a dependência tecnológica, levou a formação de uma Governança mais marginal, moderada, mas com caráter nacional desenvolvimentista. Então se destaca a noção de desigualdade digital e a argumentação a favor do auxílio da comunidade internacional para o desenvolvimento e difusão tecnológica. Já com Xi Jinping, com a modernização avançada e a consolidação de gigantes nacionais da tecnologia, a abordagem se torna mais assertiva, buscando a formação de um novo modelo de governança em contraponto ao hegemônico. Então se destacam nas declarações a noção de soberania e de hegemonia. Portanto, é possível afirmar que a Governança Ciber-soberana tenha se formado como desdobramento da estratégia de desenvolvimento chinês, uma

estratégia de longo prazo com demandas de alianças estratégicas para a escalada na cadeia de valor global.

Segunda Hipótese: A Governança Ciber-soberana da China se formou como uma necessidade de manutenção do poder do Partido Comunista Chinês, ameaçado pela pressão social como consequência da difusão da Internet na sociedade chinesa.

Considera-se que a metodologia utilizada neste trabalho não obteve resultados conclusivos sobre essa hipótese. Os pesquisadores da área de Governança da Internet ao analisarem a Governança Chinesa frequentemente respondem ao problema de pesquisa com essa hipótese. O foco, ao contrário do utilizado por este estudo, recai sobre as instituições e sobre a cultura política do país. Nesse sentido, o que cabe ressaltar sobre a hipótese é que ao longo do estudo feito aqui sobre Governança, notou-se declarações oficiais a favor da maior abertura e democratização das redes, porém, fazendo a ressalva sobre a segurança e a estabilidade social, ameaçadas pela desinformação, ataques cibernéticos e conteúdo impróprio. Recomenda-se o aprofundamento do tópico através de abordagens críticas como a utilizada por este trabalho, de forma a dar nova luz sobre a relação entre Estado, Capital e Sociedade Civil.

Terceira Hipótese: A Governança Ciber-soberana da China se formou em resposta a Governança Neoliberal Norte-Americana, contraditória com a geopolítica da Internet, que implica numa distribuição desigual de recursos críticos da Internet e consequentemente ameaça econômica e securitariamente o mercado chinês.

Como observado no primeiro capítulo deste trabalho, a Governança da Internet Multissetorial e a Internet *per se* são condicionadas por relações de poder. No segundo capítulo, enfatizou-se o objetivo chinês em retomar sua história de pujância interrompida pelas potências imperialistas, focando na reinserção internacional e modernização tecnológica. Finalmente, o presente capítulo analisou fontes primárias sobre a Governança da Internet. Notou-se aqui frequentes declarações em defesa das culturas locais e do desenvolvimento, bem como a favor da maior inclusão de nações do Sul Global, muitas vezes contrariado por delegações e empresas norte-americanas. Com o aumento dos conflitos econômicos e securitários com os EUA - citamos aqui Google, Snowden e Huawei como principais - a China vê seu discurso tender para a defesa das suas posições. E com a publicação do White Paper e da consolidação de Xi Jinping como presidente, período em que os conflitos aumentam até uma Guerra Comercial, unidades do estado e do capital reforçam a defesa da soberania e do objetivo da China se tornar uma Ciber-potência. Assim, também é possível destacar a validade da hipótese da governança ciber-

soberana ter se formado em resposta a governança neoliberal norte-americana, que carrega interesses econômicos que ameaçam os objetivos chineses de desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho buscou-se responder a seguinte questão: A estrutura de Governança da Internet na China foi configurada a partir de uma estratégia de autonomia frente à hegemonia norte-americana? Quais as potencialidades econômicas-políticas e quais as limitações dessa governança?

Em primeiro lugar, optou-se pela abordagem teórica da Economia Política Crítica, tendo em vista que a Economia da Informação faz parte da economia capitalista, e por isso tende a reproduzir a lógica do capital. Compreendeu-se que na Nova Economia da Informação, tanto Estado quanto Capital permanecem como atores essenciais para o entendimento da realidade. Dessa forma, analisar a Governança da Internet Chinesa é analisar como as relações entre o Estado Chinês e o Capital desenvolveram, através de acordos e de conflitos, uma infraestrutura e um discurso no que tange a Internet.

No primeiro capítulo, através de uma revisão histórica, introduziu-se o desenvolvimento da Internet e do atual modelo de Governança. Conclui-se que o papel das instituições para garantir padrões técnicos amplamente utilizados e para financiar pesquisas científicas e a construção da infraestrutura foi se tornando central, agregando diferentes elites ao entorno de um mesmo discurso: o multissetorialismo. Esse processo teve como contexto a emergência do neoliberalismo, quando a desregulamentação, a privatização e a liberalização dos mercados nacionais se tornaram comuns em todo o mundo, adotadas ou voluntariamente pelos Estados, ou por pressões coercitivas das organizações internacionais. Tais características ficaram marcadas na difusão das concepções hegemônicas sobre a Internet, quais sejam: seu caráter libertador, democrático, e meramente técnico.

No segundo capítulo, utilizou-se o escopo teórico da economia política para compreender a essência do sistema chinês e da sua Indústria da Internet. Argumentou-se que as relações entre Estado e Capital na China são caracterizadas por um duplo movimento, no qual ao mesmo tempo em que o Estado induz a formação da burguesia nacional, essa burguesia ganha relativa autonomia e passa a influenciar as políticas públicas de Estado. Na Indústria da Internet é possível notar essas relações quando observados os casos da Huawei, da Lenovo e da Baidu, que apresentam quadros dirigentes com relacionamento próximo ao PCC.

Ao mesmo tempo, foi possível observar a consciência de longo-prazo dos dirigentes do Partido Comunista no projetamento e modernização da economia doméstica. A dependência tecnológica externa e as transformações da dinâmica da economia internacional, levaram a realização de políticas públicas nacionais para o desenvolvimento de tecnologia doméstica e

independente. Tal estratégia foi levada a cabo através das alianças estratégicas internacionais e da transferência de tecnologia externa, garantindo a criação de empresas de alta tecnologia chinesa com vantagens comparativas para disputar o mercado do Sul Global.

Finalmente, o último capítulo analisou as fontes primárias disponíveis sobre a Governança da Internet Chinesa. Apesar das limitações de idioma e de documentação enfrentadas, o material reunido resultou na compreensão do desenvolvimento do discurso a partir das relações domésticas e das organizações internacionais. Observou-se que durante o período Jiang Zemin, a preocupação com o desenvolvimento e com a modernização doméstica, resultaram em um discurso mais moderado e meramente marginal nos fóruns de debate da Governança Internacional. A maior participação se deu através das agências estatais, e menos das unidades do capital, que ainda requeriam maturidade financeira e institucional. Mesmo assim, já havia se manifestado a consciência sobre a estrutura desigual do sistema e do modelo multissetorial, argumentando a favor da centralidade da ONU e da ITU no estabelecimento das regras internacionais para a Internet.

Durante a evolução do sistema, o desenvolvimento das forças produtivas chinesas, lançando mão de acordos com o Sul Global e da internacionalização de gigantes nacionais, mais o tensionamento das relações com os EUA resultou na governança ciber-soberana. Por razões de interesse público e segurança nacional, o modelo advoga pelo controle sobre a Internet nas mãos dos governos nacionais, incluindo direitos de regular as atividades que ocorrem na Internet dentro do seu território. O discurso incorpora tanto a noção de soberania quanto a de hegemonia para fazer frente as pressões norte-americanas, mas também incorpora traços do multissetorialismo ao destacar a relevância da cooperação entre atores públicos e privados. Então, principalmente no período Xi Jinping, há incentivos para a formulação de um novo modelo, simultaneamente ao antigo, o multissetorial, através das Conferências Mundiais da Internet sediadas na China, do Digital Silk Road e do BRICS Cable.

Então, a estrutura de Governança da Internet na China foi configurada a partir de uma estratégia de autonomia frente a hegemonia norte-americana? De acordo com a abordagem teórica e metodológica utilizada por este trabalho, é possível afirmar que a ciber-soberania foi formada em resposta a hegemonia norte-americana. Mas não só! Sem a tradição e cultura chinesas que integram milenarmente o nacionalismo com o localismo, e sem os traços maoístas e marxistas do Partido Comunistas Chinês, essa abordagem não teria fundamentos para emergir. Além disso, o contexto de transformação mundial e de questionamento da força da hegemonia norte-americana, também são fatores que precisam estar contidos nesta resposta. A China não questionou o modelo multissetorial isolada, mas aliada a outros países do Sul Global que

emergiram como atores do sistema internacional do pós-Guerra Fria e se posicionaram pela transformação de um sistema internacional desigual.

O modelo de desenvolvimento chinês e a Governança da Internet Ciber-Soberana surgem como alternativas possíveis para o Sul Global. E é por isso que aos poucos a China ganha espaço e legitimidade em fóruns que antes eram dominados pelos norte-americanos. Mesmo assim, o poderio do Norte Global ainda permanece hegemônico através dos seus instrumentos militares, culturais e financeiros. Com essa consciência e com a percepção sobre suas desigualdades estruturais internas, é que a China mantém prioritariamente um discurso pacífico a favor de uma sociedade harmoniosa.

Quais as potencialidades e limitações dessa governança? Entende-se que a ciber-soberania garantiria aos países do Sul Global maior aporte jurídico, já que se contrapõe ao neoliberalismo, e por isso melhor enfrenta a desregulamentação do setor da internet. O que não significa que não haja uma interação com atores relevantes no campo para o desenvolvimento dessa regulamentação. No caso chinês, observou-se uma interação relevante com o capital nacional, carecendo, porém, de uma maior compreensão dessa relação com a sociedade civil. Essas garantias serviriam de suporte para a responsabilização de litígios internacionais a favor de países que carecem de proteção dos interesses públicos nacionais.

Também abre espaço para tecnologias alternativas, mais baratas e compatíveis com uma variedade de programas e de serviços marginalizados pelas plataformas dominantes. Possibilita, por exemplo, a China expandir uma infraestrutura tecnológica com equipamentos de comunicação que permitem a instalação de programas de código aberto e gratuito em contraponto aos softwares dominantes e patenteados. Países do Sul Global com situação econômica debilitada podem aproveitar dos baixos custos e desenvolver uma infraestrutura que permita participar da economia digital, abrindo espaço para negócios de inovação local e encadeamentos positivos que gerem desenvolvimento produtivo.

Mesmo que o discurso seja difundido entre os países do Sul Global através de alianças estratégicas, uma parcela essencial das tecnologias mais avançadas ainda é de domínio do Norte Global. Há uma contínua dependência tecnológica, financeira e militar dos países mais atrasados em relação ao Centro. Assim, o Sul Global fica a depender dos interesses das elites e das dinâmicas econômico sociais do Centro, que podem limitar a expansão e a consolidação dos interesses nacionais do Sul como exemplificado pelo caso Snowden e pela Huawei.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Boitempo editorial, 2008.
- ARSÈNE, Séverine. Global Internet Governance in Chinese Academic Literature. Rebalancing a Hegemonic World Order?. *China Perspectives*, v. 2016, n. 2016/2, p. 25-35, 2016.
- ARSÈNE, Séverine. The impact of China on global Internet governance in an era of privatized control. In: *Chinese Internet Research Conference*. 2012.
- BANCO MUNDIAL. GDP per capita (current US\$) - China, United States. In: THE WORLD BANK. The World Bank Data. [S. l.], 13 ago. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN-US>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- BANCO MUNDIAL. GDP, PPP (current international \$) - China, United States. In: THE WORLD BANK. The World Bank Data. [S. l.], 13 ago. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN-US>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. O Banco do Brics. Brasília: TV Senado - Agenda Econômica: Entrevista com o Diretor Executivo do FMI, 14 julho de 2014. Disponível em: [Acessado em agosto de 2015]
- BEAUD, Michel. Le système national-mondial hiérarchisé: une nouvelle lecture du capitalisme mondial. FeniXX, 1987.
- BELLI, Luca (ed.). *CyberBRICS: Mapping Cybersecurity Frameworks in the BRICS*. (no prelo). Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2019.
- BHUIYAN, Abu. *Internet governance and the global south: Demand for a new framework*. Springer, 2014.
- CAMPREGHER, Glauca; ROCHA, Bruno Lima. Projeto de Pesquisa: Da imbricação entre capital e Estado, lógica e história, economia e política: das questões metodológicas às análises da perda de autonomia da periferia nos tempos da globalização dos fluxos e da financeirização da riqueza. 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1cLjGWUa2kEDboqxMK9V5Uh9tZlcvJ7_N/view?usp=sharing

CANABARRO, Diego Rafael. Governança global da Internet: tecnologia, poder e desenvolvimento. 2014.

CANABARRO, Diego Rafael; WAGNER, Flávio Rech; INTERNACIONAIS, Relações. A Governança da Internet: Definição, Desafios e Perspectivas. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 9, p. 46-72, 2014.

CAO, Cong; SUTTMEIER, Richard P.; SIMON, Denis Fred. China's 15-year science and technology plan. *Physics today*, v. 59, n. 12, p. 38, 2006.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade; tradução Maria Luiza X de A. Borges, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Editora Paz e Terra, 2018.

CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. Taylor & Francis, 2010.

CHEN, Zhiting. Governing through the market: SASAC and the resurgence of central state-owned enterprises in China. 2018. Tese de Doutorado. University of Birmingham. China has 9 of the world's 20 biggest tech companies. In: *MarketWatch*. 31 mai. 2018. Disponível em <https://www.marketwatch.com/story/china-has-9-of-the-worlds-20-biggest-tech-companies-2018-05-31>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHENOU, J.-M. The Role of Transnational Elites in shaping the evolving Field of Internet Governance. 2014. Tese de Doutorado. Université de Lausanne, Faculté des sciences sociales et politiques.

CHENOU, Jean-Marie. From cyber-libertarianism to neoliberalism: Internet exceptionalism, multi-stakeholderism, and the institutionalisation of internet governance in the 1990s. *Globalizations*, v. 11, n. 2, p. 205-223, 2014.

CHENOU, Jean-Marie. Is Internet governance a democratic process? Multistakeholderism and transnational elites. In: *ECPR general conference*. 2011. p. 25-27.

CHINA DAILY. China wants its voice heard in cyberspace. Pequim, 21 nov. 2014. Disponível em: <http://en.people.cn/n/2014/1121/c202936-8811989.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHINA DAILY. Internet needs a shared but differentiated governance: Jack Ma. Pequim, 18 dez. 2015. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2015-12/18/content_22746517.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHINA DAILY. President Xi Jinping's views on the Internet. Pequim, 14 dez. 2015. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2015-12/14/content_22706973.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHINA DAILY. Technology. In: CHINA DAILY. Baidu reveals strategy behind overseas expansion. Pequim, 17 dez. 2015. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/business/tech/2015-12/17/content_22735947.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHINA TELECOM (China). Annual Report. Annual Report 2004, [S. l.], 2004.

CHINA TELECOM (China). Annual Report. Annual Report 2015, [S. l.], 2015.

CHINA UNICOM (China). Annual Report. Annual Report 2015, [S. l.], 2015.

CHINA UNICOM (China). Annual Report. Annual Report 2019, [S. l.], 2019.

CHOUCRI, Nazli et. al. Cyberpolitics in international relations. MIT press, 2012.

CLEGG, Jennifer. China's global strategy: towards a multipolar world. Pluto Press, 2010.

COOPER RAMO, Joshua. Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power (London: Foreign Policy Centre). 2004.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. Millennium, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, Robert W. Production, power, and world order: Social forces in the making of history. Columbia University Press, 1987.

CSIS. 22 maio 2020. Breaking Down China's 2020 Defense Budget. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/breaking-down-chinas-2020-defense-budget#:~:text=Chinese%20officials%20revealed%20on%20Friday,7.2%20percent%20and%208.1%20percent>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: ascensão à condição de potência global—características e implicações. Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas, p. 343, 2009.

DAHLBERG, Lincoln. Cyber-libertarianism 2.0: A discourse theory/critical political economy examination. *Cultural politics*, v. 6, n. 3, p. 331-356, 2010.

DAMM, Jens. The Internet and the fragmentation of Chinese society. *Critical Asian Studies*, v. 39, n. 2, p. 273-294, 2007.

DEIBERT, Ronald et al. *Access contested: security, identity, and resistance in Asian cyberspace*. MIT Press, 2011.

DRISSEL, David. Internet governance in a multipolar world: Challenging American hegemony. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 19, n. 1, p. 105-120, 2006.

EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE REPUBLIC OF LIBERIA (China). Major Events. Google Has Freedom to Quit or Stay: Chinese Minister, [S. 1.], 2008. Disponível em: <http://lr.china-embassy.org/eng/majorevents/t663691.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FORTUNE. Fortune 500. In: Fortune 500. [S. 1.], 2020. Disponível em: <https://fortune.com/fortune500/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GOLDKORN, How et al. *The Chinese Internet: Unshared Destiny. Shared Destiny*, 2015.

GOVERNMENTAL ADVISORY COMMITTEE MEETING IV, 199, Los Angeles. GAC MEETINGS [...]. Los Angeles: [s. n.], 1999.

GREEN, Kieran et al. *China's Internet of Things*. Viena: SOSi, 2018.

GUI CONGYOU (China). Embassy News. Ambassador Gui Congyou Gives Exclusive Interview with SVD Journalist During Almedalen Week, [S. 1.], 7 set. 2019. Disponível em: <http://www.chinaembassy.se/eng/sgxw/t1679813.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press, USA, 2007.

HARVEY, David. *Para entender O Capital-livro 1*. Boitempo Editorial, 2013.

HINRICH FOUNDATION. *Techno-nationalism: The US-China tech innovation race: New challenges for markets, business and academia*. [S. 1.: s. n.], 2020.

HUA CHUNYING (China). Spokesperson's Remarks. Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying's Regular Press Conference on September 1, 2020, [S. 1.], 9 jan. 2020. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1811140.shtml. Acesso em: 16 nov. 2020.

HUANG JU (China). Discurso. STATEMENT BY VICE PREMIER HUANG JU, [S. l.], 17 nov. 2005. Disponível em: <https://www.itu.int/net/wsis/tunis/statements/docs/g-china/1.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

HUAWEI TECHNOLOGIES (Shenzhen, China). HUAWEI TECHNOLOGIES . Discurso. ANNUAL REPORT 2006, [S. l.], 30 nov. 2006. Disponível em: https://www.huawei.com/ucmf/groups/public/documents/annual_report/092583.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

HUGHES, Christopher R. Chinese nationalism in the global era. Routledge, 2006.

IANOV, A., & Lianos, I. (2019). Digital era competition: A BRICS view. Report by the BRICS Competition Law and Policy Centre.

ICANN. ASIA PACIFIC REGIONAL REPORT, 1 JULY 2018-30 JUNE 2019. Pequim; 2019.

IETF. Banco de Dados. IETF Data Tracker, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://datatracker.ietf.org/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ISC (Rio de Janeiro, Brazil). Internet Society of China. Transcrição de Sessão. Internet Governance Forum 2 Rio de Janeiro: Security Session, [S. l.], 14 nov. 2007. Disponível em: https://www.intgovforum.org/cms/Rio_Meeting/IGF2-Security-14NOV07.txt. Acesso em: 16 nov. 2020.

JABBOUR, Elias. China: Socialismo e Desenvolvimento: Sete décadas depois. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

JAMART, Anne-Claire. Internet freedom and the Constitutionalization of Internet governance. In: The Evolution of Global Internet Governance. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014. p. 57-76.

JIANG ZEMIN (China). Discurso. Statement by President Jiang Zemin of the People's Republic of China at the Millenium Summit of the United Nations 6 September 2000, [S. l.], 7 set. 2000. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t24962.shtml. Acesso em: 16 nov. 2020.

JIANG, Zemin. **On the development of China's information technology industry**. Academic Press, 2009.

JOSEPH, William A. (Ed.). **Politics in China: an introduction**. Oxford University Press, USA, 2020.

KENNEDY, US President John F. Governance at the Frontiers of International Relations.

KURBALIJA, Jovan. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

KURBALIJA, Jovan. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

LABS. Business. In: LABS. "Our goal is to help Latin America to escape from this trap (EUA) and keep its countries sovereignty," stated Huawei's CEO. Pequim, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://labsnews.com/en/news/business/our-goal-is-to-help-latin-america-to-escape-from-this-trap-eua-and-keep-its-countries-sovereignty-stated-huaweis-ceo/#:~:text=%E2%80%9CThe%20United%20States%20treat%20Latin,Brazilian%20media%20outlet%20Valor%20Econ%C3%B4mico>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LAW, David; GILL, Stephen. **The global political economy: perspectives, problems, and policies**. Harvester, 1988

LELE, Ajey; ROY, Kritika. **Analysing China's Digital And Space Belt And Road Initiative**. [S. l.]: Institute for Defence Studies and Analyses, 2019. 64 p. ISBN 978-93-82169-90-1. Disponível em: <https://idsa.in/system/files/opaper/china-digital-bri-op55.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LEONARD, Mark. O que a China pensa. O despertar chinês está moldando, 2008.

LI, Mingjiang (ed.). **Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics**. Plymouth: LEXINGTON BOOKS, 2009.

LIU JIANCHAO (China). Spokesperson's Remarks. Foreign Ministry Spokesperson Liu Jianchao's Regular Press Conference on 29 November, 2007, [S. l.], 2 dez. 2007. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng//xwfw_665399/s2510_665401/t386271.shtml. Acesso em: 16 nov. 2020.

LOVELOCK, Peter; URE, John. E-government in China. pre-publication version of the chapter to appear in Zhang Junhua, Martin Woesler, eds. China's Digital Dream—the Impact of the Internet on the Chinese Society, the University Press Bochum, 2002.

LOW, Brian. Huawei Technologies Corporation: from local dominance to global challenge?. *Journal of Business & Industrial Marketing*, v. 22, n. 2, p. 138-144, 2007.

MAPPING China's Tech Giants. *In: Mapping China's Tech Giants*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://chinatechmap.aspi.org.au/#/map/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MARKET WATCH. Computers. *In: China has 9 of the world's 20 biggest tech companies: The U.S. still has the majority of the world's largest tech companies, but China's presence is rapidly growing*. [S. l.], 31 maio 2018. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/china-has-9-of-the-worlds-20-biggest-tech-companies-2018-05-31>. Acesso em: 16 nov. 2020

MA ZHAOXU (China). Foreign Ministry Spokesperson's Remarks. Foreign Ministry Spokesperson Ma Zhaoxu's Remarks on China-related Speech by US Secretary of State on "Internet Freedom", [S. l.], 22 jan. 2010. Disponível em: <http://mt.china-embassy.org/eng/fyrth/t653351.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. A Big Choice for Big Tech: Share Data or Suffer the Consequences. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2018-08-13/big-choice-big-tech>. Acesso em: 23 abr. 2019.

MIIT (Hyderabad, India). MIIT. Transcrição de Sessão. Internet Governance Forum : Managing Critical Internet Resources, [S. l.], 5 dez. 2008. Disponível em: https://www.intgovforum.org/cms/hyderabad_prog/OD_CIR.html. Acesso em: 16 nov. 2020.

MINISTER OF INFORMATION INDUSTRY, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (Grécia). WANG XUDONG. Discurso. STRENGTHENING COOPERATION, PROMOTING DEVELOPMENT AND MOVING TOWARDS THE INFORMATION SOCIETY TOGETHER , [S. l.], 10 dez. 2003.

MORAIS, Isabela Nogueira de. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo. 2012.

MOWERY, David C.; SIMCOE, Timothy. Is the Internet a US invention?—an economic and technological history of computer networking. *Research Policy*, v. 31, n. 8-9, p. 1369-1387, 2002.

MUELLER, Milton L. Ruling the root: Internet governance and the taming of cyberspace. MIT press, 2009.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL et al. Funding a revolution: Government support for computing research. National Academies Press, 1999.

NAVAL. A China está fazendo um jogo de poder militar corajoso. In: A China está fazendo um jogo de poder militar corajoso. [S. l.], 11 mar. 2018. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2018/03/11/china-esta-fazendo-um-jogo-de-poder-militar-corajoso/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

NEGRO, Gianluigi. Chinese Internet governance—Some domestic and foreign issues. In: **The Evolution of Global Internet Governance**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014. p. 141-156.

NEGRO, Gianluigi. The Internet in China: from infrastructure to a nascent civil society. 2017

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com Classes. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n. 1, 2017.

NOGUEIRA, Isabela. O lugar da China na economia-mundo capitalista Wallersteiniana. Textos de Economia, v. 11, n. 1, p. 39-53, 2008.

NOGUEIRA, Isabela; QI, Hao. The state and domestic capitalists in China's economic transition: from great compromise to strained alliance. Critical Asian Studies, v. 51, n. 4, p. 558-578, 2019.

PEOPLE'S DAILY. Construction of digital Silk Road lights up BRI cooperation. In: REUTERS. Construction of digital Silk Road lights up BRI cooperation. Pequim, 24 abr. 2019. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2019/0424/c90000-9571418.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PINTO, Marcel Arins. A ESTRUTURA DA LIDERANÇA NORTE-AMERICANA NO ESPAÇO DIGITAL E NA INTERNET. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

RAWSKI, Thomas G. "Reforming China's Economy: What Have We Learned?" The China Journal, No. 41 (Jan. 1999): 139-156

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (China). Information Office of the State Council of the People's Republic of China. White Paper. The Internet in China, [S. l.], 2010. Disponível em:

http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7093508.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (Nairobi, Kenya). MRE. Transcrição de Sessão. Main Session - Security, Openness and Privacy: Sixth Annual Meeting of the Internet Governance Forum, [S. l.], 29 set. 2011. Disponível em: <http://www.intgovforum.org/cms/component/content/article/108-transcripts/862-main-session-security-openness-and-privacy>. Acesso em: 16 nov. 2020.

REUTERS. China's Hu vows to "purify" Internet. In: REUTERS. China's Hu vows to "purify" Internet. [S. l.], 24 jan. 2007. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-internet-hu-idUSPEK9570520070124>. Acesso em: 16 nov. 2020.

RIOUX, Michèle et al. Competing Institutional Trajectories for Global Regulation - Internet in a Fragmented World. In: RADU, Roxana et al (ed.). The Evolution of Global Internet Governance: principles and policies in the making. Basel: Springer, 2014. Cap. 2. p. 37-56.

SCHILLER, Dan. Digital capitalism: Networking the global market system. MIT press, 1999.

SHEN, Hong. Building a Digital Silk Road? Situating the Internet in China's Belt and Road Initiative. *International Journal of Communication*, v. 12, p. 19, 2018.

SHEN, Hong. China and global internet governance: toward an alternative analytical framework. *Chinese Journal of Communication*, v. 9, n. 3, p. 304-324, 2016.

SHEN, Hong. China and global internet governance: toward an alternative analytical framework. **Chinese Journal of Communication**, v. 9, n. 3, p. 304-324, 2016.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. National Medium-and Long-term Program for Science and Technology Development (2006–2020). 2006.

STATISA (Estados Unidos) (org.). **Number of internet users in China from 2015 to 2019 with a forecast until 2025.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/278417/number-of-internet-users-in-china/#:~:text=China%20is%20home%20to%20the,around%20281%20million%20in%202019>. Acesso em: 16 nov. 2020.

STATISA. Telecommunications. In: STATISA. Number of 5G patents filed globally as of February 2020, by large company. [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://www.statista.com/statistics/1117922/global-number-of-5g-patents-filed-by-major-company/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SYLVAN, David. Global internet governance: Governance without governors. In: *The Evolution of Global Internet Governance*. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014. p. 23-36.

The Fortune Global 500 is now more Chinese than American. In: *Fortune*. 10 nov. 2020. Disponível em: <https://fortune.com/2020/08/10/fortune-global-500-china-rise-ceo-daily/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (TUNISIA). HUANG JU. Discurso. [S. l.], 17 nov. 2005. Disponível em: <https://www.itu.int/net/wsis/tunis/statements/docs/g-china/1.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

VEG, Sebastian. The Rise of China's Statist Intellectuals: Law, Sovereignty, and "Repoliticization". *The China Journal*, v. 82, n. 1, p. 23-45, 2019.

WANG XUDONG (China). Discurso. STRENGTHENING COOPERATION, PROMOTING DEVELOPMENT AND MOVING TOWARDS THE INFORMATION SOCIETY TOGETHER : STATEMENT BY H.E. Mr. WANG XUDONG, [S. l.], 10 dez. 2003. Disponível em: <http://www.itu.int/net/wsis/geneva/coverage/statements/china/cn.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

WEBER, Rolf H. Visions of Political Power: Treaty Making and Multistakeholder Understanding. In: *The Evolution of Global Internet Governance*. Springer, Berlin, Heidelberg, 2014. p. 95-113.

WGIG, WSIS. Report of the working group on Internet governance. released July, v. 14, p. 2005, 2005.

XI JINPING (China). Discurso. Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of the Second World Internet Conference, [S. l.], 16 dez. 2015. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1327570.shtml. Acesso em: 16 nov. 2020.

XIAOMING, Hao; ZHANG, Kewen; YU, Huang. The Internet and information control: The case of China. *Javnost-The Public*, v. 3, n. 1, p. 117-130, 1996.

YU, Haiqing. *Networking China: The Digital Transformation of the Chinese Economy* Yu Hong Urbana, Chicago and Springfield: University of Illinois Press, 2017 225 pp. \$28.00 ISBN 978-0-252-08239-9. *The China Quarterly*, v. 231, p. 817-819, 2017.

ZHANG, Ying. *Alliance-based network view on chinese firms' catching-up: case study of Huawei technologies co. ltd.* 2009.

ZHAO, Yuezhi. *China's pursuits of indigenous innovations in information technology developments: Hopes, follies and uncertainties.* *Chinese Journal of Communication*, v. 3, n. 3, p. 266-289, 2010.

ZHU RONGJI (China). *Discurso. Speech by His Excellency Zhu Rongji Premier of the State Council of the People's Republic of China at the Fourth ASEAN+China Summit (10+1)*, [S. l.], 25 nov. 2000. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/zdjn/eng/zywj/t270549.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

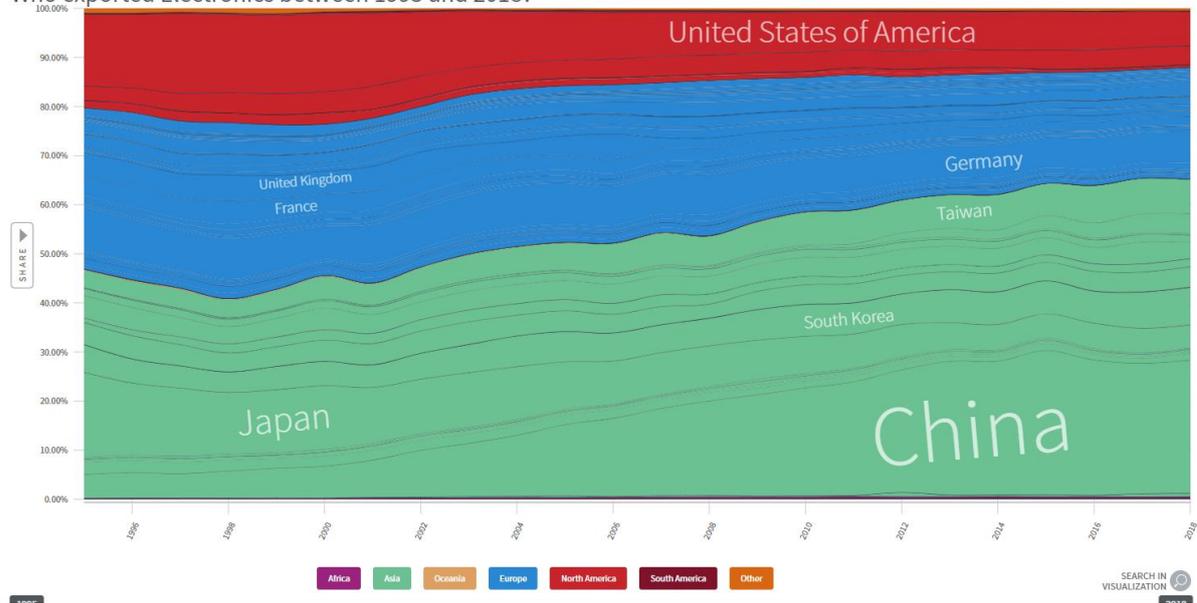
ZTE CORPORATION (TUNISIA). LIRONG SHI. *Discurso. STATEMENT BY MR. LIRONG SHI, DIRECTOR AND SENIOR VICE PRESIDENT*, [S. l.], 17 nov. 2005. Disponível em: <https://www.itu.int/net/wsis/tunis/statements/docs/ps-zte/1.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ZWEIG, David. *Chinese Politics Part 1 - China and Political Science.* Coursera, 2016. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/chinesepolitics1>. Acesso em: 16 nov. 2020.

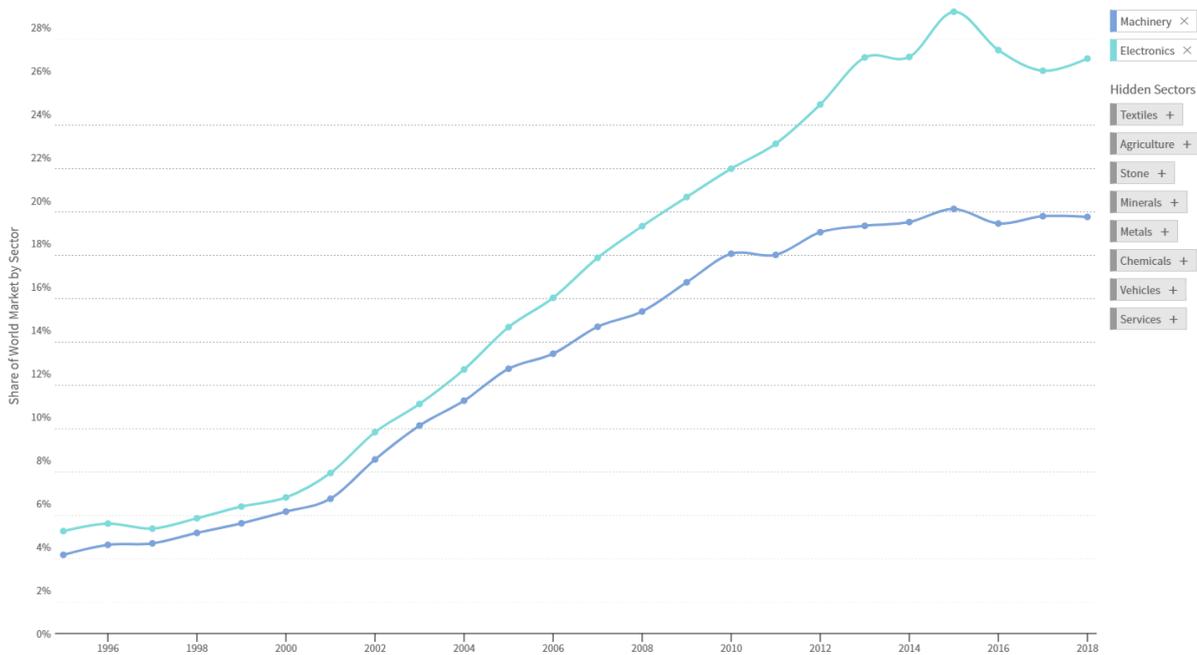
ANEXOS

ANEXO 1 – EXPORTAÇÃO DE ELETRÔNICOS POR PAÍS

Who exported Electronics between 1995 and 2018?



ANEXO 2 – MARKET-SHARE CHINÊS NOS MERCADOS DE ALTO VALOR AGREGADO



ANEXO 3 – COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE PESQUISADORES ENTRE CHINA E EUA

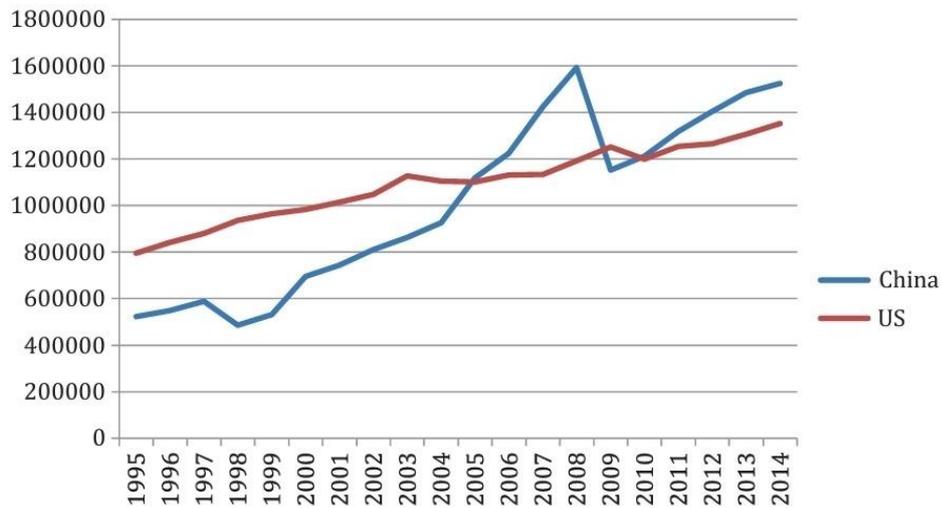


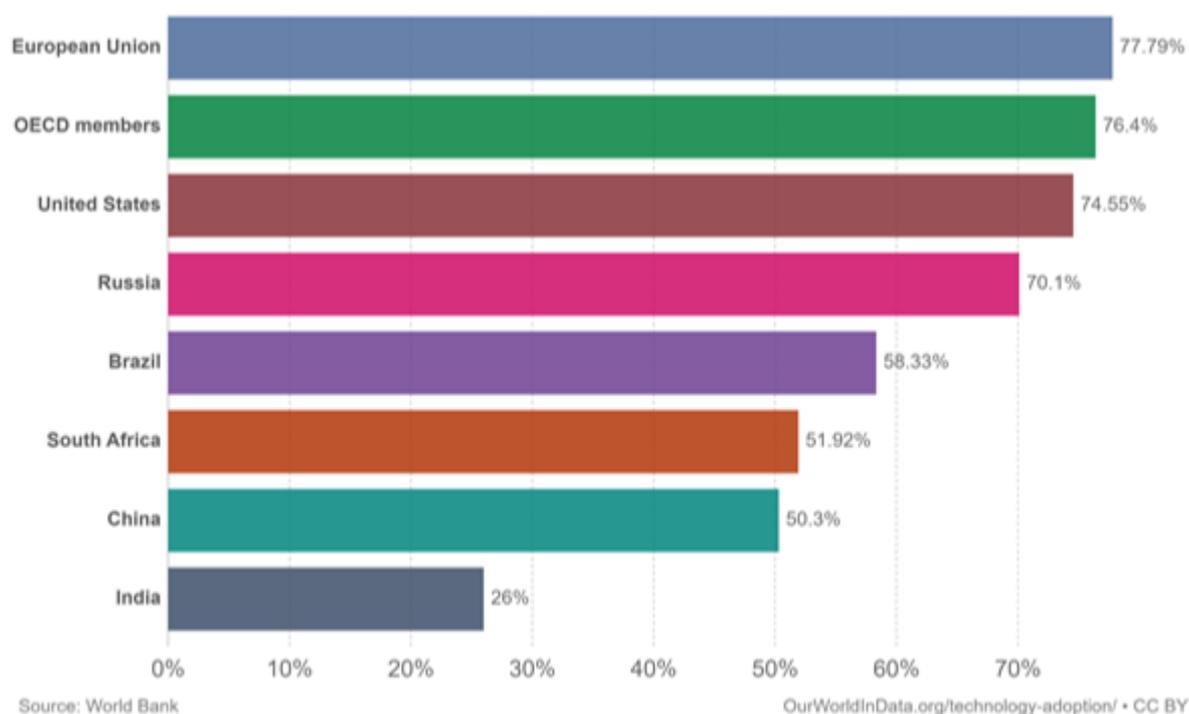
Fig. 14.7 Number of researchers (full time equivalent on R&D activities) (Source: OECD)

ANEXO 4 – RANKING DE DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES NO SETORE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

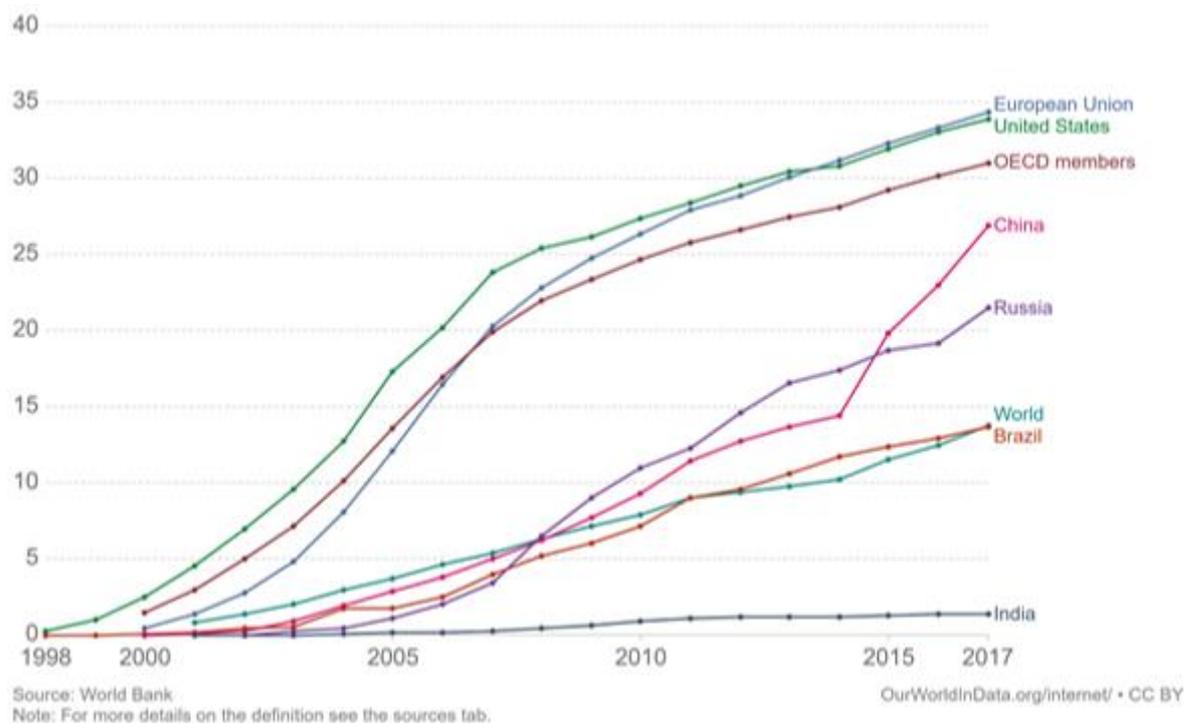
Country	Talent	Infrastructure	Operating Environment	Research	Development	Government Strategy	Commercial	Total Rank
United States of America	1	1	6	1	2	13	1	1
China	18	3	3	2	1	1	2	2
United Kingdom	5	8	1	3	11	7	4	3
Canada	4	23	5	8	10	4	5	4
Germany	9	12	7	4	12	5	9	5
France	8	30	2	12	9	6	7	6
Singapore	2	4	39	16	15	30	6	7
South Korea	28	5	30	22	3	31	25	8
Japan	26	16	17	6	7	12	8	9
Ireland	6	2	28	28	6	42	20	10
Australia	11	32	8	18	4	39	12	11
Israel	13	36	50	5	5	46	3	12

Source: Tortoise, <https://www.tortoisemedia.com/intelligence/ai/>

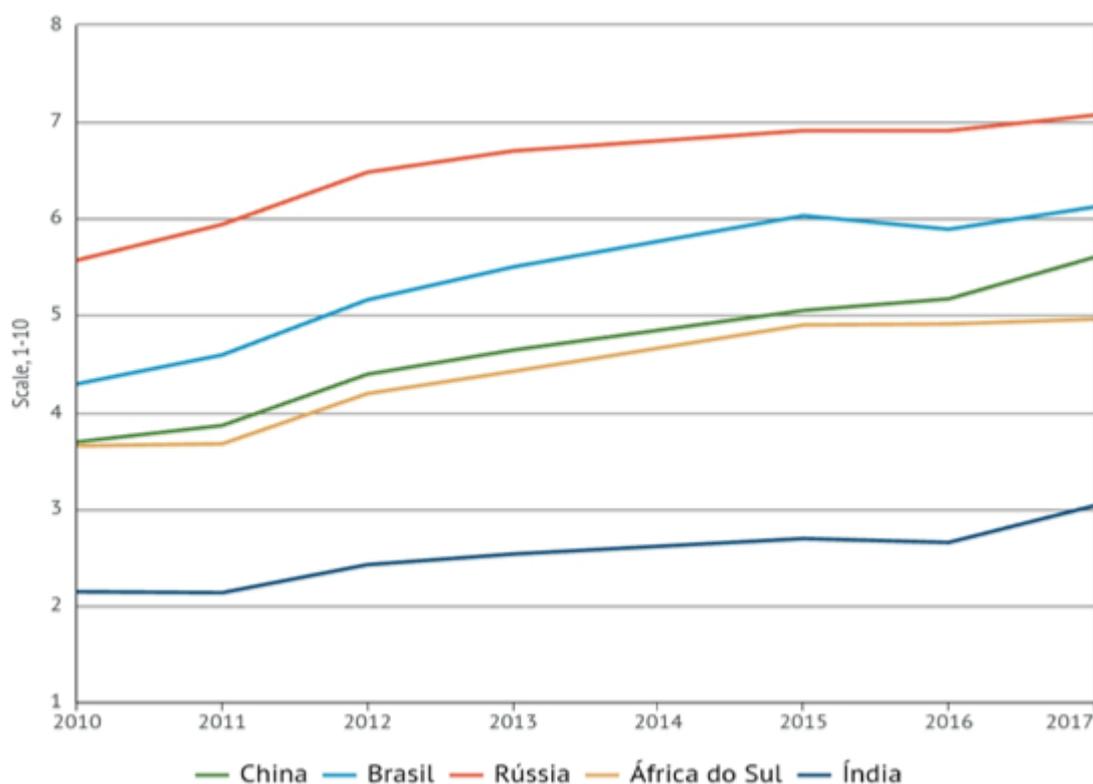
ANEXO 5 – PORCENTAGEM DE PESSOAS UTILIZANDO INTERNET POR PAÍS (2015)



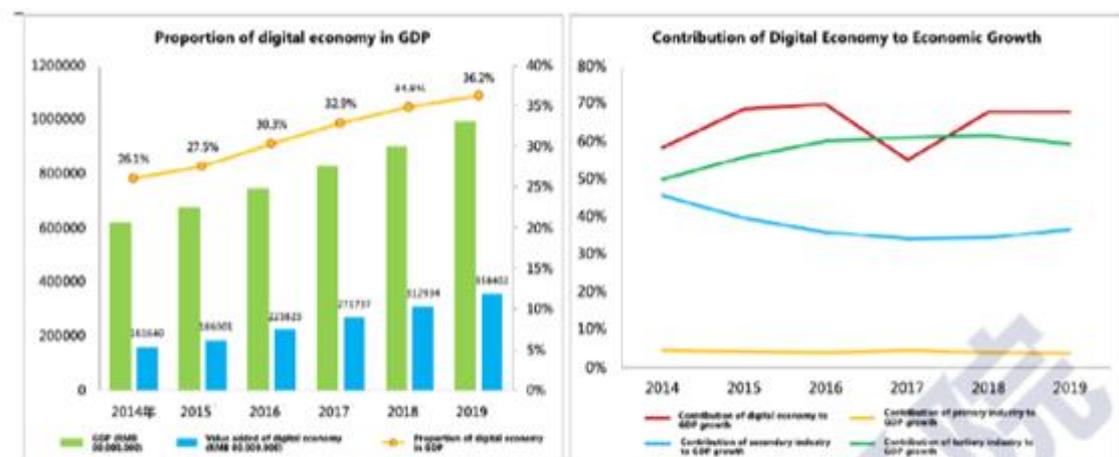
ANEXO 6 – ASSINANTES DE BANDA LARGA POR PAÍS A CADA 100 PESSOAS



ANEXO 7 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO POR PAÍS



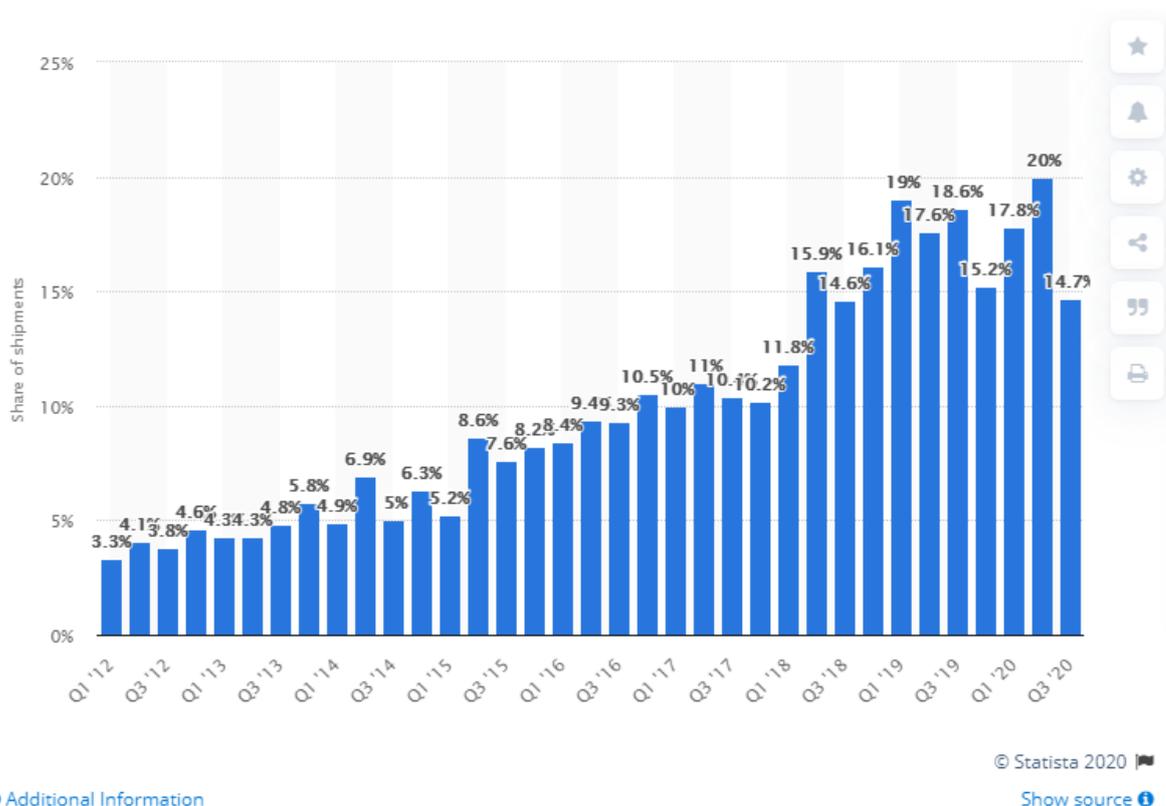
ANEXO 8 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DIGITAL CHINESA E CONTRIBUIÇÃO PARA O PIB (2014 -2019)



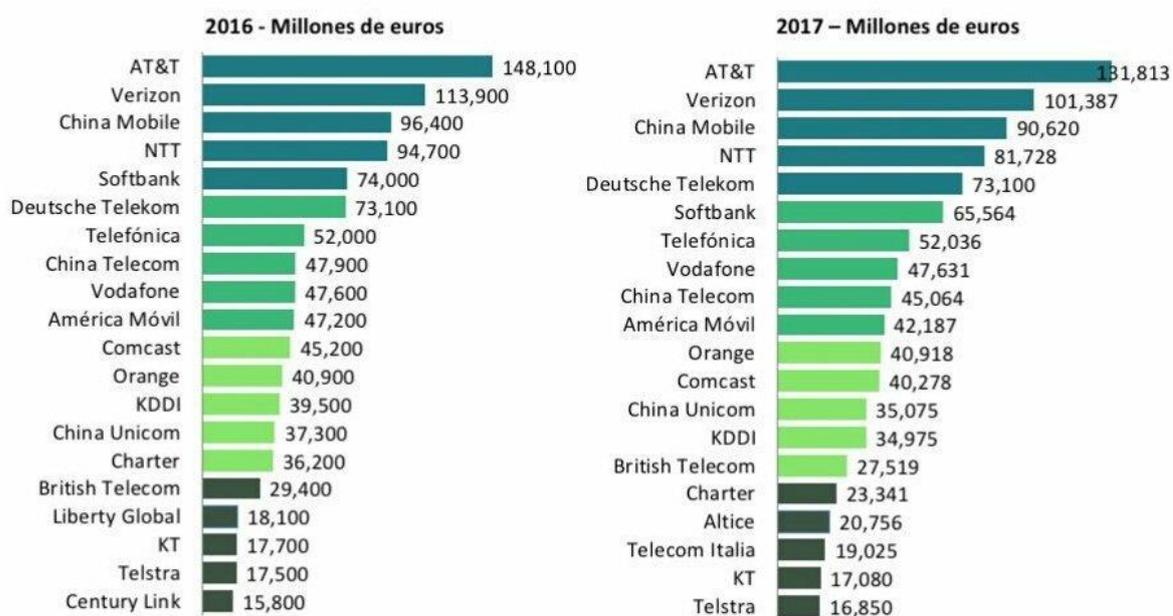
Source: CAICT and National Bureau of Statistics

Fig. 7 Contribution of China's Digital Economy to Economic Growth

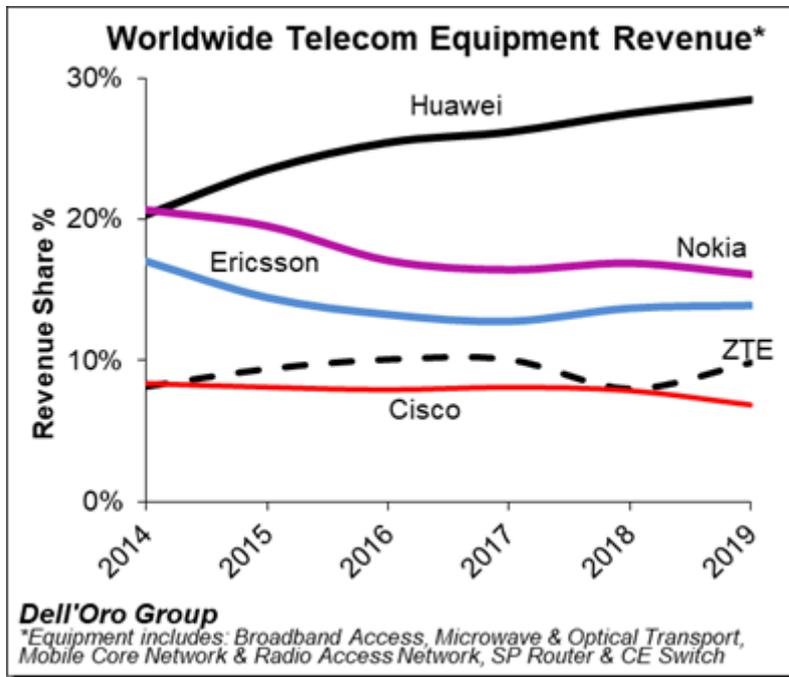
ANEXO 9 – RENDIMENTOS ANUAIS DA HUAWEI



ANEXO 10 – RENDIMENTOS DAS MAIORES OPERADORAS DE TELECOMUNICAÇÃO



ANEXO 11 – COMPARATIVO DO CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS DAS FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES



ANEXO 12 – RENDIMENTOS ANUAIS DA ALIBABA

